

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ENZO LENINE NUNES BATISTA OLIVEIRA LIMA

INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO: PROPOSTA DE UM MODELO HEURÍSTICO
PARA O ESTUDO DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

PORTO ALEGRE

2014

ENZO LENINE NUNES BATISTA OLIVEIRA LIMA

INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO: PROPOSTA DE UM MODELO HEURÍSTICO
PARA O ESTUDO DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO SÉRGIO PERES

PORTO ALEGRE

2014

Lima, Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira.

Institucionalismo evolucionário: proposta de um modelo heurístico para o estudo das mudanças institucionais / Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima – Porto Alegre, 2014.

105 f.

Orientador: Paulo Sérgio Peres

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2014.

1. Teoria Política. 2. Evolucionismo. 3. Instituições. 4. Leste Europeu. I. Peres, Paulo Sérgio, orient. II. Título.

ENZO LENINE NUNES BATISTA OLIVEIRA LIMA

INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO: PROPOSTA DE UM MODELO HEURÍSTICO
PARA O ESTUDO DAS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

BANCA EXAMINADORA REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Prof. Dr. Paulo Sérgio Peres (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Hélio Ricardo do Couto Alves
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Rafael Machado Madeira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos
Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico este trabalho a:

Débora Maria

Vydima Amora

Roberta Resende

Melina Mörschbacher

Sara Epitácio

William Hellwig

Andres Heemann

Bernardo Squeff

Bruna Günther

AGRADECIMENTOS

Uma das coisas mais importantes da vida é reconhecer o apoio das pessoas ao nosso trabalho e ao nosso esforço. A gratidão, definitivamente, é um dos valores mais nobres que o ser humano pode cultivar e, por isso, não me posso isentar de agradecer a diversas pessoas que, cada uma à sua maneira, ajudaram-me não só na realização deste trabalho, como também em minha adaptação ao Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Paulo Sérgio Peres pelo constante suporte e pelos ricos debates que tivemos durante o mestrado. Mais do que ideias, o prof. Peres ofereceu seu apoio em diversas decisões, principalmente nas que tangiam minha carreira acadêmica. Mais do que um orientador, ele se tornou um grande amigo, especialmente nos momentos difíceis na academia.

Agradeço profundamente a Melina Mörschbacher, companheira de orientação, de mestrado e de vida, que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me e motivando-me a estudar e a escrever a dissertação. Juntos aprendemos e vivemos diversas coisas na academia e em Porto Alegre, sendo impossível dissociá-la da minha passagem pelas terras gaúchas. Se há alguém que sempre esteve ao meu lado e a quem devo muito, com certeza é a Melina.

Agradeço com especial carinho a Roberta Resende e Sara Epitácio pelo apoio *incontestemente* em toda a minha trajetória no Rio Grande do Sul. Em todos os momentos estiveram sempre ao meu lado, e, no mais difícil deles, não hesitaram em nenhum segundo em oferecer-me ajuda. A amizade que temos é um dos meus mais valiosos tesouros não só nestas terras austrais, mas em toda a minha vida e por isso qualquer palavra que eu porventura escreva será insuficiente para expressar o quanto as amo e o quanto me são importantes.

Da mesma forma agradeço ao amigo fraterno William Hellwig, cuja presença, respeito e admiração serviram de motivação para enfrentar e superar os desafios, a despeito das dificuldades que a graduação e o mestrado impuseram em diversos momentos. Nossa amizade, apesar da diferença de idade, também é um dos meus mais preciosos tesouros nestas terras gaúchas e na minha jornada de vida e, por tal razão, só tenho a agradecer-lhe por todo o apoio.

Agradeço também profusamente aos amigos Andres Heemann, Bruna Günther, Bernardo Squeff, Bernardo Knackfuss, Enzo Costamilan e Rodrigo Schabbach que, mesmo sem entender muito bem do que se tratava a rotina de mestrado em Ciência Política, apoiaram-me incondicionalmente. Seu respeito e seu camaradismo foram de suma importância para mim durante todo o tempo em que estivemos juntos nesta jornada, principalmente nos momentos mais cruciais

da mesma, quando sua compreensão foi fundamental para seguir em frente e não titubear perante os desafios impostos pela vida acadêmica.

Evidentemente, há mais pessoas em Porto Alegre que também foram de extrema importância para mim: Maurício Borges e família, a quem devo mais do que a recepção nas terras gaúchas, mas sobretudo o acolhimento como membro honorário da família Borges Silva; Cláudio Damin, Marcus Rossi e Tahina Mattos, por estarem sempre presentes, facilitando minha „compreensão” dos rituais e das tradições gaudérias; Diego Santos, por seu carisma e, principalmente, por me impedir de imergir-me por completo nos estudos; Carol Corrêa, por sua amizade e sua disponibilidade em me apoiar e me ajudar; Sílvia Sebben, que, mesmo distante (e rica) em São Paulo, nunca deixou de estar ao meu lado nem de se preocupar comigo.

Finalmente, agradeço à minha família, Débora Maria e Vydima Amora, pelo incondicional apoio em todas as minhas decisões. Confesso que me faltam palavras para descrever todo o reconhecimento e a gratidão que devo a elas. Como costumamos dizer entre si: мы всегда рядом и мы будем всегда рядом.

RESUMO

O paradigma neoinstitucional assumiu, no fim do século XX e no começo do XXI, um papel de preponderância na Ciência Política, ditando as epistemologias e os métodos de se produzir conhecimento na disciplina. Suas duas principais correntes – institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico – constituem marcos distintos de explicação dos fenômenos políticos, sendo os principais referenciais teóricos nas análises políticas institucionais. Porém, ambas correntes apresentam diversos problemas epistemológicos, fundados principalmente no caráter estático de suas abordagens sobre a fenomenologia política. Embora tal postura teórica fosse outrora suficiente para explicar a política, no mundo dinâmico atual, uma nova teoria que capte o dinamismo dos fenômenos políticos faz-se necessária. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta heurística para a análise das mudanças institucionais, denominada institucionalismo evolucionário. Esse modelo heurístico dialoga com a teoria evolucionária, o neoinstitucionalismo e a teoria dos jogos. Além da proposição desse modelo, este trabalho exemplifica sua aplicação por meio da análise da evolução das dinâmicas de segurança nas relações entre Polônia e Rússia no pós-Guerra Fria.

PALAVRAS-CHAVE: Neoinstitucionalismo; Evolução e Ecologia; Dinâmica Política; Polônia e Rússia; Institucionalismo Evolucionário.

ABSTRACT

At the end of the 20th century and the beginning of the 21st century, the neoinstitutionalist paradigm assumed a preponderant role in Political Science, dictating the epistemologies and methods for producing knowledge in the discipline. Its two main theoretical streams – rational choice institutionalism and historical institutionalism – constitute distinct approaches to explaining political phenomena, and are the main theories for analysing politics under the framework of the paradigm. Nevertheless, both theories present many epistemological problems, based mainly in their static approach to political phenomenology. Although these theories have once managed to explain reality, our current dynamic world demands a new theory capable of analysing the dynamics of political phenomena. Therefore, this work aims to present a heuristics capable of understanding institutional change, known as evolutionary institutionalism. This heuristics dialogues with evolutionary theory, neoinstitutionalism and game theory. Other than this theoretical model, this work applies it in the analysis of security dynamics in the context of Polish-Russian relations in the post-Cold War period.

KEYWORDS: Neoinstitutionalism; Evolution and Ecology; Political Dynamics; Poland and Russia; Evolutionary Institutionalism.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, ESQUEMAS E GRÁFICOS

Quadro 1	26
Quadro 2	28
Quadro 3	32
Quadro 4	34
Quadro 5	64
Quadro 6	81
Figura 1	55
Figura 2	65
Esquema 1	59
Gráfico 1	77
Gráfico 2	78
Gráfico 3	79
Gráfico 4	81
Matriz 1	73
Matriz 2	84
Matriz 3	85
Matriz 4	86

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DA MUDANÇA INSTITUCIONAL.....	12
2. O PARADIGMA INSTITUCIONALISTA E SEUS LIMITES EXPLICATIVOS.....	22
2.1. O PARADIGMA NEOINSTITUCIONALISTA E SUAS PRINCIPAIS VERTENTES...23	
2.1.1. O INSTITUCIONALISMO DA ESCOLHA RACIONAL E SEUS LIMITES.....24	
2.1.2. O INSTITUCIONALISMO HISTÓRICO E SEUS LIMITES.....30	
2.2 O DESAFIO DA MUDANÇA INSTITUCIONAL PERMANECE.....34	
3. A TEORIA DA EVOLUÇÃO E AS CIÊNCIAS SOCIAIS: ASSIMILAÇÃO, REJEIÇÃO E REAPROXIMAÇÃO.....	36
3.1. A RECEPÇÃO INICIAL DA TEORIA DA EVOLUÇÃO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS...37	
3.2. A POSTERIOR REJEIÇÃO DA TEORIA DA EVOLUÇÃO PELOS CIENTISTAS SOCIAIS.....41	
3.3. OBSTÁCULOS À ADOÇÃO DO INSTITUCIONALISMO EVOLUCIONÁRIO.....43	
3.4. A SUPERAÇÃO DOS OBSTÁCULOS À ACEITAÇÃO DA ABORDAGEM EVOLUCIONISTA.....49	
4. MODELO TEÓRICO PARA UMA HEURÍSTICA EVOLUCIONÁRIA.....	53
4.1. UM QUADRO CONCEITUAL PARA A NARRATIVA ANALÍTICA EVOLUCIONÁRIA.....54	
4.2. PRESSUPOSTOS ANALÍTICOS.....66	
4.3. O MODELO DE JOGOS E A NARRATIVA ANALÍTICA EVOLUCIONÁRIA.....69	
5. ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE POLÔNIA E RÚSSIA.....	76
5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....76	
5.2. JOGOS DECISÓRIOS.....82	
5.3. RÚSSIA: UM HAWK „DOMESTICADO”87	
6. CONCLUSÃO.....	90
BIBLIOGRAFIA.....	92

1. Introdução: o problema da mudança institucional

Nos últimos anos, os cientistas políticos têm se devotado a compreender e explicar o fenômeno da mudança institucional. Uma vasta literatura sobre o assunto vem sendo desenvolvida desde que as instituições voltaram ao centro das atenções no fim da década de 60 e início da de 70, marcando o surgimento de uma linha paradigmática de pesquisa denominada de neoinstitucionalismo. Contudo, apesar desse crescente interesse pelo tema, a Ciência Política ainda não dispõe de ferramentas analíticas adequadas para lidar com situações de mudança institucional (OSTROM e BASURTO, 2011; MAHONEY e THELEN, 2009; STREECK e THELEN, 2005; LIEBERMAN, 2002; LEVI, 1997). Pelo contrário, “(...) the theoretical and epistemological tools used by political scientists are better equipped for the study of equilibrium and stasis” (LEWIS e STEINMO, 2012, p. 314).¹ Inclusive, como destacado por STREECK (2010, p. 660), “a static approach prevails (...) even among those who consider themselves contributors to what is called historical institutionalism”. Portanto, “change has been a vexing problem for ‘rationalists’ [rational choice theorists] because they tend to assume relatively static preferences, as well as for ‘historicists’ [historical institutionalism theorists] because they tend to see institutions as consistent and stable constraints on behavior” (LEWIS e STEINMO, 2012, p. 315).

Sem dúvida, no âmbito da teoria da escolha racional, o objeto de análise primordial é o processo decisório num contexto institucionalmente estático que já é “dado” (SANDERS, 2006; SHEPSLE, 2010). As instituições são percebidas como uma estrutura que constrange a agência e obriga os atores a manifestar suas preferências, também já “dadas”, de maneira estratégica. O que muda são as coordenações possíveis entre os atores – as instituições podem até sofrer alterações, evidentemente, mas a partir de um conjunto de preferências fixas e estruturadas que deverão ser coordenadas visando a certo equilíbrio geral ótimo (SHEPSLE, 2010; THELEN, 1999). Aqui praticamente não há espaço para a história enquanto um processo em aberto, pois ela é concebida de forma teleológica e mecânica, como uma sucessão de “equilíbrios” progressivos rumo à otimização dos interesses individuais (GREEN e SHAPPIRO, 1994; THELEN, 1999). Como se sabe, essa perspectiva corresponde à estratégia metodológica de tornar operacionalmente possível a proposição de modelos preditivos sobre o comportamento dos atores e, como tal, indica um ideal de ciência em que a principal meta é a “previsão”, mesmo que para tanto se pague o preço do

¹ Os autores fazem referência ao termo grego *στάσις*, que se refere a um estado estacionário em que todas as forças são iguais e opostas, de forma a se anularem. Ou seja, trata-se de um estado de inexistência de mudanças ou de mudanças tão lentas que sequer são percebidas.

reducionismo da complexidade social e do irrealismo dos pressupostos analíticos (GINTIS, 2009; SHEPSLE, 2006 e 2010).

No caso do institucionalismo histórico, a História é concebida como um processo e tem muito mais importância na medida em que é considerada um dos fatores determinantes da dinâmica política (MAHONEY, 2003; SKOCPOL, 1985; SANDERS, 2006; THELEN, 1999, 2003 e 2004). Porém, esse processo tampouco é aberto, pois aqui a história ainda é concebida mecanicamente, uma vez que é entendida como uma sequência necessária de eventos encadeados cuja origem reside num passado geralmente bastante remoto e que, em princípio, poderia se estender quase indefinidamente (PIERSON, 2003). Assim, em termos epistemológicos, essa abordagem também abriga uma concepção teleológica, só que uma teleologia invertida, já que o “propósito” da história está no passado, e não no futuro. Tal concepção também deixa pouca margem para a agência, pois as instituições – ou seja, a estrutura –, assim como o futuro, estão todos irremediavelmente atrelados ao passado, fazendo com que os atores do presente sejam vistos como prisioneiros indefesos de seus longínquos ancestrais. As mudanças institucionais, assim, são extremamente lentas e só produzem efeitos em gerações posteriores (PIERSON, 2004; MAHONEY e THELEN, 2009).

Em virtude desse déficit epistemológico e metodológico, diversos autores concordam que o crescente interesse pela mudança institucional somente transformar-se-á numa agenda de pesquisas consistente se forem superados diversos aspectos das duas abordagens atualmente predominantes na Ciência Política – a teoria da escolha racional e o institucionalismo histórico (LEWIS e STEINMO, 2012; LUSTICK, 2011; STREECK, 2010; HODGSON, 2009; HODGSON e KNUDSEN, 2006; NELSON, 2009; NORTH, 2005; OSTROM, 2005; SCHMID, 2004; NELSON e WINTER, 2002). Afinal, ambas são voltadas a aspectos da realidade social que já não correspondem plenamente aos novos interesses científicos contemporâneos, cada vez mais focados no estudo de processos complexos e abertos, e cada vez mais baseados numa compreensão orgânica dos fenômenos políticos.

Em decorrência disso, nas palavras de Lewis e Steinmo (2012, p. 325), “to better explain change, [some] new institutionalists have embraced complexity”. Mas o que exatamente significa “abraçar a complexidade” no estudo das instituições políticas? Significa que os pesquisadores não devem se concentrar apenas na estrutura ou na agência, mas na interação dessas duas variáveis, o que implica a análise do processo (BOCHMANN, 2011; HODGSON, 2002a). Significa outrossim que não se deve aceitar que as instituições políticas mudam sempre tão vagarosamente que suas transformações chegam a ser imperceptíveis; pelo contrário, as instituições políticas estão sujeitas a

mudanças muitas vezes rápidas. Do mesmo modo, as instituições políticas não são o resultado de infinitas ações individuais desconexas, mas sim o produto de decisões de atores políticos organizados que atuam no interior dos arranjos constitucionais (STREECK e THELEN, 2005; MAHONEY e THELEN, 2009; HODGSON, 2007 e 2009). Significa ainda aceitar que as instituições políticas não são estáticas, não são “programadas” para atingir certo equilíbrio numa trajetória teleológica – o que quer dizer que os processos são abertos e, portanto, não é possível prever todos os seus efeitos, sejam imediatos ou de longo prazo (METCALFE, 2001; NORTH, 2005; RUTHERFORD, 1998).

Consequentemente, a história não deve ser percebida como uma cadeia de eventos necessários, como pressupõe a teoria da *path dependence*, segundo a qual o presente já estava totalmente determinado num passado distante e que, por um processo de inércia (MAHONEY, 2003), este acabou produzindo nada mais do que uma outra forma de “equilíbrio” (STEINMO, 2010). Tampouco a história deve ser concebida como se faz na teoria funcionalista, segundo a qual é o presente que explica o passado (LUSTICK, 2011). Enfim, “abraçar a complexidade” significa admitir que a história das instituições deve ser percebida como um conjunto de processos complexos, singulares, transcorridos no tempo e no espaço, e essencialmente imprevisíveis (HOLLAND, 1992; LEWIS e STEINMO, 2012; LUSTICK, 2011; STEINMO, 2010).

Em busca dessa nova abordagem, vários pesquisadores perceberam que era preciso adotar outro paradigma,² cuja epistemologia possibilitasse a ruptura com as concepções lineares e mecânicas dos fenômenos políticos (AXELROD, 1984 e 1986; GINTIS, 2009; GREIF e LAITIN, 2004; HOLLAND, 1992; OSTROM e BASURTO, 2011; LEWIS e STEINMO, 2012; LUSTICK, 2011; MAHONEY e THELEN, 2010; OSTROM, 2005; PIERSON, 2004; STEINMO, 2010; STEINMO e THELEN, 1993; STREECK, 2010; STREECK e THELEN, 2005; THELEN, 2003 e 2004).³ Com efeito, nos últimos anos, diversos cientistas políticos – mas também economistas que se dedicam a estudos na fronteira com a política – resolveram recorrer a um paradigma cuja

² Segundo Kuhn, o desenvolvimento da ciência é possível graças ao fato de os cientistas de uma dada disciplina compartilharem de conceitos, teorias e métodos comuns, que lhes permitem não só propor perguntas sobre os fenômenos observáveis, como também respondê-los. Nas palavras dele (KUHN, 1998, p. 60) „(...) uma comunidade científica, ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de um solução possível. Numa larga medida, esses são os únicos problemas que a comunidade admitirá como científicos ou encorajará seus membros a resolver.”

³ Para Lustick (2011), todavia, nem todos os analistas realmente conseguiram imprimir uma abordagem evolucionária em seus estudos. Os conceitos *imperfect reproduction* (STREECK, 2009; STREECK e THELEN, 2005; THELEN, 2004), *increasing returns* (PIERSON, 2004) e *punctuated equilibrium* (STEINMO e THELEN, 1993), por exemplo, não corresponderiam ao “algoritmo” do chamado “darwinismo generalizado”, indispensável à abordagem evolutiva. Segundo o autor, “(...) the mechanism of natural selection drives evolution whenever three conditions are met: variation in traits among large numbers of units, competition among those varied traits, and substantial degree of retention of those traits over time” (LUSTICK, 2011, p. 187). Contudo, “political scientists have largely failed to engage seriously with evolutionary thinking” (idem, p.180).

influência nas Ciências Sociais já havia sido bastante importante no final do século XIX, mas que, por diversas razões, acabou sendo abandonado no desenrolar do século XX: a teoria da evolução, de Charles Darwin.

Desse modo, à semelhança do que já vem ocorrendo há mais tempo na Economia, no interior da Ciência Política vem emergindo um movimento em favor da adoção daquilo que Lustick (2011) chama de “evolutionary thinking”.⁴ Em realidade, essa reaproximação do principal paradigma da Biologia, de acordo com Lewis e Steinmo (2012, p. 315), faz todo o sentido porque “(...) human social institutions literally evolve (...)”. Ademais, destaca Lustick (2011, p. 187), “(...) Evolutionary theories are a natural analytic approach for social scientists interested in phenomena that change over time and which are shaped by or reflect vast number of discrete interactions”. Sendo assim, “Darwinian evolutionism may serve as model for a theory of institutional change in several ways”. Especialmente porque “(...) it is fundamentally subversive of an efficiency-theoretical construction of historical structures and processes, making space for explicit recognition of the role of non-efficient or non-rational forces in the evolution of social order” (STREECK, 2010, p. 676). Precisamente por isso, “it provides an example of a non-teleological but nevertheless intelligible account to history in which the future is not predetermined, leaving space for human agency” (ibid).

Dito de outro modo, na ótica desses pesquisadores, a teoria da evolução parece ser a única alternativa para que seja enfrentado o desafio de se manter a perspectiva histórica sem sucumbir-se à teleologia, ao mecanicismo, ao reducionismo e ao mero descritivismo. Isso porque, em termos metodológicos, “(...) Evolutionary Theory challenges all approaches, whether statistical or formal, which satisfy themselves with correlation as the basis for causal attribution even if no mechanism for linking variables said to be important can be observed or imagined” (LUSTICK, 2011, p. 193). Em termos epistemológicos, a abordagem evolucionária permite a superação das abordagens adotadas atualmente, por meio das quais “(...) empirical observations are organized into abstract concepts and property spaces that supposedly apply to all human societies at all times, without allowing for differences caused by historical or geographical location” (STREECK, 2010, p. 660). Com isso, “Evolutionary theories move beyond equilibrium theories because any given institutional arrangement is part of an adaptive process in which multiple agents operate within a dynamic context” (STEINMO, 2010, p. 16). Consequentemente, “looking at politics in evolutionary terms means rejecting explanations on physics often poses them – the outcomes of abstract, timeless

⁴ “(...) Evolutionary thinking is likely to be valuable whenever ‘history matters’, that is whenever the passage of time at one level of analysis is an order of magnitude more rapid than the corresponding interval of existence of any constituent element of change at a lower level of analysis” (LUSTICK, 2010, p. 186).

bodies, and forces of different magnitudes yielding solutions of maximum efficiency under the ideal conditions” (LUSTICK, 2011, p. 193).

Sob tal perspectiva, o “pensamento evolucionário” poderia trazer uma cosmologia científica⁵ renovada seja aos estudos de caso ou às análises comparadas. Poderia ainda trazer novas questões e diferentes explicações no que se refere à evolução das instituições construídas conjuntamente pelas nações, o que significa que essa abordagem poderia ser igualmente aplicada aos estudos das relações internacionais. Aliás, conforme sugere Axelrod (1984), o paradigma evolucionário tem um potencial explicativo a ser explorado no caso das políticas de segurança internacional. Essas políticas demandam cooperação e regras que são objetivadas em instituições bilaterais ou multilaterais que devem ser obedecidas pelos partícipes, mas que nem sempre são seguidas plenamente e que, em maior ou menor grau, podem mudar (KRASNER, 1982). Inclusive, grande parte do conflito dentro da cooperação – ou seja, do conflito institucionalizado – gira em torno das frequentes demandas por mudanças, parciais ou mais gerais, dos termos que regulam os acordos formais. Aí estão, portanto, os dois aspectos fundamentais para uma abordagem evolucionária das relações internacionais: (1) a emergência e (2) a mudança das instituições políticas que regulam a relação entre os países e suas políticas de segurança.

Na verdade, já há algum tempo Axelrod (1984) havia identificado o potencial da abordagem evolucionária se aplicada ao processo de emergência da cooperação nas relações internacionais. Paraphrasing James Madison, ele partiu da observação de que, se por um lado, “we all know that people are not angels, and that they tend to look after themselves and their own first”, por outro, “we also know that cooperation does occur and that our civilization is based upon it” (idem, p. 3). Nesse sentido, tem-se o seguinte enigma que talvez possa ser resolvido por meio de uma abordagem evolucionária, articulando a história com o comportamento estratégico: “in situations where each individual has an incentive to be selfish, how can cooperation ever develop?” (idem). Posto de uma forma mais direta: “under what conditions will cooperation emerge in a world of egoists without central authority?” (idem).

No contexto das relações internacionais, a situação é precisamente esta. Cada país age sempre visando ao seu próprio interesse, mas quase nunca está em condições de se impor diante dos outros de forma unilateral e completamente segura. Logo, cada qual é obrigado a entrar em alguma relação de cooperação; na verdade, em várias relações de cooperação muito complexas –

⁵ No sentido kuhniano, cosmologia científica corresponde à concepção que a comunidade científica tem a respeito do seu universo de investigação, ou seja, de quais são suas entidades fundamentais, de que elementos esse universo é composto, quais são os problemas dignos de investigação, quais são os meios mais adequados para elucidar seus enigmas, quais são os *puzzles* contidos nesse universo.

sobrepostas, antepostas, complementares, contraditórias, e assim por diante. Tais políticas são desenhadas num cenário de acirrada competição e possível violência, de “luta pela sobrevivência” num habitat geralmente hostil. “Nations often seek their own security through means which challenge the security of others. This problem arises in such areas as escalation of local conflicts and arm races. Related problems occur in form of competition within alliances, tariff negotiations, and communal conflict” (AXELROD 1984, p. 4).

Embora o cenário vislumbrado por Axelrod (1984 e 1986) possa se assemelhar bastante ao “estado de natureza” hobbesiano, há um elemento que distingue o “pacto” ou a cooperação no âmbito das relações internacionais, e que a torna mais difícil de ser obtida e mantida. No modelo hobbesiano, a superação do “estado de natureza” e a formação da sociedade civil tiveram como produto final a produção de uma autoridade central, o Estado, responsável pelo *enforcement*. Nas relações internacionais, os acordos ou a cooperação implicam algum grau de superação do “estado de natureza”, entretanto, não levam à criação de uma autoridade central com o mesmo poder de *enforcement* do Estado. As nações interagem sem a mediação e a intervenção de uma autoridade com a mesma efetividade que o Estado tem sobre seu território e seus “súditos”, seja para incentivá-los à cooperação, seja para fazê-los cumprir os acordos firmados e zelar pelas instituições (MORGENTHAU, 2003; WALTZ, 1979).

Nessa situação, como os países entram em cooperação e criam instituições para regular as relações internacionais? Como essas instituições surgem e mudam? O que há por trás dessas mudanças? Por que elas ocorrem e seguem o caminho que seguem? Qual a relação entre o perfil da cooperação e o ambiente no qual os países estão inseridos? Que efeitos as instituições têm sobre a cooperação? Que condições levam à mudança na cooperação e no desenho das instituições que regulam essa relação? Estas e tantas outras perguntas relacionadas com a emergência e a mudança das instituições políticas poderiam encontrar respostas a partir de estudos com uma abordagem evolucionária, especialmente no contexto atual, repleto de transformações e desafios nas relações internacionais.

A realidade de hoje traz uma complexidade muito mais densa e intrincada do que a de períodos anteriores. Há uma rede interconectada e enfeixada de sistemas institucionais que poderiam ser ilustrados como um conjunto de *matrioshki*⁶ que já abrigam uma série de instituições sobrepostas, mas que também se ligam umas às outras por uma trama de regras, normas e até

⁶ Matrioshki (матрешки, plural de матрешка, em russo) são as famosas bonecas russas de encaixe, em que uma boneca maior contém várias outras menores dentro de si.

acordos informais, ou então formais, porém secretos⁷. O mundo contemporâneo conta com atores os mais diversos, fontes e ameaças de poder das mais variadas e ambientes extremamente inseguros e mutáveis. Por isso, no âmbito das relações internacionais, não se pode mais reduzir os estudos políticos às teorias de balança de poder (MORGENTHAU, 2003; WALTZ, 1979; WIGHT, 2002), nem de interdependência complexa (KEOHANE e NYE, 2011). Já não se trata mais de um mundo dividido entre ideologias rígidas e claras, nem de sistemas de poder. Tampouco se trata de um mundo povoado apenas por Estados como únicos atores determinantes.

Ainda no caso das políticas de segurança com o fim da Guerra Fria – e, em parte, adiantando elementos da análise que posteriormente será realizada –, os arranjos institucionais modificaram-se de forma drástica no Leste Europeu, devido principalmente à expansão da OTAN para a fronteira oriental e a subsequente ampliação da União Europeia. Esses fenômenos causaram sérias mudanças no equilíbrio de poder regional; em especial nas alianças e nos arranjos institucionais internos e externos. No curso de duas décadas, a Europa do Leste redefiniu completamente sua arquitetura de segurança como resultado da reconfiguração de suas estruturas institucionais. Os padrões de cooperação entre Rússia e Polônia são ilustrativos desse processo. A Polônia é, simultaneamente, membro da OTAN e da União Europeia, o que é, entre outras coisas, o resultado de uma escolha institucional estratégica para lidar com maior poder de barganha com Moscou. A Rússia, por sua vez, é um ator de relevância internacional indiscutível, com interesses variados no continente europeu, principalmente no espaço que antes estava sob sua influência. Não é do interesse da Rússia que a Polônia esteja vinculada à União Europeia, mas já não é mais possível simplesmente “invadir” o território polonês para obrigá-los a ficar sob seu comando. Essa situação provoca oscilações em seus padrões de cooperação, desencadeadas pelas pressões que Moscou e Varsóvia fazem e sofrem, interna e externamente, em torno dos termos que estruturam seus acordos de segurança.

Obviamente, tudo isso se reflete na evolução das instituições de segurança envolvendo esses dois países. Suas histórias particulares e seu histórico compartilhado, sua proximidade geográfica e os recursos que estão em jogo, envolvendo direta ou indiretamente outros países, as alianças e a mudança do ambiente político europeu tornam essa situação ainda mais complexa. Não é possível cogitar algum ponto de equilíbrio ótimo, nem prever com certeza os efeitos de cada alteração

⁷ Uma abordagem dentro do institucionalismo da escolha racional que contempla a questão de acordos informais (e, por vezes, secretos) é a de Tsebelis (1998). Entretanto, em vez de servir como um modelo que flexibilizasse os postulados da racionalidade instrumental, permitindo um espaço para que „jogos ocultos” não-formais ocorressem nas interações entre os atores políticos, a proposta acabou por tornar o postulado da racionalidade infalsificável. Os atores seguem agindo sempre racionalmente e a falha de não perceber tal comportamento racional cabe ao pesquisador, que não foi capaz de identificar os jogos ocultos.

institucional. Do mesmo modo, não é possível supor que a cooperação e as regras acordadas sejam o efeito mecânico de escolhas adotadas em algum passado distante e que pesadamente constrangerão os atores de tal forma que qualquer alteração institucional seja impossível no presente; ou que, se possível for, a mudança seja necessariamente lenta a ponto de se realizar de forma plena só daqui a várias gerações. A história importa, nesse caso, na medida em que ela é a dinâmica das mudanças ambientais que “selecionaram” as melhores estratégias de cooperação que podem ou não ser adotadas pelos atores em seus arranjos institucionais que estão em permanente reconstrução – ou seja, cooperação e instituições “coevoluem”. Somente a análise dessa evolução singular pode oferecer as explicações de como a cooperação emergiu e se transformou num desenho institucional, assim como as mudanças ocorridas.

Contudo, as teorias neoinstitucionais predominantes na Ciência Política também não estão devidamente equipadas para abordar essa nova realidade das relações internacionais, e já mostraram anomalias empíricas⁸ ao tentar explicar outros fenômenos de mudança institucional que ocorreram no Leste Europeu contemporâneo – o exemplo mais emblemático dessa dificuldade foram as tentativas de análise da redemocratização da região (LINZ e STEPAN, 1996). Esse novo mundo em que vivemos exige explicação e inovação institucional, exige o refinamento dos conceitos, das teorias e dos métodos. Esse modelo teórico deve permitir a consideração tanto das escolhas estratégicas dos países como seus contextos ambientais e sua história.

Diante disso, o objetivo principal deste trabalho é defender a aproximação entre a Ciência Política e o paradigma evolucionário. Essa aproximação não significaria descartar por completo algumas contribuições do institucionalismo histórico e do institucionalismo da escolha racional à análise política (BOCHMANN, 2011; LEWIS e STEINMO, 2012; LUSTICK, 2011; STEINMO, 2010; STREECK, 2010; STREECK e THELEN, 2005). Manter-se-ia a centralidade da história enquanto um processo, como no institucionalismo histórico, mas sem concebê-la como um processo “fechado” num encadeamento pré-determinado por algum curso iniciado num passado remoto. Manter-se-iam a noção de ação estratégica e o foco no processo decisório, como preconiza a teoria da escolha racional, mas se descartaria a fixação com modelos preditivos, pontos de equilíbrio e a racionalidade instrumental como o único fator motivacional dos indivíduos, que são os elementos

⁸ O conceito de anomalia empírica é de Thomas Kuhn (1998). Para este autor, a ciência, em sua evolução, passa por momentos em que sua principal função é solucionar “quebra-cabeças” empíricos, valendo-se de uma cosmologia e um conjunto de conceitos que orientam a prática científica. A isso denomina de ciência normal, que é o momento em que a ciência assiste a um profícuo acúmulo de conhecimento. Porém, quando o paradigma já não consegue mais oferecer respostas sobre para novos fenômenos, surge o que ele chama de anomalia empírica, isto é, “um fenômeno para o qual o paradigma não preparara o investigador” e que seus conceitos não são suficientes para explicá-lo (KUHN 1998, 84). Graças ao reconhecimento das anomalias que a ciência pode evoluir para um outro estágio de acúmulo de conhecimento e mediante uma nova teoria ou paradigma.

básicos do individualismo metodológico, cujas premissas epistemológicas não permitem a compreensão da mudança.

Em termos mais gerais, essa aproximação não implicaria o abandono do foco institucional; pelo contrário, manter-se-ia o foco nas instituições, como prevê o núcleo duro do paradigma neoinstitucionalista em todas as suas vertentes, mas as instituições seriam analisadas sob a ótica evolutiva, ou seja, sob o enquadramento de seu algoritmo básico: variação, competição (conflito e cooperação) e retenção de traços ou características que se mostraram eficientes no processo de competição (LUSTICK, 2011). Enfim, essa aproximação possibilitaria o desenvolvimento de um Institucionalismo Evolucionário na Ciência Política.⁹ “Evolutionary Institutionalism”, conforme Bochmann (2012, p. 2), “sees the variety of political institutions as the result of long processes much like those that produced nature’s manifold beings. The theory aims to explain how institutional settings evolve, what patterns those evolutionary processes exhibit, which internal and external selection criteria are used and how institutions fit into their respective niches.” Além disso, conclui a autora, “Evolutionary Institutionalism also integrates a lot of the findings of Neo-Institutionalism” (idem).

Para fundamentar a defesa do Institucionalismo Evolucionário como um paradigma mais indicado para a análise das mudanças institucionais, a discussão subsequente explorará três aspectos. O primeiro deles é teórico, e consiste na apresentação de críticas mais detalhadas às duas abordagens principais do paradigma neoinstitucionalista, tentando mostrar suas falhas epistemológicas e metodológicas, as quais tornam difícil a análise de sistemas complexos e orgânicos, como é o caso das mudanças políticas. Em seguida, serão apresentados os principais elementos conceituais de uma abordagem evolucionária, de acordo com o que a literatura vem discutindo no momento. O segundo aspecto é metodológico e, com ele, o presente estudo procura trazer uma pequena, mas original contribuição, ao apresentar uma heurística para a operacionalização de análises mais formalizadas sob o enquadramento evolucionário. Finalmente, o terceiro aspecto é de caráter empírico. Trata-se da aplicação exploratória do modelo heurístico evolucionário à análise de um caso concreto, qual seja, a política de segurança envolvendo Rússia e Polônia no contexto posterior à dissolução do bloco soviético – a mudança ambiental trouxe a necessidade de adaptação desses países à nova situação, o que levou à evolução de suas instituições relativas às suas relações de cooperação.

⁹ A tentativa de diálogo interdisciplinar com a Biologia já vem sendo desenvolvida na Economia, remontando aos estudos de Thorstein Veblen (RUTHERFORD, 1998). Geoffrey Hodgson (2002a, 2002b, 2005 e 2007), James Stanfield (1999), J. S. Metcalfe (2001) e Douglass North (2005) são alguns dos economistas contemporâneos que mais têm trabalhado com esta aproximação com a teoria evolucionária.

Sendo assim, o foco central desta dissertação é teórico, mas a discussão também explora aspectos epistemológicos, metodológicos e empíricos. Não se trata de um estudo hipotético, mas sim de um estudo exploratório acerca de um paradigma emergente na Ciência Política e de seu potencial explicativo para análises de mudanças institucionais nas relações internacionais. Por ser exploratório e lidar com um problema que só começa agora a ser enfrentado pelos pesquisadores especializados, este estudo não tem a pretensão de fechar plenamente todas as questões. A intenção aqui é sintetizar o debate realizado até agora, apresentar um possível caminho para se desenvolver uma heurística que operacionalize análises evolutivas e aplicá-la, como um exemplo, a um caso-teste.

2. O paradigma institucionalista e seus limites explicativos

A Ciência Política enquanto reflexão sobre o fenômeno político é a disciplina mais antiga das Ciências Sociais, tendo suas origens no mundo Ocidental na Filosofia Política da Grécia Clássica. Mas a Ciência Política enquanto uma “ciência da política” é bastante recente, tendo seu início nas últimas décadas do século XIX nos Estados Unidos. Surgiu no contexto inicial da chamada Era Progressiva¹⁰ e como reação crítica às abordagens extremamente filosóficas voltadas à reflexão dos direitos naturais e do contratualismo. Influenciada pelas propostas de uma análise positiva da política, vindas da França, e dos estudos sobre governo e as estruturas do Estado, caudatárias da Alemanha, esse primeiro movimento em favor de uma “ciência da política” levou à formação de uma abordagem voltada aos efeitos dos modelos constitucionais sobre a dinâmica política. Por isso, tais estudos foram denominados de institucionalistas (FARR, 2003).

Já no início do século XX, surgiu um movimento ainda mais radical em favor da análise realmente científica da política, reivindicando, inclusive, sua profissionalização. O resultado mais direto disso foi a criação da Associação Americana de Ciência Política, em 1903, e de sua revista, a *American Political Science Review*, em 1906. Na esteira desse momento fundador daquela que viria a ser a maior comunidade dos cientistas políticos do mundo, surgiu um intenso debate em torno do ideal de ciência que deveria nortear as pesquisas, bem como do verdadeiro método científico a ser adotado nas investigações. Começou a ser gestado nesse momento o ambiente favorável às análises quantitativas, multidisciplinares e focadas no comportamento dos grupos sociais e políticos, principalmente durante os anos 1920 na Universidade de Chicago, sob a liderança de Charles Merriam (GUNNELL, 2006; FARR, 1995 e 2003). Assim, no período que se estendeu até os anos 1940, prepararam-se as bases para aquela que viria a ser chamada de Revolução Comportamentalista, que tomou lugar nos anos 1950 e 1960 (KIRKPATRICK, 1962; MERRIAM, 1921; SIBLEY, 1962). A abordagem comportamentalista recorria às teorias e metodologias oriundas da Sociologia, da Psicologia e da Estatística – principalmente a técnica do *survey* – para estudar a influência de variáveis sociais e culturais no comportamento dos indivíduos e dos grupos no âmbito da política nacional e comparada. Resumidamente, o comportamentalismo surgiu como uma oposição crítica às abordagens tradicionais que predominaram desde mais ou menos 1880 até 1950, e que ficaram conhecidas como Antigo Institucionalismo (PERES, 2008b; FARR, 2003).

¹⁰ A Era Progressiva foi um momento de punjância política e econômica nos Estados Unidos, estendendo-se entre 1900 e 1920. Sua principal característica consistiu na crença na excepcionalidade dos EUA como uma nação e a defesa dos ideais liberais. Para mais detalhes, ver Ross (1991).

O institucionalismo dos anos iniciais da “ciência da política” nos Estados Unidos acabou rotulado como Antigo Institucionalismo para a ser diferenciado da nova abordagem institucional que surgiria nos anos 1970, o Neoinstitucionalismo. Essa nova abordagem ganharia força ao longo dos anos 1980, impondo-se então como enquadramento teórico e metodológico predominante na comunidade a partir dos anos 1990. Crítico tanto do Comportamentalismo como do Antigo Institucionalismo, o Neoinstitucionalismo representou uma síntese dessas duas abordagens (PERES, 2008b). O foco principal da análise e as variáveis explicativas voltariam a ser as instituições políticas, que haviam sido relegadas ao segundo plano pelos Comportamentalistas; mas seriam mantidas a metodologia quantitativa e a preocupação com análises positivas, conforme defendidas pelos comportamentalistas.

Essa é a história canônica contada pela literatura especializada a respeito da Ciência Política norte-americana até o momento presente. Pode-se afirmar que essa história representa uma evolução epistemológica¹¹ que pode ser compreendida como uma sequência de paradigmas.¹² Pode-se afirmar igualmente, sempre amparando-se na literatura especializada (EASTON, 1962; FARR, 1995 e 2003), que a evolução da disciplina nos Estados Unidos se caracteriza pela sucessão de três paradigmas hegemônicos: (1) o Antigo Institucionalismo, (2) o Comportamentalismo e (3) o Neoinstitucionalismo.

2.1. *O paradigma neoinstitucionalista e suas principais vertentes*

Em linhas gerais, a ascensão do neoinstitucionalismo enquanto um paradigma hegemônico foi lenta e gradual e ensejou o desenvolvimento de algumas vertentes que competem na explicação dos fenômenos. As vertentes se diferenciam, entre outras coisas, pela influência de diferentes disciplinas em suas teorias. Algumas aderem mais a pressupostos da Economia; outras, às premissas da Sociologia; e outras ainda aos fundamentos da História. Desse modo, é possível falar em tipos de institucionalismo dentro da abordagem neoinstitucionalista. A classificação mais aceita dos diversos institucionalismos pelos pesquisadores foi apresentada por Hall e Taylor (2003). Segundo estes autores, haveria três correntes fundamentais: o institucionalismo sociológico, caudatário de perspectivas mais próximas da Sociologia (e, por isso, ainda carente de uma definição precisa das

¹¹ A abordagem evolucionária no campo da epistemologia não apenas é possível como foi realizada pelos dois principais filósofos da ciência do século XX, Karl Popper e Thomas Khun. Ambos analisaram a ciência do ponto de vista da evolução ou de teorias que resistem ou não a testes empíricos (Popper) ou sob o prisma das mudanças de paradigma em resposta a anomalias e mudanças ambientais nas comunidades científicas (KUHN, 1998).

¹² A análise da evolução da Ciência Política norte-americana sob a ótica da sucessão de paradigmas, embora às vezes criticada (WALKER, 2010), é algo recorrente em estudos que cientistas políticos realizam sobre a história da disciplina (PERES, 2008b).

instituições políticas); o institucionalismo histórico, que toma as instituições como procedimentos e costumes que perduram longamente no tempo; e o institucionalismo da escolha racional (também denominado de institucionalismo racional), que compreende as instituições como “regras do jogo político” capazes de influenciar a forma como os “jogadores” jogam e o próprio resultado desse “jogo” (SHEPSLE, 2006).

Essa classificação, porém, não é plenamente satisfatória, pois ignora algumas nuances no que tange às agendas de pesquisa e aos métodos empregados pelas vertentes neoinstitucionalistas. Por exemplo, dadas as similaridades entre o institucionalismo histórico e o institucionalismo sociológico, é possível afirmar que, na prática, existem apenas duas grandes correntes no interior desse paradigma, pelo menos na Ciência Política, quais sejam, o institucionalismo histórico – que até poderia ser chamado de institucionalismo histórico-sociológico – e o institucionalismo da escolha racional (SKOCPOL, 1995; PERES, 2008a). Essa divisão binária permite compreender de forma mais satisfatória e até holística as sutilezas o paradigma Neo-Institucionalista.¹³ Com base nessa classificação, a discussão avançará agora sobre os aspectos gerais de cada vertente.

2.1.1. *O institucionalismo da escolha racional e seus limites*

O institucionalismo da escolha racional alicerça-se em uma tradição eminentemente econômica que fora transposta para a Ciência Política a partir dos anos 1950, sob a liderança de William Riker na Universidade de Rochester (AMADAE e MESQUITA, 1999). Partindo da teoria da escolha racional ortodoxa, advinda da Economia neoclássica, e dos problemas lógicos das decisões coletivas baseadas no postulado da racionalidade instrumental individual, conforme demonstrando por Arrow (1963), começou a ser desenvolvida tanto na Economia como na Ciência Política uma variação menos ortodoxa dessa teoria. Além de Riker (1990), Buchanan e Tullock (2004) também logo perceberam que os parâmetros para as decisões coletivas, característico da política, são muito diferentes daqueles estabelecidos para as decisões individuais, própria das situações econômicas. Na política, as decisões são tomadas individualmente, mas os resultados são a somatória dessas decisões. Isso significa que, embora a unidade decisória seja o indivíduo, a tomada de decisão, na verdade, é coletiva. A racionalidade que rege as decisões individuais, portanto, pode, algumas vezes, produzir irracionalidade do ponto de vista do resultado coletivo da

¹³ Obviamente, é possível adotar outras classificações, conforme o interesse analítico de cada circunstância. Essa variedade de abordagens neo-institucionais traz bastante complexidade ao paradigma, especialmente porque alguns pesquisadores, algumas vezes, recorrem a elementos de vertentes diferentes, sendo isso epistemologicamente coerente ou não. Inclusive, mais recentemente, surgiram propostas de se tentar uma fusão de institucionalismo da escolha racional com institucionalismo histórico (THELEN, 1999; SHEPSLE, 2006). Se isso daria origem a uma terceira vertente, híbrida, ou se promoveria o desaparecimento das duas abordagens predominantes em favor de apenas uma, também híbrida, não foi explicitado pelos proponentes.

escolha. Esta era a conclusão mais direta que se podia tirar daquele que ficou conhecido como “teorema da impossibilidade”, formulado por Arrow (1963).

Assim, William Riker, James Buchanan e Gordon Tullock foram pioneiros na “descoberta” da importância das regras que presidem o processo de decisão coletiva. Ou seja, o arranjo institucional seria uma “estrutura” que influenciaria cada decisão individual e a agregação dessas decisões num resultado coletivo final. Embora os atores continuassem sendo percebidos como racionais-instrumentais, eles agora também seriam percebidos como atores estratégicos, ou seja, atores que interagem com outros atores, que fazem barganhas, que coordenam suas escolhas e que procuram maximizar seus ganhos por meio da utilização das regras em seu favor. Ainda se tratava do individualismo metodológico, mas os indivíduos agora não seriam analisados como se estivessem num mundo sem regras, sem restrições, sem instituições. Pelo contrário, as instituições seriam vistas como a estrutura legal que condiciona a agência, na forma de estratégias de coordenação e de otimização dos interesses.

Portanto, foi o estudo das decisões em grupo que gerou o grande desenvolvimento do institucionalismo da escolha racional, e graças aos trabalhos de Kenneth J. Arrow sobre decisões cíclicas,¹⁴ as instituições recobram sua importância, passando a ser vistas como elementos necessários para a geração da estabilidade e da consecução de objetivos políticos (COX, 1987; HINICH e MUNGER, 2003; NORTH, 1990; SHEPSLE 2006, 2010; GEDDES, 2003). Por esse prisma, instituições e comportamento interagem; preferências individuais encontram limites à sua plena satisfação nas regras de decisão; atores traçam estratégias para coordenar seus esforços e maximizar seus interesses em processos decisórios baseados na regra majoritária. A Teoria da Escolha Racional mesclava-se então com o institucionalismo, tornando-se uma teoria heterodoxa ao combinar individualismo metodológico com variáveis institucionais. Estava dado o passo inicial para a formação e o desenvolvimento do neoinstitucionalismo. Influenciados pelos trabalhos de Kenneth Arrow (1963), Anthony Downs (1999), William Riker (1962), Buchanan e Tullock (2004), Mancur Olson (1971), entre outros, os cientistas políticos foram aderindo cada vez mais vigorosamente a essa vertente racionalista do paradigma neoinstitucionalista.

De modo geral, existe muita disputa entre os adeptos dessa vertente do neoinstitucionalismo. Os analistas discordam, por exemplo, dos aspectos relativos à formação das preferências, da maior ou menor rigidez do conceito de racionalidade e da caracterização de uma ação ou escolha racional;

¹⁴ Mesmo antes da obra de Arrow oferecer uma luz sobre o papel das instituições nos processos decisórios, o clássico paradoxo de Condorcet e o ótimo de Pareto já chamavam a atenção para as dificuldades e os problemas das escolhas coletivas e como mecanismos de votação seriam necessários para evitar a irracionalidade coletiva (HINICH e MUNGER, 2003).

discordam com relação ao peso da assimetria de informação nos processos decisórios, quanto ao caráter da utilidade a ser maximizada e à universalidade dos modelos formais (GREEN e SHAPIRO, 1994). Contudo, apesar dessa variabilidade, segundo Shepsle (2010) e Immergut (1998), entre outros, é possível identificar alguns pontos de convergência no que se refere aos fundamentos conceituais do institucionalismo racional. Esses pontos estão no quadro a seguir.

Quadro 1. Pressupostos Básicos do Institucionalismo da Escolha Racional

- *Racionalidade instrumental*: consiste no comportamento de maximização, especificamente da função utilidade, valendo-se da estratégia mais adequada para tal.
- *Preferências*: assume-se que os indivíduos possuem preferências claras acerca das alternativas de escolha que lhe são postas. A teoria não se preocupa com a formulação dessas preferências (explicação *deus ex machina*).
- *Transitividade*: o indivíduo é capaz de ordenar suas preferências de maneira lógica, de acordo com a utilidade esperada de cada uma delas.
- *Crença*: relaciona-se com uma dada noção de probabilidade acerca da efetividade de um instrumento para se alcançar um objetivo.
- *Indivíduo*: constitui a unidade das análises da escolha racional.

Fonte: Elaboração própria.

Essencialmente, essa é uma teoria do comportamento humano, já que toda a sua construção conceitual alicerça-se sobre premissas constitutivas da ação. As instituições, enquanto uma estrutura, entram no corpo teórico como elementos de constrangimento à agência, atuando de forma a gerar pontos de equilíbrio estático e a produzir resultados que não seriam alcançados em sua ausência (ARROW, 1963; COX, 1987; HINICH e MUNGER 2003; NORTH, 1990; SHEPSLE, 2006, 2010). Cada arranjo institucional é uma estrutura de regras diferente e, como tal, conduz à agência também diferente por parte dos indivíduos, resultando em outras estratégias e em novas configurações do equilíbrio de interesses.

Como se pode notar, a noção de equilíbrio ocupa um lugar central em qualquer análise orientada pelo institucionalismo da escolha racional, incluindo-se as que recorrem à teoria dos jogos. De fato, o objetivo metodológico desses estudos é encontrar uma lógica de ação política que leve a situações de equilíbrio, pois esse tipo de enquadramento tornaria possível tanto a previsibilidade como a universalidade de seu modelo dedutivo. Ou seja, conforme ressalta Ordeshook (1986, pp. xiii *apud* GREEN e SHAPIRO, 1994, p. 24):

Equilibria is a prediction, for a pre-specified circumstance, about the choices of people and the corresponding outcomes. This prediction generally takes the form ‘if the institutional context of choice is... and if people’s preferences are... then the only choices and outcomes that can endure are...’ Thus, equilibria replaces both journalistic interpretations of events and statistical correlations between environmental factors and political outcomes as explanations. In the deepest meaning of the word, the study of equilibria, in game theory, combined with substantive applications, is an attempt to provide causal explanations.

Percebe-se que o conceito de equilíbrio é o que supostamente confere um caráter realmente científico às análises, pois, em princípio, permitiria que se traçassem as causas dos fenômenos observados e, assim, possibilitaria a construção de modelos preditivos, dando à teoria um princípio de inferência universalista. Essa visão é similar, e não por acaso, ao ideal científico das ciências físicas, as quais serviram de inspiração para os propositores do institucionalismo da escolha racional (GREEN e SHAPIRO, 1994).

Contudo, apesar de sua posição como uma das principais vertentes do paradigma neoinstitucionalista e de suas inegáveis contribuições, a teoria da escolha racional está longe de ser consensual e isenta de críticas no interior da comunidade científica. Seus conceitos, métodos e agendas de pesquisa vem sendo escrutinados e contestados desde que esse paradigma ganhou espaço nas publicações, nos departamentos, nas teses e nos encontros científicos. As críticas vieram de diversas direções, mas foram mais volumosas aquelas que vieram das trincheiras da vertente neoinstitucionalista concorrente, o institucionalismo histórico. Os institucionalistas históricos manifestaram preocupação com a rigidez dos pressupostos e conceitos da Teoria da Escolha Racional; mas, acima de tudo, mostraram-se inconformados com o que entendiam como a esterilização do contexto histórico dos fenômenos políticos nas análises dos “rational-choicers” (GREEN e SHAPIRO 1994; THELEN 1999).

De modo geral, muitas críticas são endereçadas à excessiva formalização matemática de modelos que simplificam em excesso a realidade, à despropositada preocupação com a estrutura formal dos argumentos e o conseqüente descuido com a relevância do problema político analisado,

assim como um certo fetichismo em relação aos métodos quantitativos, como se o conhecimento científico só fosse possível por meio dos números. Além disso seus modelos matemáticos são considerados extremamente complexos e nem sempre aplicáveis sem cláusulas *opt-out* (GEDDES, 2003; GINTIS, 2009).¹⁵ Tais modelos, segundo os críticos, desconsideram totalmente o contexto cultural e os processos de aprendizagem dos indivíduos (NORTH, 1978; SCHOTTER, 1981; COASE, 1984; AULT e EKELUND, 1988). Além disso, seus pressupostos são tidos como irrealistas e/ou frágeis. Green e Shapiro (1994) destacam alguns deles no quadro a seguir.

Quadro 2. Pressupostos Considerados Irrealistas ou Inconsistentes na Teoria da Escolha Racional, Segundo a Literatura Crítica

- O indivíduo sempre age racionalmente.
- A ação é baseada em informação seletiva e essa informação é perfeita.
- O indivíduo atualiza suas crenças segundo o teorema de Bayes.
- O indivíduo realmente pensa e age nos termos supostos pela teoria.
- Os benefícios políticos são homogêneos para todos os atores envolvidos no processo decisório.
- As preferências são fixas no período de análise.
- A estrutura institucional induz a um equilíbrio dos interesses e preferências.

Fonte: Elaboração própria.

Dentre tais pressupostos, há dois que são os mais criticados: racionalidade instrumental como fator motivacional exclusivo e a noção de equilíbrio. Se é consensual o fato de que todo indivíduo é dotado de razão e que esta guia as estratégias escolhidas para se alcançar determinados objetivos, por outro lado, não se pode descartar que esse mesmo indivíduo sobrepesa as relações que estabelece com outros atores e como a consecução de seu objetivo os afeta. Ou seja, os sentimentos também são parte importante da equação do processo decisório. Inclusive, diversos experimentos da Psicologia Evolutiva vêm demonstrando, já há algum tempo, que as decisões nunca são puramente racionais (McDERMOTT, FOWLER e SMIRNOV, 2008; McDERMOTT, 2004; HERRNSTEIN, 1990; KAHNEMAN e TVERSKY, 1979, 1981). Sobre isso, Gintis (2009, p. 31) observa o seguinte:

¹⁵ Uma cláusula *opt-out*, ou uma explicação *deus ex machina*, consiste em um recurso explanatório exógeno ao modelo, que responderia pela impossibilidade de se implementar rigorosamente o modelo matemático de modo a se chegar aos resultados por ele preditos. Geddes (2003) e Gintis (2009) reconhecem os problemas apresentados pelos modelos matemáticos, principalmente no que tange à simplificação da realidade. Porém, defendem sua aplicação como um instrumento analítico que permite compreender as idiosincrasias das decisões mais comuns tomadas numa base diária.

Even when applied to routine decision-making, the archetypal rational actor model is a considerable abstraction from individual choice behavior. For one thing, preferences are ineluctably a function of the current *state* of the actor, including psychological state, income and wealth, and ever-changing developmental history. Moreover, the subjective prior derived from observed choices over lotteries is a function of *beliefs*, which are socially constructed and deeply dependent upon cultural experience and social interaction. Finally, most humans are inextricably *social creatures* whose preferences are affected by moral considerations that are situationally specific. In particular, people tend to conform to social norms that are reflected in the priorities represented in their preference orderings. Recognizing these dimensions of rational action dramatically complicates the analytical representation of rational action, but there is no alternative, if one's aim is the explanation of human behavior.

Diante disso, Herrnstein (1990) julga haver um paradoxo inexplicável em diversas ciências do comportamento, como a Ciência Política, a Sociologia, a Economia, a Etologia, a Psicologia, etc. Todas elas dão enorme crédito e espaço para a teoria da escolha racional enquanto sabem ou pelo menos suspeitam que essa teoria descreve muito pobremente o comportamento real dos atores. Então, ele se pergunta: “how can anyone plausibly subscribe to the descriptive theory of rational choice in the face of the reality that organisms often behave against self-interest?” (idem, p. 356). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Smirnov e Johnson (2011, p. 81) acrescentam ainda que:

The assumption of individual rationality does not correspond with empirical evidence concerning human judgment and choice. Humans do not reason through all nodes of a game tree using backward induction, nor do they exhaustively gather information to make informed judgments. Instead, individuals rely on simple rules that have proven to work well in previous, comparable-choice scenarios. These alternative-choice procedures, moreover, do not warrant treating human behavior as they often lead to distinctive predictions from rational choice theory.

Embora tais aspectos sejam admitidos pelos “rational-choicers”, em geral eles são excluídos de suas análises com base no argumento de que sua inclusão tornaria seus modelos muito complexos (GINTIS, 2009). O mesmo ocorre com a noção de equilíbrio. Conforme já discutido há muito tempo por Chamberlain (1948), o equilíbrio pressuposto e buscado pela teoria da escolha racional é algo que nunca ocorre no cotidiano da vida real. Para que os agentes convirjam numa situação de equilíbrio ótimo, é preciso que eles interajam durante muito tempo, de modo a aprenderem as melhores estratégias de coordenação. Contudo, as “regas do jogo” costumam ser mudadas antes que isso ocorra (GREIF e LAITIN, 2004), pois as mudanças institucionais são muito mais frequentes do que supõe a abordagem estática da teoria. Por isso a mudança institucional é um fenômeno importante e também por isso a teoria da escolha racional não é apta para compreendê-la.

A mudança institucional é o fator mesmo que impede o equilíbrio almejado pelos “rational-choicers”.

Assim, a abordagem do institucionalismo da escolha racional, com sua excessiva preocupação com modelos de equilíbrio, não oferece explicações plausíveis para a mudança de estratégias de cooperação e conflito, tampouco é capaz de explicar escolhas fora do equilíbrio estático sem valer-se de cláusulas *opt-out* à teoria. Em decorrência disso, não possui conceitos e ferramentas metodológicas que realmente sejam capazes de explicar as mudanças institucionais.

2.1.2. *O institucionalismo histórico e seus limites*

O institucionalismo histórico é bastante influenciado pela Sociologia, Antropologia e História, apresentando-se como uma teoria alternativa ao institucionalismo da escolha racional. Nesse sentido, o estabelecimento do institucionalismo histórico deve ser entendido como um processo de diferenciação e sofisticação das análises institucionais que aconteceu mais acentuadamente a partir da última década do século XX. As pesquisas dessa tradição remontam aos estudos sociológicos de Theda Skocpol (1985 e 2003) e dos comparativistas históricos (GOLDSTONE, 2003; MAHONEY e RUESCHEMEYER, 2003), porém, diferentemente dos comparativistas convencionais, seus enfoques são mais voltados para instituições singulares e estudos de caso individualizados (MAHONEY e RUESCHEMEYER, 2003).

Em termos epistemológicos, a grande diferença entre as duas abordagens institucionalistas, a histórica e a racionalista, consiste no fato de que a primeira utiliza a indução como procedimento inferencial, enquanto a segunda recorre à dedução. As abordagens históricas estão em busca de generalizações empíricas e leis probabilísticas; as abordagens racionalistas estão voltadas à descoberta de leis deterministas (RIKER, 1962). A própria linguagem dessa vertente analítica e suas técnicas de análise, mais preocupadas com “narrativas históricas”, dão-lhe, por um lado, um caráter mais qualitativo. Mas também há análises que recorrem a modelos estatísticos, que são um tipo diferente de utilização do instrumental matemático se comparado aos estudos dos “rational-choicers”, voltados às formalizações e representações espaciais (SHEPSLE, 2010; THELEN, 1999). Desse modo, ao advogar a primazia da história nas análises de fenômenos políticos, essa vertente do paradigma neoinstitucionalista supõe ser possível contextualizar tanto a formação de preferências como os processos pelos quais as instituições evoluem (THELEN, 1999). Assim, poderiam suprir dois hiatos fundamentais do Institucionalismo da Escolha Racional.

Entretanto, o institucionalismo histórico não teve a pretensão de provocar uma ruptura completa com a ortodoxa teoria da escolha racional, nem com sua versão heterodoxa, o

institucionalismo da escolha racional. O conceito de racionalidade, tão característico dos estudos fundados naquelas correntes, permaneceria quase inalterado na corrente histórica, com a diferença de que nessa abordagem os analistas procuram contextualizar os elementos que dão suporte a essa racionalidade. Ou seja, procura-se compreender o processo pelo qual as preferências dos atores são formadas e, depois, como as escolhas são produzidas no ambiente institucional em que eles se encontram (STEINMO e THELEN, 1993). Portanto, sem rechaçar totalmente os conceitos de racionalidade e de preferências, o Institucionalismo Histórico procurou distinguir-se da abordagem concorrente ao investir numa análise historicamente contextualizada da racionalidade.

Com efeito, as pesquisas que se desenvolveram ao longo da década de 1990 e da primeira década do século XXI esforçaram-se por entender, categorizar e teorizar os mecanismos pelos quais se processam as mudanças institucionais, desde sua gênese até sua possível extinção, e de como tais mudanças estão relacionadas à formação das preferências dos atores. Nessa seara, Paul Pierson, Wolfgang Streeck, Kathleen Thelen e James Mahoney são os maiores responsáveis pelos grandes avanços epistemológicos dessa corrente. Pierson (2000, 2003 e 2004) mapeou e conceituou os processos de temporalidade e sequência que reconstroem causas e efeitos históricos. Na concepção de causalidade do autor, os fatos históricos não são elementos definitivos com relações diretas de causa e efeito, mas sim obras complexas da temporalidade. Por tal razão, a reconstrução da pesquisa histórica deve ser meticulosa, alicerçando-se em dados que permitam a verificação de relações entre eventos que agem conjuntamente como causas. Simultaneamente, a reconstrução histórica deve considerar a velocidade e sequência dos eventos. Para atender a todos esses critérios, Pierson (2003) recomenda que as pesquisas definam como horizonte temporal um mínimo de 50 anos de reconstrução de processos históricos.

Streeck e Thelen (2005), por sua vez, preocupavam-se essencialmente com os processos que envolvem a mudança institucional. Em grande medida, esses autores lançaram uma agenda de pesquisa focada no papel dos atores internos de uma instituição como motores da evolução institucional.¹⁶ Já Mahoney e Thelen (2009) agregaram dois importantes critérios às análises da mudança institucional: poder de veto e nível de discricionariedade sobre a interpretação e/ou a implementação da instituição. Entretanto, em termos conceituais, a maior inovação por assim dizer do institucionalismo história corresponde à ideia de *path dependency*. Embora exista mais dissenso

¹⁶ Isso os levou a desenhar uma tipologia em que constam cinco processos de mudança análogos a fenômenos geológicos: (1) deslocamento (ascensão lenta de instituições subordinadas perante as dominantes), (2) estratificação (adição de novos elementos institucionais às instituições existentes, como se fossem camadas depositando-se uma sobre a outra), (3) deriva (negligência da manutenção institucional mesmo diante de mudanças ambientais, levando ao deslizamento da instituição pela *polity*), (4) conversão (reajuste de uma velha instituição para novas funções) e (5) exaustão (falência gradual da instituição).

do que consenso acerca de uma definição precisa do que venha a ser essa “dependência da trajetória”,¹⁷ pode-se pensá-la como uma retroalimentação dos processos subsequentes a partir de um processo inicial que, uma vez desencadeado, cria uma dinâmica de auto-reforço que se torna incremental com o passar do tempo (LEVI, 1997; PIERSON, 2004). Desde então, na maioria das vezes, as pesquisas dos institucionalistas históricos consistem na tentativa de identificação da *path dependence* do fenômeno estudado.

Quadro 3. Pressupostos Básicos do Institucionalismo Histórico

- *Sequência temporal*: os fatos históricos ocorrem em sequências de causação e efeito não necessariamente diretas. Ou seja, para que um fato B ocorra a partir de uma causa A, outras causas sequenciais C, D e E podem ser necessárias para se chegar de A a B.
- *Feedback positivo*: uma vez que uma determinada escolha é feita no passado, ela tende a se retroalimentar e se auto-reforçar ao longo da trajetória histórica.
- *Path dependence*: trajetória de fatos dependentes auto-reforçados por processos de feedback positivo.

Fonte: Elaboração própria.

As duas décadas de desenvolvimento teórico do Institucionalismo Histórico não o impediram, porém, de sofrer críticas por parte de cientistas políticos e mesmo de outros cientistas sociais. Os teóricos da escolha racional costumam rotular os institucionalistas históricos de “contadores de histórias” (THELEN, 1999), devido ao seu esforço para retomar os contextos e as

¹⁷ Como forma ilustrativa deste dissenso conceitual, vale a pena mencionar, *ipsis literis*, as definições de *path dependence* segundo alguns autores importantes. Stinchcombe, 1968 (*apud* PIERSON, 2000, p. 195): “historical causation, in which dynamics triggered by an event or process at one point in time reproduce and reinforce themselves even in the absence of the recurrence of the original event or process”. Levi (1997, p. 28): “path dependence has to mean, if it is to mean anything, that once a country or region has started down a track, the costs of reversal are very high. There will be other choice points, but the entrenchments of certain institutional arrangements obstruct an easy reversal of the initial choice.” Thelen (1999, p. 390): “a perspective that examines political and economic development in historical context and in terms of processes unfolding over time and in relation to each other, within a broader context in which developments in one realm impinge on and shape developments in others.” Mahoney (2000, p. 507): “path dependence characterizes specifically those historical sequences in which contingent events set into motion institutional patterns or event chains that have deterministic properties”. North (2005, p. 77): “[p]ath dependence is a fact of history and one of the most enduring and significant lessons to be derived from studying the past. The difficulty of fundamentally altering a path is evident and suggests that the learning process by which we arrive at today’s institutions constrains future choices. It is more than the organizations brought into existence by the existing institutional matrix owe their survival and well-being to that matrix and therefore will attempt to prevent changes that would adversely affect their well-being. It is also that the belief system underlying the institutional matrix will deter change.”

condições históricas sobre as quais se desdobraram os fatos. Porém, independentemente dos vieses críticos comumente encontrados nas disputas entre correntes teóricas em sua luta por espaço na comunidade científica, pode-se dizer que, de fato, o Institucionalismo Histórico padece de alguns problemas importantes.

Primeiramente, pela exposição dos mecanismos analíticos descritos por Pierson (2000, 2003 e 2004), percebe-se que há um alto grau de arbitrariedade na definição não só do horizonte temporal da pesquisa histórica (até onde deve-se retroceder a análise?), mas também na busca por causalidades escondidas no passado (uma teleologia às avessas) e no estabelecimento de sequências lógicas dos eventos (encadeamento necessário e suficiente). O problema de tudo isso é que, por um lado, não se pode retornar infinitamente a causas passadas porque isso acabaria por levar a pesquisa à Pré-História – senão antes disso. Por outro, para evitar esse retorno ao infinito, o pesquisador se vê obrigado a encontrar um ponto de corte nesse processo de retorno às causas passadas sem dispor de algum critério objetivo para tanto. Assim, ao definir um ponto de partida, seja por falta de dados anteriores ou por ser o ponto que um dado pesquisador considera mais importante, sempre é possível que se coloque em dúvida se aquele é realmente o evento causal adequado para explicar a cadeia de fatos subsequentes. Ademais, além desse problema metodológico, há outro de natureza conceitual com consequências epistemológicas incontornáveis, qual seja, os próprios pesquisadores não dispõem de uma definição conceitual clara do que seja causa, assim, não têm onde se apegar para sustentar seus pontos de corte temporais, deixando em aberto o real significado dos eventos analisados.

Em segundo lugar, nos estudos histórico-institucionalistas, persiste uma ambivalência entre agência e estrutura, especialmente no que se refere à mudança institucional (BOCHMANN, 2011; LUSTICK, 2009 e 2011). Os estudos que procuram analisar as mudanças, tendem a dar ênfase à agência como variável mais importante, uma vez que as estruturas não mudam sozinhas. Mas, se os agentes estão submersos numa estrutura institucional que condiciona sua ação, como explicar a independência dos agentes para mudar a estrutura? Os estudos que privilegiam a estrutura, por sua vez, não conseguem realmente explicar as mudanças, pois a agência acaba prisioneira da estrutura. Alguns tentam recorrer à síntese da “agência-na-estrutura”, procurando mostrar que os agentes e suas disputas por poder dentro de uma estrutura provocam mudanças, por meio dos processos de *feedback* e *path dependence*.¹⁸ Mas, ainda assim, o paradoxo não está de todo resolvido, afinal, se o

¹⁸ Até mesmo autores como Goldstein (2000) e Mahoney (2000) reconhecem a dificuldade de identificar processos de *path dependence*. Para eles, as reconstruções de causa e efeito não necessariamente evidenciam uma dependência de trajetória, visto que podem ser processos arbitrários dentro de uma gama de fatos históricos um dado fenômeno institucional.

agente age na estrutura, a estrutura, de certo modo, age sobre o agente. Então, como saber quem tem maior peso em cada caso? Conforme a situação, pode ser a agência ou a estrutura?

O institucionalismo histórico não consegue lidar com essa situação de oscilações nas variáveis porque realmente não está equipado para concebê-las como variáveis interativas. Em outras palavras, as explicações falham em captar as duas dimensões simultaneamente: falham em compreender que os agentes tomam decisões imersos em considerações sobre um ambiente que os circunda, sobre as oportunidades e as ameaças, sobre o *zeitgeist*; assim como falham em considerar a estrutura como parte de decisões de seres humanos e não como um arranjo que tem vida própria depois de criado. Portanto, os grandes problemas da abordagem histórica são que, primeiro, não é possível identificar processos de *path dependence*; segundo, agência e estrutura são variáveis interdependentes, porque a estrutura é a agência e a estrutura nunca reflete os interesses de todos os agentes; terceiro, concebendo a história como uma mecânica teleológica de trajetória dependente, a mudança institucional é vista de maneira progressista enquanto desenvolvimento, e não enquanto evolução.

Quadro 4. Aspectos Metodológicos e Epistemológicos

Inconsistentes do Institucionalismo Histórico, Segundo a Literatura Crítica

- Arbitrariedade na definição do horizonte temporal da análise.
- Explicações desconectadas entre agência e estrutura (por vezes uma responde pelos processos políticos, por vezes a outra).
- Ausência de explicações fundamentadas sobre as condições ambientais, tratando-as por vezes como fatores exógenos dados (principalmente por meio do rótulo de „conjunturas críticas”).
- Ausência de reflexão sobre as limitações dos métodos de análise histórica, especificamente no que tange à análise documental e à reconstrução de processos decisórios.

Fonte: Elaboração própria.

2.2. O desafio da mudança institucional permanece

Como se procurou mostrar, as duas abordagens predominantes do neoinstitucionalismo não oferecem recursos teóricos, ferramentas metodológicas e premissas epistemológicas satisfatórias para compreendermos os processos de mudança institucional. As abordagens histórica e racionalista concebem a história de forma mecânica e teleológica. Os institucionalistas históricos encontram na

história um telos invertido, pois a *path dependence* procura no passado longínquo o propósito intrínseco da história realizado no presente. A história, assim, não é exatamente um processo aberto ao imponderável, ao imprevisível, ao inesperado, ao surgimento de algo que possa ser precisamente uma ruptura com os cursos anteriores dos acontecimentos. Os institucionalistas da escolha racional percebem a história como uma sequência de pontos de equilíbrio que ruma para algum ponto ótimo, colocando o propósito da história no futuro, mas numa história que nada mais é do que uma sequência lógica predeterminada num conjunto de possibilidades finitas. Os institucionalistas históricos não conseguem sair da armadilha da identificação da variável explicativa principal na relação entre agência e estrutura. Os racionalistas não conseguem escapar das amarras das preferências fixas e da racionalidade instrumental. As duas abordagens não conseguem lidar com os comportamentos não-rationais e autônomos que promovem mudanças muitas vezes ineficientes nas instituições.

Portanto, o paradigma neoinstitucionalista trouxe a irrefutável contribuição de ter colocado as instituições políticas novamente no centro da análise; sua vertente histórica chamou a atenção para a inegável importância da história para o devido entendimento da dinâmica institucional; sua vertente racionalista chamou a atenção para a importância de considerarmos os agentes, suas estratégias e os efeitos das regras sobre os processos decisórios dos atores. Tudo isso é importante para o estudo das instituições. Mas, para compreendermos sua mudança, o que é muito mais frequente do que sua estabilidade ou estática, é preciso que avancemos para um paradigma que esteja mais bem preparado para lidar com fenômenos dessa natureza. Esse paradigma pode ser a teoria da evolução.

3. A teoria da evolução e as Ciências Sociais: assimilação, rejeição e reaproximação

Como se sabe, a teoria da evolução foi formulada de maneira mais sistemática por Charles Darwin, um naturalista. Em virtude disso, a Biologia arrogou para si a responsabilidade pelo seu desenvolvimento e aplicação, o que levou muitos à falsa concepção de que o processo evolucionário opera apenas e tão somente na evolução das espécies, envolvendo principalmente os genes. Contudo, a evolução é um fenômeno muito mais abrangente (RICHERSON e BOYD, 2005; DENNET, 1995). “Just as evolutionary pressures can affect genetic change across generations,” afirmam Smirnov e Johnson (2011, p. 75), “they can also operate on unit such as voters, politicians, parties, ideas, technologies, norms, and institutions. Indeed”, acrescentam, “evolution can occur in any situation that possesses the following features: [habitat], population, variations, selection, and retention”.

De fato, embora não seja perceptível à primeira vista, e nem conscientemente utilizado pelos cientistas políticos, o “modo de pensar evolucionário” e, portanto, a forma de abordar os fenômenos estudados em diversas áreas da disciplina geralmente está implícita em inúmeras investigações (SMIRNOV e JOHNSON, 2011; LUSTICK, 2011; STEINMO, 2010). Diversas análises políticas seguem o algoritmo da abordagem evolucionária, também chamado de “evolucionismo universal” (DENNET, 1995). Em vários estudos, abordam-se certos ambientes que abrigam uma variedade de comportamentos no âmbito de uma população. Ao longo do tempo, certos comportamentos se mostram mais bem sucedidos, obtendo valorização social ou outras formas de recompensa. Contrariamente, há comportamentos que são reprovados, punidos, rejeitados, e assim por diante – o que mostra que, naquele ambiente, tais comportamentos não são os mais eficientes para se obter reconhecimento ou quaisquer recompensas. O que ocorre nesses casos é um processo de seleção de certos tipos de comportamento em detrimento de outros, com efeitos de médio e longo prazos sobre a população. O maior desses efeitos é a retenção do comportamento mais bem sucedido por parte da maioria dos indivíduos.

Smirnov e Johnson (2011) usam como exemplo dessa lógica de análise o clássico trabalho de Mayhew (1974) sobre o Congresso norte-americano. Esse estudo seria um marco para a futura abordagem “distributivista” das análises positivas do processo legislativo. Nessa obra, o sistema eleitoral (*ambiente* institucional) estimula uma relação pessoal entre deputados e eleitores (*população*) em seus respectivos distritos uni-nominais. O congresso (segundo *ambiente* institucional) é organizado (regras internas) de maneira descentralizada em favor das comissões, as quais teriam grande poder no processo decisório. Nesse contexto, há dois tipos de comportamento

possíveis (*variação*): (1) os deputados que se vinculam às comissões ligadas aos interesses de seus distritos e promovem políticas paroquialistas são recompensados com a reeleição; (2) aqueles que não se comportam dessa maneira, são punidos com a não-renovação de seus mandatos. Diante disso, temos, de uma parte, eleitores que *selecionam* o comportamento distributivista, e, de outra, parlamentares que reforçam o clientelismo dos eleitores, mediante o paroquialismo. Ao longo do tempo, “sobreviverão” em maior número aqueles deputados que repetirem (*retenção*) a ação estratégica mais bem sucedida para sua “sobrevivência”; portanto, o comportamento paroquialista. Todos os elementos do processo evolutivo estão presentes na estrutura básica da análise: *ambiente, população, variação, seleção e retenção*.

3.1. A recepção inicial da teoria da evolução nas Ciências Sociais

Por mais estranho que possa parecer para alguns, a aplicação da abordagem evolucionária nem sempre foi considerada inadequada ou exótica pelos cientistas sociais. Pelo contrário, conforme destacou Dewey (1910, p. 4), numa obra destinada a avaliar os impactos da Teoria da Evolução na Filosofia, “the origin of species introduced a mode of thinking that in the end was bound to transform the logic of knowledge, and hence the treatment of moral, politics and religion”. Dewey (1910) mesmo conclamou seus colegas de disciplina a incorporarem em suas reflexões o novo mundo descortinado pela teoria de Darwin. A Biologia, embora não necessariamente a teoria darwiniana, também exerceu grande influência na formulação inicial da Sociologia, como nas teorias de August Comte, Émile Durkheim, Karl Marx – que alegava ter chegado a ideias parecidas com as de Darwin por meios próprios – e, especialmente, Herbert Spencer, apenas para citar alguns dos mais representativos pensadores dessa disciplina.

Na Economia, entre a última década do século XIX e as primeiras do século XX, Thorstein Veblen, professor da Universidade de Chicago, capitaneou um movimento de aproximação de sua disciplina em relação à abordagem evolucionária. Num artigo clássico de crítica metodológica, Veblen (1898) alertava seus colegas daquele período para o atraso da Economia em relação à Psicologia, Antropologia e Etnografia.¹⁹ Segundo ele, enquanto os economistas continuavam seguindo o ideal de ciência da Física, sempre à procura de relações mecânicas de causa-efeito e com postulados abstratos e irrealistas sobre a natureza humana, as outras ciências do comportamento social adotavam rapidamente a abordagem evolucionária. “Modern Sciences are evolutionary

¹⁹ Literalmente, Veblen (1898, p. 373) afirma que “it may be taken as the consensus of those man who are doing the serious work of modern anthropology, ethnology, and psychology, as well as of those in the biological sciences proper, that economics is helplessly behind the times, and unable to handle its subject-matter in a way entitle it to standing as a modern science”.

sciences”, dizia Veblen (1898, p. 374). Na verdade, queria ele com isso fazer um contraponto à teoria de um dos líderes da escola marginalista, o francês Léon Walras, que havia publicado pouco antes, em 1874, seu influente livro *Elements d'économie politique pure*. Nessa obra, Walras trazia de modo definitivo a matemática para a ciência econômica, assim como aquela que se tornaria a “obsessão” dos futuros economistas, a preocupação com o “equilíbrio geral”.²⁰

Para Veblen (1898 e 1961), o equilíbrio da termodinâmica não se aplica aos sistemas econômicos porque eles não tendem ao equilíbrio; eles evoluem. Então, a única abordagem realmente racional do fenômeno econômico é aquela que vai atrás do seu processo de evolução. A própria ideia de equilíbrio é uma falácia, pois parte-se do pressuposto de que a natureza mesma tem um propósito; ou seja, de que, em sua “natureza”, os sistemas econômicos visam ao equilíbrio por si próprios – uma teleologia naturalista. Exatamente por isso, alega Veblen (1904), os marginalistas defendiam tão radicalmente o livre-mercado, afinal, acreditavam que a intervenção humana somente atrapalharia o curso natural das coisas. Contudo, contesta o autor, a economia não é um fato da natureza: ela é um fato humano e, portanto, só existe mediante a intervenção humana. Enfim, tudo que há na economia é produto de convenção, ou seja, de hábitos, crenças, costume etc. Sendo assim, em vez de calcular as utilidades individuais para as condições de equilíbrio, os estudiosos deveriam analisar a economia sob o aspecto institucional (VEBLEN, 1898, 1904 e 1961).²¹

Seguindo esse caminho, não apenas Thorstein Veblen, mas também John Commons, Wesley Mitchell e Clarence Ayres deram impulso àquela que ficaria conhecida como a escola do Institucionalismo Econômico (COASE, 1984; RUTHERFORD, 1996). Em seu conjunto, esses autores entendiam que “institutions are the outcome of formal and informal process of conflict resolution, [and] the criterion of success being whether the institution has generated a ‘reasonable value’ or ‘workable mutuality’ out of conflict” (RUTHERFORD, 1996, p. 2). Nesse sentido, as análises se voltam para o processo de um sistema aberto e dinâmico, articulado por mecanismos de coerção formais e informais.²²

²⁰ Seu discípulo, Vilfredo Pareto, continuaria depois o processo de matematização da Economia e que tentaria ainda fundar, sem obter o mesmo êxito, uma escola sociológica dedutiva. Não é fortuita, portanto, a busca de Pareto pelo ponto ótimo das situações de equilíbrio.

²¹ Isso não quer dizer que economistas de outras escolas teóricas, inclusive os neoclássicos, não abordassem as instituições. A diferença nesse caso consiste no fato de que as instituições eram as variáveis centrais nas análises da escola institucionalista (RUTHERFORD, 1996).

²² Todavia, existiam diferenças na análise institucional; enquanto Veblen (1904 e 1961) e Ayres (1966) privilegiavam as instituições informais, Commons (1924, 1925, 1931 e 1934) se tornou bastante conhecido por suas análises das instituições formais, como os processos judiciais e políticos para a resolução de conflitos. Aliás, Commons foi o pioneiro na análise dos custos de transação, dos direitos de propriedade e das organizações, temas que hoje são frequentes na Nova Economia Institucional.

Na Ciência Política, a abordagem evolucionária marcou presença desde o *methodenstreit* que caracterizou as primeiras décadas de formação da *American Political Science Association*, criada no início do século XX. Woodrow Wilson, foi uma figura central na profissionalização e consolidação da disciplina, assim como na vida político-partidária do país. Ele chegaria a ser um dos primeiros presidentes da APSA e, logo depois, dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra. Wilson reivindicava uma radical mudança epistemológica na disciplina, pois julgava que estava na hora da Ciência Política abandonar a Física newtoniana, com sua concepção mecanicista dos fenômenos, em favor da teoria da evolução (WILSON, 1911).

Numa de suas obras mais conhecidas, *Constitutional government in the United States*, publicada em 1908, Wilson dava indicações de sua adesão ao pensamento evolucionário ao analisar como se desenvolveram as instituições legislativas e as demais instituições constitucionais de seu país. Inclusive, sua concepção do que eram as instituições e no que consistia sua evolução é bastante parecida com a de Veblen. Segundo ele, “(...) uma instituição é simplesmente prática estabelecida, método habitual de haver-se com as circunstâncias da vida ou dos encargos do governo. (...) Dessa forma, o desenvolvimento do governo constitucional converteu-se no desenvolvimento de instituições, práticas, métodos de aperfeiçoamento da delicada tarefa de manter o entendimento entre os que conduzem o governo e os que a ele se submetem” (WILSON, 1963, p. 13).

Embora tomasse erroneamente a evolução como sinônimo de desenvolvimento, e sequer aplicasse todo o “algoritmo evolucionário” ao seu estudo, Wilson procurava mostrar como a história e os ambientes específicos levaram à evolução de dois modelos constitucionais diferentes, o norte-americano e o inglês. Inspirado na obra clássica *The english constitution*, publicada em 1867 por Walter Bagehot, ele mesmo um entusiasta de primeira hora do princípio da “seleção natural”,²³ Wilson também abordaria o problema do desenho constitucional sob o prisma darwiniano. Ele até chegaria a recorrer – sem dar vestígios de que o fazia intencionalmente, é claro – à concepção de

²³ Em 1872, Bagehot publicaria o livro *Physics and politics, or thoughts on the application of the principles of natural selection and inheritance to political society*. Nele o autor tentaria aplicar o princípio da seleção natural à política, analisando a evolução histórica de algumas sociedades, do ponto de vista individual e comparado. A conclusão do estudo é o de que o fator de diferenciação das sociedades, aquilo que levou algumas delas a ficarem estagnadas e outras atingirem níveis elevados de progresso, foi a evolução do que chamou de “gosto pela discussão de princípios abstratos”. Em sociedades com essa evolução, tais princípios teriam se refletido de algum modo nas formas de governo. Obviamente, é uma análise tão precoce em relação à própria publicação da obra principal de Darwin, em 1859, como bastante falha no que se refere à compreensão do princípio da evolução. De qualquer forma, essa obra de Bagehot evidencia o ambiente inicialmente acolhedor na Ciência Política à Teoria da Evolução.

exadaptação,²⁴ para descrever como “o desenvolvimento moderno das funções das assembleias legislativas foi, em muito aspectos, contraditório com os propósitos reais das práticas ou das instituições que lhes deram origem e as justificaram, [de tal forma que] consideramo-las hoje (...) parte do próprio governo, parte que dá origem às leis e as faz” (WILSON, 1963, p. 13).

Décadas depois, já no início da segunda metade do Século XX, Maurice Duverger recorreria de forma mais nítida ao paradigma biológico. Ele combinou a abordagem evolucionária com o enfoque taxonômico para estudar as organizações partidárias. Na obra que se tornaria um exemplar para os estudos organizacionais dos partidos, *Les Partis Politiques*, Duverger (1951, p. XI) afirmava, logo nas primeiras páginas da apresentação, que “un parti est une communauté d’une structure particulière. Les partis modernes se caractérisent avant tout par leur anatomie: aux protozoaires des époques antérieures, a succédé le parti à organisme complexe et différencié du XX^e siècle”. Não se tratava ali, de forma alguma, de uma analogia ilustrativa, mas sim de uma clara tomada de posição epistemológica diante do seu objeto.²⁵

Duverger exploraria uma classificação tipológica empírica, de acordo com os parâmetros da taxonomia, analisando os partidos como organizações que evoluem, assumindo determinadas “anatomias” e “fisiologias” em resposta às mudanças ambientais. Por essa ótica, os tipos partido de quadros e partidos de massas corresponderiam a ambientes políticos diferentes, relacionados com a ampliação do sufrágio. Cada ambiente propiciaria a evolução de um tipo de partido – o partido de quadros corresponderia ao ambiente eleitoral restringido e o partido de massas à democracia eleitoral de larga escala. Portanto, todas as características internas da organização teriam evoluído conjuntamente, num processo de interação com o habitat político. Desse modo, Duverger (1951) identificava o ambiente [eleitoral], a população [partidos], a variação [tipos partidários], a seleção [partido de quadros no ambiente pré-sufrágio ampliado; partido de massas no ambiente de sufrágio ampliado] e a retenção [transformação dos partidos num rumo convergente ao tipo partido de massas].

Todo o debate que se seguiu depois no interior dessa linha de pesquisa manteve esse pensamento evolucionário. Estudar partidos passou a ser a atividade de sair à procura de novos tipos partidários que por acaso vieram a se desenvolver em resposta a mudanças ambientais. Mesmo

²⁴ Exadaptação é um processo evolutivo pelo qual uma determinada estrutura física ou comportamental tem sua função original substituída por uma outra. Um exemplo clássico é a evolução das penas dos pássaros, inicialmente úteis para a regulação da temperatura corporal, mas posteriormente utilizada para o voo. O termo surgiu na Biologia com a obra de Charles Darwin, que a denominou inicialmente de „pré-adaptação”. Como mencionado, Wilson utilizou esta ideia para tratar das transformações funcionais das instituições políticas norte-americanas. Para mais detalhes sobre o termo, ver Gould e Vrba (1982).

²⁵ Peres (2009) analisa essa obra a partir dessa concepção, mostrando com maior detalhe o uso que Duverger fez da Teoria da Evolução e da Taxonomia na análise das organizações partidárias.

inadvertidamente, em alguns casos, o modelo de análise apresentado por Duverger estabeleceu um paradigma evolucionário que é seguido até hoje pela maioria dos especialistas nesse tema. Kirchheimer (1966), por exemplo, procurou mostrar que o aumento da competição no ambiente eleitoral teria levado à superação do partido de massas, dando oportunidade para a aparição de outro tipo, o *catch-all party*. Panebianco (1988), algumas décadas depois, tentou mostrar que a exacerbação das condições de competição promoveria mudanças tão drásticas nos partidos que estes deveriam ter outra nomenclatura, partidos profissionais-eleitorais. Mais recentemente, Katz e Mair (1995) reuniram evidências com o propósito de demonstrar que novas mudanças no ambiente político teriam levado os partidos a um novo “salto evolução”, o que fez surgir o partido cartel.

3.2. *A posterior rejeição da teoria da evolução pelos cientistas sociais*

Apesar da recepção favorável inicial e da presença às vezes explícita, às vezes latente, do pensamento evolucionário, a teoria da evolução acabou rejeitada e descartada pela maior parte dos cientistas sociais ao longo do século XX. Os economistas neoclássicos criticavam o institucionalismo alegando que seus praticantes não dispunham de uma teoria dedutiva rigorosa. Além disso, afirmavam que sua preferência por uma abordagem holística impossibilitava a verdadeira prática científica, que deveria ser a descoberta de leis. Os institucionalistas, diziam seus críticos, ao aderirem à abordagem evolucionária, resolveram analisar as instituições como resultado de interações espontâneas e imprevisíveis, ao invés de se concentrar nos processos decisórios racionais e deliberados dos indivíduos. Assim, por mais que a escola institucionalista de Veblen, Commons e outros tenha impactado o debate metodológico da Economia entre os anos 1890 e 1940, o que veio a prevalecer como paradigma hegemônico na disciplina foi justamente o ideal de ciência criticado tão vigorosamente por eles. A abordagem “individualística” neoclássica acabou tomando a frente como a principal teoria econômica e as instituições foram retiradas de seus modelos explicativos.²⁶

Na Ciência Política, logo depois da Segunda Guerra, acabou prevalecendo o paradigma comportamentalista, que já vinha sendo gestado lentamente desde os momentos iniciais de fundação da APSA. Embora a abordagem comportamentalista desse destaque à análise institucional, as instituições privilegiadas em seus estudos não eram as políticas, mas sim as sociais. As instituições políticas ficaram muito vinculadas aos desenhos constitucionais e às análises muito formais e dedutivas. Com a “revolução comportamentalista”, as variáveis político-constitucionais seriam relegadas ao segundo plano, em favor da ação dos indivíduos e dos grupos. O ideal científico dos

²⁶ Essa “abordagem individualística” é claramente descrita por Buchanan (1966) e Becker (1976).

proponentes do comportamentalismo pregava análises quantitativas, preferencialmente estatísticas – em especial o *survey*. As teorias deveriam ser indutivas e os dados deveriam permitir generalizações empíricas (KIRKPATRICK, 1962; MERRIAM, 1921; SIBLEY, 1962).

Na Economia e na Ciência Política o abandono mais generalizado do paradigma evolucionário teve início com a rejeição das abordagens institucionalistas tradicionais e a concomitante defesa da adoção de um paradigma comportamentalista. Curiosamente, cada disciplina rejeitava um tipo diferente de institucionalismo e defendia um modalidade diversa de comportamentalismo. Para os economistas, o institucionalismo representado por Veblen era essencialmente culturalista, e deveria ser superado em favor do individualismo metodológico – um tipo de abordagem em que a cultura não exerce qualquer influência significativa. Para eles, a Economia deveria se debruçar sobre o comportamento dos indivíduos, partindo de premissas universais acerca da natureza humana, e não nas instituições que formam os indivíduos e, portanto, provoca diferenças em cada contexto decisório. Na Ciência Política, pelo contrário, o institucionalismo era identificado com a abordagem tradicional, considerada muito formal no sentido legalista. Por isso, defendiam os comportamentalistas, esse modelo de análise deveria ser substituído por uma abordagem que levasse em consideração as “forças reais” da política – os grupos e as instituições sociais (família, sindicatos, igrejas, partidos, associações de interesse etc.), ou seja, a cultura.

Assim, quando a Economia rejeitava o seu institucionalismo, rejeitava a abordagem culturalista; quando a Ciência Política rejeitava seu institucionalismo, rejeitava a abordagem formalista. Quando a Economia defendia o comportamentalismo, defendia uma abordagem formal; quando a Ciência Política defendia o comportamentalismo, defendia uma abordagem culturalista. Quando a Economia rejeitava a epistemologia tradicional, rejeitava a inferência indutiva em favor da dedutiva; quando a Ciência Política rejeitava a abordagem tradicional, rejeitava a inferência dedutiva em favor da indutiva. Mas, as duas rejeitavam teorias normativas e defendiam abordagens quantitativas.

Essa diferença manifestar-se-ia também nos pressupostos epistemológicos – a Economia preconizava o princípio dedutivo, a Ciência Política advogava o princípio indutivo. Porém, a despeito dessas divergências importantes, as duas disciplinas convergiam em dois pontos. Em primeiro lugar, em termos metodológicos, as duas pregavam o máximo possível de quantificação das pesquisas; em segundo lugar, ao abraçarem o ideal de ciência da Física, foram levadas a defender abordagens que pudessem ter capacidade preditiva. Com isso, tanto a Economia como a Ciência Política acabaram se afastando da teoria da evolução.

3.3. Obstáculos à adoção do Institucionalismo Evolucionário

Há quatro fatores que atualmente constituem os principais obstáculos que precisam de ser removidos para que a Ciência Política volte a se aproximar mais amplamente do paradigma evolucionário: (1) o estereótipo criado no século XIX e nas primeiras décadas do século XX pelas interpretações errôneas da teoria da evolução; (2) o determinismo genético defendido nos últimos anos pela sociobiologia e pela “biopolítica”; (3) a inexistência de uma heurística que operacionalize de maneira mais analítica o pensamento evolucionário para o estudo mais sistemático das mudanças institucionais; (4) o conservadorismo dogmático em torno das abordagens (institucionalismo da escolha racional e institucionalismo histórico) que se desenvolveram no interior do paradigma hegemônico na Ciência Política (o neoinstitucionalismo).

O primeiro desses obstáculos, como já mencionado anteriormente, é mais antigo e corresponde à tradição de interpretações e utilizações equivocadas da teoria da evolução, tradição esta que se formou a partir da apropriação que Herbert Spencer fez do processo de “seleção natural”. Spencer se tornou um dos principais responsáveis pela proliferação do chamado “darwinismo social”, incorrendo na chamada “falácia naturalista” ao pressupor que aquilo que é “natural” é moralmente bom. Seguindo a linha spenceriana, diversos sociólogos, economistas e reformadores sociais julgaram que as desigualdades são “naturais” e que, portanto, não devemos interferir no livre curso da natureza. Reivindicações da redução do Estado e dos investimentos em políticas sociais, assim como de programas de distribuição de renda, seriam uma decorrência desse tipo de concepção. Supor que certos grupos humanos seriam “mais frágeis”, “menos aptos” à competição pela sobrevivência no ambiente industrial e moderno, e por isso deveriam ser “deixados pelo caminho”, também seriam deduções extraídas desse tipo de raciocínio. Até mesmo a defesa da eugenia, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra no final do século XIX e início do século XX, e depois na Alemanha nazista, conteriam igualmente a falsa perspectiva evolucionista de que seria possível uma “seleção artificial” das “melhores características” hereditárias para se promover o aprimoramento de certos grupos humanos visando à criação de “seres perfeitos”.

Tudo isso é resultado de uma interpretação completamente equivocada da teoria darwiniana e propiciada não apenas por Spencer, mas também por outros, como William Summer²⁷ e até Aldous Huxley²⁸ (ALFORD, FUNK e HIBBING, 2005). A Teoria da Evolução não é a mesma coisa que desenvolvimento, não pressupõe que algo irá necessariamente tornar-se mais complexo, nem que aquilo que é complexo é necessariamente o mais bem adaptado a todos os ambientes ou mesmo o melhor em termos éticos. Na Teoria da Evolução, não há julgamento moral nem teleologia. Tampouco há a defesa tácita ou explícita de que aquilo que ocorre segundo algum curso “natural” – sendo esse “natural” sujeito a controvérsias – deva ser isento da interferência humana. Não há seres melhores ou piores, não há seres mais desenvolvidos, não há sequer a defesa do desenvolvimento como algo bom ou necessário. “Selection only means that a trait is advantageous within a particular environment, which promotes the survival of that trait” (LEWIS e STEINMO, 2012, p. 319).

O segundo obstáculo a ser superado foi erguido há pouco tempo. Paradoxalmente, ele surgiu no contexto da revitalização da teoria da evolução, ocorridas nos últimos 40 ou 50 anos. Desde a década de 1970, tanto na Biologia como fora de seus muros demarcatórios, surgiram novas interpretações que intentavam dissipar os estereótipos em torno da teoria (MAYR, 1997). Até mesmo alguns economistas e cientistas políticos aderiram ao movimento que tem tentado restituir o sentido original da ideia de evolução, tal qual a acepção dada por Darwin (BOCHMANN, 2011; HODGSON; 2005; LUSTICK, 2011; NORTH, 2005; ROLAND, 2003; STEINMO, 2010). De modo geral, essa revitalização ocorre em duas frentes – uma na Biologia e outra nas Ciências Humanas.

²⁷ William Graham Summer foi um economista e sociólogo norte-americano que ocupou a primeira cadeira oficial de Sociologia nos Estados Unidos, na Universidade de Yale. Nessa condição, ele foi o responsável pelo primeiro curso de Sociologia em língua inglesa, em 1876. Tornou-se o segundo presidente da Associação Americana de Sociologia, no começo do século XX. Sua Sociologia baseava-se em Comte e, especialmente, Spencer. Por causa disso, sofreu fortes resistências por parte do Reitor de Yale à época, contrário ao ensino da teoria social spenceriana, considerada moralmente inadequada. Embora haja grande controvérsia acerca da suposta adesão e defesa do darwinismo social por parte de Summer, não resta dúvidas de que ele contribuiu enormemente para a disseminação da teoria social de Spencer nos Estados Unidos, a partir de seus cursos de Sociologia e de seus textos acadêmicos. Indiretamente, divulgava-se, portanto, uma interpretação equivocada da Teoria da Evolução por seleção natural. Um trabalho exemplar para outros estudos sobre o darwinismo social, e que acabou rotulando Summer como darwinista social, foi o do historiador Richard Hofstadter, *Social Darwinism in American thought*, lançado em 1944. Nele Hofstadter define o darwinismo social como uma ideologia que recorre à visão competitiva da natureza contida na ideia de luta pela sobrevivência, da teoria de Darwin, para aplicá-la à sociedade e tomá-la como base para uma teoria social normativa. Com isso, Hofstadter acabaria contribuindo enormemente para a disseminação dessa visão equivocada sobre a Teoria de Evolução darwiniana, pois o autor apenas considerava sua aplicação incorreta à sociedade, sem nunca questionar a validade da interpretação da própria teoria.

²⁸ Aldous Leonard Huxley (1894-1963) foi um escritor e humanista inglês, reconhecido como intelectual do seu tempo. Huxley ficou bastante conhecido pela sua obra „Brave New World”, que retratava uma sociedade governada por seres humanos geneticamente perfeitos, que conviviam em uma estrutura hierárquica com outros seres humanos considerados inferiores. Todo este vislumbre sociobiológico foi reflexo de seu contato com as teorias evolucionárias de seu tempo, servindo como referência acerca do que se pensava sobre os impactos das descobertas sobre evolução e genética no futuro da humanidade.

A primeira delas se desenvolveu no âmbito do neo-darwinismo, resultante da combinação da teoria de Darwin com a genética, formulada por Gregor Mendel²⁹ e incrementada por Francis Crick e James Watson.³⁰ Essa corrente envolve geneticistas e, principalmente, zoologistas especializados na etologia, ou seja, no estudo do comportamento animal. Esses biólogos vêm defendendo, desde meados dos anos 1960, que as instituições sociais, o comportamento humano e até a moralidade foram resultado de um processo de evolução que tem como protagonista o gene (DAWKINS, 1976). Pesquisando o comportamento de animais, como pássaros, macacos e até de insetos, esses biólogos chegaram a propor a criação de uma ciência que substituiria a Sociologia tradicional no estudo das sociedades humanas. Essa nova disciplina seria a sociobiologia (MAYR, 1997), cujo objetivo seria explicar a moralidade e a evolução das instituições sociais com base na genética. Evidentemente, esse determinismo genético, além de diversos problemas teóricos e conceituais que não poderão ser explorados aqui, acabou trazendo de volta a tensão entre as Ciências Sociais e a Biologia, fazendo retornar a falsa dicotomia entre “natureza” e “cultura”.³¹

Na outra frente, encontram-se psicólogos e diversos cientistas políticos que resolveram se aproximar da Biologia para estudar o comportamento humano. Essa frente, por sua vez, subdivide-se em duas linhas de investigação. Na primeira, recorrendo às chamadas Neurociências, um grupo de analistas políticos deu início a uma agenda de pesquisas intitulada “biopolítica”,³² cujo interesse é avaliar como elementos bioquímicos e genéticos podem afetar o comportamento político – preferência partidária, orientação ideológica, participação política, preferência eleitoral, etc. (DAWES e FOWLER, 2009; FOWLER, BAKER e DAWES, 2008; FOWLER e DAWES, 2008;

²⁹ Gregor Mendel (1822-1884) foi um frade austríaco responsável por desenvolver as primeiras bases da genética. Seu famoso experimento com ervilhas permitiu-lhe verificar os padrões de transmissão de caracteres, levando-o a postular as primeiras leis de hereditariedade genética. O seu trabalho é considerado o complemento conceitual à teoria da evolução de Charles Darwin.

³⁰ Francis Crick (1916-2004) e James D. Watson (1928-) são considerados os pais da genética contemporânea e os fundadores da teoria neodarwinista da evolução. Seu principal mérito científico, que lhes rendeu o Nobel de Fisiologia e Medicina em 1962, foi descobrir a estrutura molecular de dupla hélice do DNA. Com esta descoberta, a genética teve um enorme salto de avanço científico, sendo este modelo utilizado até os dias atuais.

³¹ Streeck (2010, p. 673) classifica essa literatura em três tipos de reducionismo biológico: “socio-biological reductionism, Panglossian adaptive functionalism, and Spencerian free-market social darwinism”. O primeiro seria a própria sociobiologia, que pressupõe que as instituições e o comportamento humano são determinados pelos genes. O segundo seria o funcionalismo adaptativo, o qual pressupõe que qualquer traço ou característica é sempre resultado de uma adaptação natural para otimizar a luta pelo sobrevivência. O terceiro tipo seria o darwinismo social, o qual parte da premissa de que aquilo que é natural é necessariamente bom – a natureza, portanto, seleciona os melhores e isso é bom e desejável.

³² Apesar de idêntico esse termo usado por esses cientistas políticos não tem qualquer relação com o sentido que Foucault atribuiu ao mesmo em sua obra.

ALFORD, FUNK e HIBBING, 2005; MCDERMOTT, 2004).³³ Esse tipo de investigação, de certo modo, abre espaço para a sociobiologia em sua interface com a Psicologia Cognitiva e investe numa abordagem que desconsidera outras dimensões importantes da evolução, reconhecidas por vários biólogos que estão nas fronteiras das novas descobertas genéticas (JABLONKA e LAMB, 2005).³⁴

A hereditariedade é, acima de tudo, um processo de transmissão de informação, que é genética mas também cultural. Um conjunto de práticas bem sucedidas durante o processo evolucionário pode ser transmitido por um sistema simbólico de comunicação e passar a fazer parte da herança que é transmitida às sucessivas gerações de uma população. Portanto, é importante superar esse determinismo genético que voltou a ser retomado por alguns biólogos, contrariando até as descobertas mais recentes de sua área (JABLONKA e LAMB, 2005), assim como por alguns cientistas políticos (LUSTICK, 2011). Ademais, se a descoberta de efeitos de substâncias químicas no cérebro e, assim, no comportamento, podem trazer grandes avanços para a ciência médica, por outro lado, também podem ser utilizados como forma de controle social. Então, além de não utilizarem realmente o algoritmo evolucionário em seus experimentos, tais pesquisas podem dar aos seus achados uma utilização eticamente controversa.

Na segunda linha encontram-se pesquisadores que de fato estão tentando aplicar a teoria da evolução à análise das mudanças institucionais. Nesse caso, tanto adeptos da teoria da escolha racional como defensores do institucionalismo histórico vêm tentando introduzir elementos da abordagem evolucionária em seus estudos. Provavelmente, essa abertura foi possível graças à influência que a Economia exerce sobre a Ciência Política pelo menos desde os anos 1950. Como a própria Economia já vem, há algum tempo, abrindo-se para as abordagens evolucionárias, alguns analistas políticos também sentiram-se incentivados a adotar esse paradigma. Desse modo,

³³ Dryzek e Schlosbert (1995) fizeram uma revisão da literatura de Ciência Política que começava a se aproximar da Biologia para realizar principalmente estudos experimentais. Os autores mostraram que, àquela altura, a imensa maioria dos estudos se enquadrava na linha da biopolítica. Desde então, não houve análises da literatura subsequente, deixando uma lacuna cujo preenchimento seria fundamental.

³⁴ Em uma revisão crítica dos avanços recentes da Biologia Molecular e seus impactos na Genética, Jablonka e Lamb (2005, p. 1) afirmaram o seguinte: “biological thinking about heredity and evolution is undergoing a revolutionary change. What is emerging is a new synthesis, which challenges the gene-centered version of neo-Darwinism that has dominated biological thought for the last fifty years. (...) Molecular biology has shown that many of the old assumptions about the genetic system, which is the basis of present-day neo-Darwinian theory, are incorrect. It has shown that cells can transmit information to daughter cells through non-DNA (epigenetic) inheritance. This means that all organisms have at least two systems of heredity [genetic and epigenetic]. In addition, many animals transmit information to others by behavioral means, which gives them a third heredity system. And we humans have a fourth, because symbol-based inheritance, particularly language, plays a substantial role in our evolution. It is therefore quite wrong to think about heredity and evolution solely in terms of the genetic system. Epigenetic, behavioral, and symbolic inheritance also provide variation on which natural selection can act.” Portanto, a evolução envolve pelo menos quatro dimensões de hereditariedade, sendo a comunicação e o conjunto de crenças e práticas uma exclusividade humana. Inclusive, esses aspectos muitas vezes chamados de culturais poderiam até influenciar os próprios genes, ou seja, os fenótipos poderiam ter algum impacto no genótipo.

economistas e cientistas políticos estão recorrendo cada vez mais à abordagem evolucionária para estudar a emergência de certas instituições e suas mudanças.³⁵

No caso da Economia, essa adesão teve início com a Nova Economia Institucional,³⁶ que, em grande medida, retornava aos pressupostos do Antigo Institucionalismo de Veblen, Commons, Mitchell e Ayres (COASE, 1984; RUTHERFORD, 1996). Críticos das análises econômicas baseadas na teoria da escolha racional, os adeptos da Nova Economia Institucional consideram a abordagem neoclássica tradicional muito abstrata e formal; consideram o individualismo metodológico muito reducionista, pois desconsidera o contexto institucional e cultural, desconsidera inclusive os processos de aprendizagem dos seres humanos (AULT e EKELUND, 1988; COASE, 1984; NORTH, 1978; SCHOTTER, 1981). Consideram que o foco no equilíbrio deixa de lado o problema da mudança institucional e dos efeitos das instituições no comportamento e nas escolhas individuais. Sendo assim, para compreender a complexidade de sistemas orgânicos, como a sociedade, grande parte dos economistas foram buscar na Biologia o paradigma evolucionário.³⁷

No caso da Ciência Política, segundo alguns dos defensores da abordagem evolucionária, o institucionalismo histórico seria a vertente neoinstitucional mais indicada para uma junção com a teoria da evolução (LEWIS e STEINMO, 2011; LUSTICK, 2011; STEINMO, 2010). Isso porque o institucionalismo histórico contempla elementos que são comuns, como a preocupação com a formação e o desdobramento histórico das instituições. Para promover tal articulação, bastaria que os institucionalistas históricos abandonassem sua concepção mecânica de história teleológico-retroativa e o foco voltado ao desenvolvimento institucional. No lugar de desenvolvimento eles deveriam colocar o processo evolutivo e, assim, a própria história passaria a ser vislumbrada como um processo adaptativo em aberto, portanto, indeterminado. Na verdade, de acordo com Lustick (2011, p. 182), “(...) historical institutionalism can only escape from the decreasingly edifying conclusion that outcomes are path dependent and are the product of some combination of structure

³⁵ Quando digo que estão recorrendo cada vez mais, quero dizer que o fazem explícita e conscientemente, porque, como já discutido antes, diversos estudos seguiram, mesmo que de forma implícita, o modo de pensar evolucionário para abordar seus objetos de pesquisa.

³⁶ A Nova Economia Institucional é uma abordagem dentro da Economia que traz as instituições sociais e legais para o centro das análises dos fenômenos econômicos. Os primeiros trabalhos desta abordagem remontam às obras de Robert Coase, em especial ao artigo de 1937 intitulado „The Nature of the Firm”. O termo, porém, é definido por Olivier Williamson em seu artigo de 1975. Atualmente, um dos maiores expoentes desta linha de pesquisa é o economista Douglass North. Para mais detalhes teóricos e metodológicos, ver North (1990).

³⁷ Obviamente esse movimento não é unânime. Muito pelo contrário, muitos economistas, geralmente de orientação neoclássica, são céticos em relação à abordagem evolucionária e às analogias biológicas (FOSTER, 1997; PENROSE, 1952; ROSENBERG, 1994; WITT, 1992, 1996, 1999, 2001). Hodgson (2002) tentou refutar a maior parte dos pontos de objeção desses economistas. Mesmo enfrentando resistências, a abordagem evolucionária se instalou de forma vigorosa na Economia nos últimos anos, o que foi impulsionado consideravelmente pela criação de um jornal acadêmico exclusivamente dedicado ao tema, o *Journal of Evolutionary Economics*, a partir de 1991.

and agency, by adopting an authentically evolutionary approach.” Afinal, complementa, “Historical Institutionalism has suffered from the constant struggle to include, and accord proper weight to, institutional structural as well as agency variables. The typical problem is that structural explanations are unsatisfyingly indeterminate, while agency explanations are unsatisfyingly overdeterminant” (idem, 196).

Em suma, se o foco explicativo recai sobre a estrutura (instituições), não se explica como e por que a estrutura muda; mas se o foco se volta para a agência, pressupõe-se que os efeitos da estrutura sobre a agência são nulos. E nem mesmo a estratégia de síntese que supõe a agência-na-estrutura não resolve o problema, porque ainda permanece a questão o grau de liberdade da agência e de condicionamento da estrutura. Para superar esse paradoxo, segundo Lustick (2011), em vez de se envolver em disputas a respeito de qual variável é a determinante, se a agência ou a estrutura, os institucionalistas históricos poderiam se concentrar na análise da estratégia; ou seja, poderiam analisar que estratégia de ação, em termos de cooperação, os atores usam em cada ambiente institucional. Poderiam pressupor, inclusive, que parte importante dessa estratégia, e às vezes até seu objetivo, é a própria mudança institucional.

Seja como for, devido à alegada proximidade entre o institucionalismo histórico e o paradigma evolucionário, a maioria dos estudos acerca das mudanças institucionais vem sendo realizada por pesquisadores oriundos dessa vertente do neoinstitucionalismo (STEINMO, 2010; THELEN, 2003). Todavia, alguns adeptos da teoria dos jogos também vêm aderindo à perspectiva evolucionária e trazendo contribuições bastante importantes. Esse é o caso do cientista político e matemático Robert Axelrod, que, junto com outros pesquisadores, inclusive de outras áreas, vem recorrendo já há algum tempo, às teorias da complexidade e aos modelos evolucionários com simulações computacionais (*evolutionary game theory, agente-based modeling, complex systems* etc.) para estudar a evolução da cooperação em cenários hipotéticos plausíveis (AXELROD e HAMILTON, 1981; AXELROD, 1984, 1986, 1997; BENDOR e SWISTAK, 1997; CAMERER, 2003; GIGERENZER e TODD, 1999; GINTIS, 2009; HOLLAND, 1992; SAMUELSON, 1997; SIMON, 1985; SMIRNOV e JOHNSON, 2011; WEIBULL, 1995). O mais interessante desses estudos é a articulação entre o paradigma evolucionário e a teoria dos jogos, permitindo uma formalização mais sistemática dos modelos de análise que, assim, podem ser replicados em diversos estudos seguindo um mesmo padrão conceitual e metodológico.

Isso nos leva ao terceiro obstáculo a ser superado para que a Ciência Política incorpore a abordagem evolucionária como um de seus paradigmas explicativos. Por um lado, essa recente onda de institucionalistas históricos que estão aderindo à teoria da evolução traz a possibilidade de

superação do determinismo genético da sociobiologia e da biopolítica. Por outro lado, porém, ainda não foi desenvolvido um modelo heurístico que possibilite a operacionalização mais generalizada do algoritmo evolucionário – ambiente, população, variedade, seleção, retenção. Cada análise realizada até o momento é uma aplicação desse algoritmo sem qualquer explicitação metodológica da heurística que deveria ser seguida por outros pesquisadores que quiserem replicar esse tipo de análise em outros objetos ou casos. A maior disseminação dessa abordagem demanda, portanto, a formação de um corpo heurístico mais esquematizado e operacional para que se tenha algum padrão nos estudos que seguirem esse paradigma. Ou seja, o próprio paradigma, como um exemplar de resolução de problemas científicos, está incompleto e precisa de maiores desenvolvimentos.

Finalmente, o quarto e último grande obstáculo a ser enfrentado, e que talvez seja o mais difícil, pois depende da resolução dos obstáculos anteriores e de outros fatores, é o dogmatismo que caracteriza a ciência normal quando existe um paradigma hegemônico numa dada comunidade científica. Na Ciência Política atual, o paradigma hegemônico é o neoinstitucionalismo, em grande parte dominado pela vertente do institucionalismo da escolha racional. Uma comunidade científica que tem um paradigma hegemônico dificilmente aceita inovações teóricas, metodológicas ou epistemológicas, especialmente se estas parecem desafiar suas “crenças científicas”. Por isso, a maioria dos cientistas políticos ainda não se interessou pelo paradigma evolucionário (LEWIS e STEINMO, 2012; LUSTICK, 2011; STEINMO, 2010).

3.4. A superação dos obstáculos à aceitação da abordagem evolucionária

Em primeiro lugar, as interpretações equivocadas da teoria da evolução estão sendo substituídas por leituras mais atentas e críticas, as quais deverão contribuir para um entendimento mais acurado da teoria e seu desenvolvimento mais sistemático. Somente com o tempo esse fantasma do darwinismo social poderá vir à luz como uma ideologia que realmente é conservadora, mas que não tem relação direta com a teoria proposta por Darwin. Em segundo lugar, é preciso superar o determinismo biológico. Mas este só será superado se também for evitado o determinismo sociológico. Para isso, é importante que a mútua ignorância entre as áreas, assim como suas desconfianças recíprocas sejam abandonadas. Isso somente será possível se houver maior interação dos pesquisadores e as áreas. Ou seja, as diversas disciplinas precisam de cooperação, elas mesmas. Isso significa que alguma forma e algum grau de interdisciplinaridade ou multidisciplinaridade seriam necessários, incluindo-se agendas de pesquisas compartilhadas. Somente isso permitirá uma abordagem integrada que seja aberta à apreensão da complexidade do fenômeno social e político. Há cientistas políticos, sociólogos e economistas se aproximando cada vez mais das disciplinas

biológicas e neurológicas. Esse problema por si mesmo é evolucionário e sua evolução não pode ser totalmente prevista.

Em terceiro lugar, há a difícil tarefa de promover uma mudança de paradigma. Uma transformação dessa envergadura, no entanto, demanda um longo processo de debate e de demonstração das anomalias empíricas e equívocos axiomáticos da abordagem predominante. A Teoria da Evolução exige que os pesquisadores abandonem o ideal científico mecanicista da Física newtoniana que os orienta à busca de relações de causa-efeito. Essa abordagem pede que os neo-institucionalistas da escolha racional deixem de se preocupar com pontos de equilíbrio. Trata-se, portanto, de uma mudança não apenas teórica, mas de toda a cosmologia que constrói o mundo científico da comunidade dos pesquisadores. Isso significa que a preocupação com as mudanças institucionais e seu estudo exigirão um novo *methodenstreit* (HALL, 2003).

“Indeed, at the heart of many of the deepest and most difficult battles inside political science is a fundamental struggle over the meaning and methods of science” (STEINMO, 2010, p. 7). Opõem-se dois ideais científicos. De uma parte, o newtoniano, que, embora admita que o mundo é complexo, propõe-se a explicá-lo por meio de sua simplificação, por meio de um modelo causal que contempla algumas variáveis básicas em relações lineares, com padrões recorrentes e baixa probabilidade de acasos. De outra parte, a concepção darwiniana, que pressupõe que a história é uma evolução complexa de processos interdependentes de uma série de eventos contingentes sujeitos a causas e efeitos inesperados ou ao acaso (HOLLAND, 1992). Por isso, enquanto o princípio da evolução estabelece um padrão geral, um algoritmo para o processo evolucionário, o conteúdo da evolução mesma de cada unidade analisada só pode ser entendido em termos históricos e particulares.

Nesse sentido, a evolução sempre será apreendida por meio de uma narrativa histórico-analítica.³⁸ Afinal, “evolutionary theory adopts a different ontology than that commonly found in physics or chemistry. (...) Living organisms are fundamentally different than inanimate matter. (...) Social systems (...) are also fundamentally different from inanimate matter. Like living organisms, they change, adapt, and evolve” (STEINMO, 2010, p. 10). O importante então é a interação dos atores, uns com os outros e com o ambiente. O ambiente é composto pelos indivíduos e seus costumes, regras, instituições. Ao interagirem tais indivíduos provocam mudanças no ambiente e essas mudanças ambientais demandam um comportamento adaptativo dos indivíduos. Nesse jogo interativo não é possível antecipar plenamente os resultados que serão alcançados.

³⁸ Embora não conste na literatura de Ciência Política uma definição consensual sobre o que venha a ser uma narrativa analítica, Shepsle (2006) e Thelen (1999) convergem para o conceito de que se trata de uma abordagem de análise histórica que se vale de recursos matemáticos para justificar o argumento em tela.

Streeck (2010, p. 674) mostra em detalhes a profundidade das mudanças que o paradigma evolucionário traria ao ideal de ciência que prevalece atualmente:

The variation-cum-selective-retention model of [evolutionary thinking] offers a concept of historical change that is distinctively non-teleological. (...) In Darwinian evolution, change is both permanent and gradual, endogenously driven by stochastic imperfections in reproduction as well as exogenously conditioned either by random shocks such as natural disasters or by other, parallel process of gradual changes. The theory provides for unpredictable 'events' as well as for coherent 'sequences of events'.

Steinmo (2010, p. 06-07), entre outros, acredita que essa transição valeria a pena porque:

In the effort to be more 'scientific', political science has attempted to become more formal and structured: the desire for methodological sophistication has pushed scholars toward quantifying the units of the analysis, isolating these variables and then holding them constant in order that their independent effects can be measured. (...) The problem is that as we have developed ever more sophisticated comparative static we have inadvertently built scientific models that are out of sync with the way the world actually works. Politics is not chemistry or physics, but too often we treat political and economic system as if they are made up of sets of chemical reactions or physical relationships. In the desire to become a predictive science, we look for linear relationships between independent variables even when we know that these variables are interdependent and nonlinear; we invent equilibrium where none is to be found, and we assume things about human nature and motivation that no one really believes are true.

Streeck (2010, p. 675) não poderia concordar mais com tais afirmações. Por isso, ele acrescentaria ainda que:

(...) A Darwinian historical-evolutionary perspective seems better to reflect the experience of human actors as historical actors in a historical world than do functionalist or rationalist theories. In this and other respects, Darwinian theory, when properly understood, is capable of restoring to social sciences their good conscience in construing their object world as historically unique, a good conscience they seem to have lost in their encounter with modern economics and its godfather, eighteenth-century physics.

Certamente, um dos aspectos que tornam ainda mais difícil a aceitação desse novo paradigma é a inexistência de um modelo heurístico esquematizado que padronize a operacionalização das análises. Nesse caso, é preciso que se avance para além das analogias entre os processos de evolução na natureza e os institucionais rumo ao desenvolvimento de algum enquadramento replicável nos estudos evolucionários das mudanças institucionais. Mas, até o

momento, a literatura sequer especificou de forma clara qual área da Biologia Evolutiva poderia ser apropriada de maneira analógica para a análise política. No caso das relações internacionais não há nem mesmo alguma sinalização de utilização de uma abordagem evolucionária. Afinal, em que medida a heurística evolucionária poderia ser aplicada à análise da política internacional? E que heurística seria essa?

Com o objetivo de trazer uma pequena contribuição inicial ao desenvolvimento dessa heurística, a discussão seguinte consistirá na apresentação de uma proposta de operacionalização da abordagem evolucionária. Procurando suprir a lacuna da literatura, indicarei que a área da Biologia que poderia ser utilizada para a construção de uma heurística evolucionária para a análise da mudança institucional é a Ecologia. Nesse caso, a evolução das instituições, ou seja, sua mudança, deve ser compreendida no contexto ecológico das relações de conflito/cooperação entre grupos e indivíduos. Evolutivamente, a natureza “selecionou” a cooperação como a melhor estratégia de convivência num ambiente competitivo, mas o conflito está presente o tempo todo porque há modalidades de cooperação que não contentam igualmente todos os envolvidos, o que leva às disputas por constantes mudanças institucionais. Para compreender melhor essa dinâmica a proposta procurará agregar à abordagem evolucionária da cooperação para produzir arranjos institucionais e mudá-los a formalização da teoria dos jogos.

4. Modelo teórico para uma heurística evolucionária

A proposta central agora é dar início ao desenvolvimento de uma heurística que permita a operacionalização mais esquemática, formal e padronizada da análise das mudanças institucionais por meio da abordagem evolucionária. Originário do grego εὕρισκω (descobrir, revelar), heurística é algum método ou processo para resolver um problema complexo e com informações incompletas cuja busca exaustiva é impraticável. Consequentemente, a previsibilidade e o controle plenos das variáveis são igualmente impossíveis. Este é precisamente o caso das instituições sociais e políticas vistas pelo prisma de sua evolução, uma vez que, de acordo com Lustick (2011, p. 190), “(...) evolution (...) cannot account for all outcomes and can never be used to make detailed point predictions (...) in any domain, including any political domain (...)”. Assim, “looking at politics in evolutionary terms means rejecting explanations on physics often poses them – the outcomes of abstract, timeless bodies, and forces of diferente magnitudes yielding solutions of maximum efficiency under the ideal conditions” (idem, p. 192). Por isso, a forma mais indicada de abordagem de fenômenos evolucionários, essencialmente históricos, únicos e complexos, é a heurística.

Seguindo a proposta de resolução de problemas complexos, de Polya (1973), pode-se dizer que um modelo heurístico consiste num conjunto de procedimentos para resolver tais enigmas científicos com soluções aproximadas válidas, consistindo em revelar os processos que até então eram imperceptíveis. No caso do presente estudo, trata-se de propor uma heurística de busca racional, ou seja, um sistema esquemático justificável do ponto de vista lógico e plausível do ponto de vista empírico, por meio de um enquadramento verossímil. Esse modelo heurístico é composto por três elementos: (1) um conjunto de conceitos articulados (2), alguns pressupostos analíticos e (3) a inclusão de uma abordagem formal da estratégia de cooperação em circunstâncias de assimetria de poder entre os atores.

Com relação aos conceitos centrais, estes serão propostos para conduzir a narrativa analítica³⁹ dos processos de mudança de acordo com o algoritmo evolucionário. Os conceitos básicos são: ambiente, população, variação, seleção e retenção. Mas, para que possam ser devidamente articulados uns com os outros na análise política, é necessário que sejam percebidos no contexto de um sistema ecológico, ou, mais propriamente, no contexto de relações ecológicas no interior de um ecossistema. Assim, é importante que sejam incluídos no modelo heurístico estes

³⁹ Segundo Shepsle (2006) e Thelen (1999), narrativas analíticas seriam uma forma de sintetizar os métodos de análise do institucionalismo histórico e do institucionalismo da escolha racional. Embora não exista uma definição precisa do que venha a ser tal narrativa, sua proposta consiste na agregação de modelos matemáticos menos sofisticados à tradicional forma de narração da História, buscando por meio deles evidenciar processos de path dependency.

outros conceitos: ecologia, ecossistema, competição e recursos. Veremos que, num ecossistema, as relações ecológicas são interações competitivas por recursos. No caso específico da política, os elementos mais importantes do ambiente são as instituições. Inclusive, podemos dizer que o ambiente político é um ambiente institucional. Isso demanda que mais um conceito seja agregado ao modelo: instituição.

Na perspectiva evolucionária, as instituições não apenas moldam os comportamentos, mas também são o produto da evolução desses comportamentos. As instituições também evoluem e sua mudança é o resultado dessa evolução. Sendo assim, a evolução das instituições ou sua mudança deve ser compreendida no contexto das relações de conflito/cooperação entre grupos e indivíduos por recursos. Evolutivamente, a natureza “selecionou” a cooperação como a melhor estratégia de convivência num ambiente competitivo. Não obstante, o conflito está presente o tempo todo porque há modalidades de cooperação que não contentam igualmente a todos os envolvidos e, além disso, o ambiente está em permanente mutação, alterando as próprias condições de interação e, com elas, o acordo cooperativo. Isso conduz às disputas por mudanças institucionais. Sendo assim, conflito e cooperação também constituem conceitos fundamentais do modelo heurístico a ser apresentado.

Com relação aos pressupostos e ao fundamento formal para o quadro conceitual, será proposta uma concepção de racionalidade individual e coletiva que desloca o elemento do cálculo instrumental para colocar em seu lugar a capacidade cognitiva de aprendizagem e de fazer avaliações aproximadas das experiências passadas para a replicação de soluções de problemas em situações presentes. Ainda, será sugerida uma modalidade de interação competitiva desenvolvida na área da Teoria dos Jogos para formalizar as condições de escolha da *cooperação* em determinadas circunstâncias de assimetria de poder, as quais são mais frequentes e próximas das relações políticas reais.

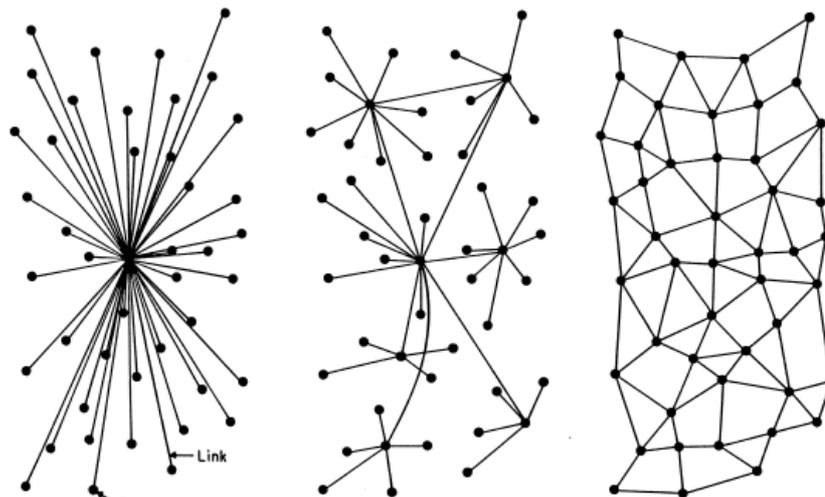
4.1. Um quadro conceitual para a Narrativa Analítica Evolucionária

Dado que o foco explicativo da heurística evolucionária recai sobre as mudanças institucionais, é preciso que, antes de qualquer coisa, seja explicitado o que se entende por instituições. Este é um termo polissêmico e até polêmico nas Ciências Sociais. Além de diversas, as concepções acerca do que seriam as instituições costumam ser vagas, muito abrangentes e, às vezes, contraditórias. O único ponto de convergência em todas as definições é o de que as instituições são criações humanas, são convenções; portanto, não são “coisas naturais”. Sendo criações humanas, elas teriam um propósito deliberado na vida social, que seria o de regular as crenças e os valores, de modo a dar alguma regularidade aos comportamentos. As instituições, assim, estariam associadas

aos costumes e, conseqüentemente, à cultura de cada agrupamento humano. Isto, entretanto, além de vago, levar-nos-ia a ter de enfrentar a definição de outro termo igualmente polissêmico, controverso e de difícil operacionalização, qual seja, o conceito de cultura.

Para evitar essa armadilha conceitual, e, ainda, conectar de maneira mais direta esse termo com o enfoque teórico a ser desenvolvido, a melhor alternativa metodológica é recorrer a uma definição conceitual bastante delimitada. Além disso, é mais indicado que essa definição seja focada no aspecto estratégico das interações ambientais que é inerente à perspectiva evolucionária. Sob tal perspectiva, neste modelo, as instituições são entendidas como regras e acordos para a resolução de conflitos entre dois ou mais atores, individuais ou coletivos. Desse modo, as instituições são concebidas como convenções criadas para resolver conflitos entre indivíduos do mesmo grupo e de grupos diferentes, entre grupos de uma mesma sociedade e de sociedades diversas, e até entre os seres humanos e a natureza. A evolução dessas soluções cooperativas foi criando o que hoje chamamos de arranjo institucional, ou seja, um conjunto entrelaçado e interconectado das instituições sociais e políticas, de modo similar a uma “rede neural”, como exemplificado, apenas a título de ilustração, na figura abaixo, onde aparecem três das infinitas possibilidades de relações enfiadas de uma rede sistêmica.

Figura 1. Exemplos de Relações Sistêmicas de Redes Neurais



Fonte: Elaboração própria.

Pode-se dizer então, como o fazem Lewins e Steinmo (2011, p. 323), que “institutions are complex systems with numerous interdependent subsystems, most of which have evolved myopically at specific times to serve different functions”. Por isso, “political systems rarely evolve as a whole. Social, economic, and political systems, like phenotypes that describe an organism

characteristics, reflect historical legacies and past political compromises that were made to develop these systems”. Isso significa que “current institutions are imperfect copies of earlier decisions and compromises. These compromises help to ensure imperfections in replication of institutions and thereby generate friction between subsystems, which is often a primary driver of further change”

Portanto, as instituições são um complexo arranjo de regras e acordos que regulam as relações de conflito de modo a promoverem a cooperação – o que significa que resolver o conflito é o equivalente a produzir cooperação. Mas, qual é a natureza do conflito? Por que os atores cooperam?

Para responder a estas questões é indispensável introduzir aqui mais um elemento fundamental do modelo, qual seja, a noção de ecologia. Trata-se da noção associada à área de estudos da Biologia denominada precisamente de Ecologia. De maneira bastante resumida, a Ecologia tem como objeto de estudo as interações dos seres vivos, tanto entre si como com seu ambiente. Tais interações envolvem principalmente a competição por recursos no interior de um ecossistema. Um ecossistema é uma comunidade de seres vivos que estabelecem relações uns com os outros e com os elementos não-vivos de seu ambiente. Esses seres não-vivos compreendem recursos inorgânicos comuns dispostos na natureza, e que, por isso, estão sujeitos àquilo que foi chamado de “tragedy of commons”. Eles são objetos de disputa por parte dos seres vivos, tais como espaço geográfico, minérios, água, energia, canais de escoamento e locomoção, e assim por diante. Mas os seres vivos também são recursos, pois são objeto de disputa por parte de outros seres vivos, seja como alimento, fonte de trabalho, mercado de consumo, etc. Trata-se, então, de um ambiente sistêmico bastante complexo e mutável, ou seja, de um todo orgânico articulado no qual a apropriação particular dos recursos por um grupo terá impactos sobre o ecossistema como um todo.

Sob tal ponto de vista, os estudos ecológicos se voltam para o ecossistema e procuram analisar a evolução dessas relações e as adaptações que ocorrem nos seres vivos individuais e nos grupos em resposta às mudanças ambientais e ao próprio padrão de relações que são estabelecidas e modificadas pelo processo de competição por recursos. Uma análise ecológica somente estará apta a abordar esse processo evolutivo se analisar a dinâmica da competição por recursos no âmbito do ecossistema. No caso dos grupos humanos, além da sobrevivência, está em jogo também os objetivos sociais de bem-estar e o acúmulo de riqueza. Para isso, os próprios seres humanos, os animais e outros seres vivos são utilizados, uns pelos outros. Porém, a utilização de outros seres humanos, seja como escravos, trabalhadores assalariados ou consumidores pode ocorrer num contexto de exploração, o que tenderá a gerar reação por parte dos explorados. Também pode gerar reação por parte de outros grupos que gostariam que eles mesmos fossem os exploradores. Mesmo

as interações não-exploratórias entre indivíduos e grupos podem gerar tensões internas e externas, levando a pressões por mudanças nos termos e na dinâmica de tais relações. No mundo contemporâneo, essa disputa assume formas bastante sofisticadas, como “guerras cambiais”, protecionismo, espionagem industrial e governamental, embargos, bloqueios, “guerras especulativas” no sistema financeiro, greves, manifestações, mudança do voto em eleições sucessivas, e assim por diante. Contudo, trata-se ainda da velha competição ecológica por recursos dentro de um ecossistema que se torna cada vez mais complexo e integrado.

A abordagem evolucionária deve então perceber as instituições como algo complexo e, em vez de se concentrar ou na estrutura ou na agência, deve se concentrar no processo das relações ecológicas. No caso da política, o processo ocorre em torno de algum tipo de conflito a respeito de duas coisas: (1) recursos e (2) regras de convivência que permitem alguma forma de cooperação para a busca partilhada de tais recursos. Os recursos são, portanto, centrais, e as próprias regras ou instituições podem ser compreendidas como um tipo de recurso. As regras estabelecem o grau de ganhos e apropriação dos recursos, as formas consideradas justas ou aceitáveis para buscá-los e, inclusive, seu compartilhamento. Por isso, o conflito em torno das regras é, ao mesmo tempo, o conflito em torno dos recursos. Em situações em que a obtenção dos recursos exige como solução a cooperação, o conflito se desloca para os termos da cooperação e a garantia de seu cumprimento.

Em suma, na competição ecológica, o conflito ocorre devido à disputa por recursos – orgânicos e inorgânicos. Esse conflito pode variar entre um mínimo [ameaças, boicotes, pressões, declarações, bloqueios, etc.] até um ponto máximo, chegando à violência física casual ou à guerra. Em virtude disso, é possível dizer que as tensões são elementos sempre presentes nas relações ecológicas, pois estas são naturalmente marcadas pelo conflito potencial. O conflito é o primeiro impulso natural das relações ecológicas, dado que a competição por recursos, que normalmente são escassos, é o que dá a tônica na evolução dos ecossistemas. Com os seres humanos isso não é diferente, e talvez até ganhe contornos conflituosos ainda maiores devido ao uso da racionalidade para a implementação de estratégias competitivas mais eficientes; e também por causa da incessante busca por recursos que ultrapassam em muito as necessidades básicas da espécie.

Mas, se o conflito é o estado latente das relações ecológicas, como explicar a cooperação? Podemos dizer que a cooperação é uma forma de ação coletiva, ou seja, um modo coordenado de trabalhar ou agir em conjunto visando à obtenção de algum objetivo ou benefício de interesse comum. Podemos dizer também que, se o conflito é o estado primário e potencial de qualquer relação ecológica, a cooperação é o resultado da evolução das relações de competição. Ou seja, a competição por recursos leva, inicialmente, ao conflito, mas sua evolução impulsiona certos grupos

a buscarem outra modalidade de competição que possa lhes trazer mais vantagens do que o conflito. Isso significa que há duas estratégias de competição – o conflito e a cooperação. Cada estratégia será selecionada em função dos ganhos maiores que puderem oferecer em termos comparativos. Isso implica que, ao longo de algum período histórico de sucessivas interações, os grupos serão capazes de selecionar a estratégia que pode lhes trazer maiores vantagens no que se refere à sua sobrevivência, estilo de vida, aumento de riqueza, segurança ou o que for que quiserem. Portanto, a cooperação é uma estratégia esperável para situações em que o conflito traz mais perdas do que ganhos para os atores envolvidos.

Com efeito, o conflito direto pode conduzir a um “jogo de soma-zero”, ou seja, um jogo em que um dos atores envolvidos ganha tudo o que está em disputa e aquele ou aqueles que perdem a competição perdem tudo. Mas situações assim são arriscadas e bastante raras nas sociedades humanas, especialmente quando o ecossistema torna-se muito complexo, envolvendo atores que, embora não estejam diretamente envolvidos com o conflito, podem ser prejudicados por seus resultados. Em ecossistemas sociais muito complexos, há uma série de conflitos indiretos circundando os conflitos diretos, de forma que a adoção dessa estratégia competitiva envolve muitos fatores que devem ser ponderados. Ecossistemas assim tornam muito custosos os conflitos diretos e muito incertos os ganhos do tipo “soma-zero”. Quando há muito desequilíbrio de poder entre os atores em conflito, pode ser que atores secundários à disputa promovam intervenções para dissuadir o prosseguimento dessa estratégia. Afinal, o jogo de “soma-zero” não imporá perdas apenas ao ator menos poderoso envolvido diretamente no conflito, mas trará impactos a todos que habitam o ecossistema. Devido então à complexidade das relações ecológicas e à possibilidade de intervenção por parte de atores não diretamente envolvidos com o conflito, torna-se extremamente difícil investir no confronto mais incisivo. A estratégia conflituosa, nesse caso, só será possível mediante a anuência de potenciais interventores e, portanto, exigirá a formação de algum acordo de cooperação entre vários atores exógenos ao conflito direto.

Sendo assim, podemos estabelecer um axioma relativo às estratégias de conflito/cooperação nas relações ecológicas:

Um ator, individual ou coletivo, buscará a cooperação sempre que não tiver poder para se impor unilateralmente no ecossistema.

Axioma da Cooperação

Se um único ator for poderoso a ponto de vencer sem maiores custos a disputa com o opositor direto, e se for igualmente poderoso para inibir qualquer reação por parte de atores externos à disputa imediata, a melhor estratégia será o conflito. Em diversas situações, será possível, é claro, selar algum acordo com outros atores para, em conjunto, atuarem contra outros atores. Mas, nesse caso, a estratégia do conflito só será possível mediante a cooperação que levaria à formação de alianças. Isso significa que há situações em que existe cooperação dentro do conflito e outras em que há conflito dentro das relações de cooperação; mas, acima de tudo, isso significa que a cooperação é uma estratégia dominante na maioria dos casos, conforme ilustrado no esquema a abaixo.

Esquema 1. Articulações Possíveis das Estratégias de Conflito/Cooperação

		Atores Diretos	
		Conflito	Cooperação
		1	2
Conflito		<i>Imposição Unilateral</i>	<i>Alianças Pontuais para Disputas</i>
		3	4
Cooperação		<i>Alianças Pontuais para Disputas</i>	<i>Acordos Generalizados</i>

Fonte: Elaboração própria.

A primeira combinação mostra que a imposição unilateral envolve conflito generalizado, tanto com os atores diretamente envolvidos na disputa como com aqueles que não estão diretamente envolvidos. Esse conflito só é vantajoso quando o ator conflituoso tem poder suficiente para lidar com todos os outros atores e extrair ganhos superiores aos que teria se resolvesse cooperar – observe-se que toda cooperação implica ganhos mútuos e, portanto, algum grau de perda por parte de todos os envolvidos. Há ainda duas possibilidades de conflito mas que não são generalizados, o que significa que exigem alguma cooperação. As combinações 2 e 3 ilustram essa situação, pois o conflito entre dois ou mais atores envolve algum tipo de acordo ou aliança entre atores cujo envolvimento com o conflito em questão é indireto.

Um exemplo pode ilustrar isso mais concretamente. Consideremos a relação entre israelenses e palestinos. Israel pode manter sua situação de conflito direto com os palestinos porque

tem poder para se impor unilateralmente, configurando a combinação 1. Porém, Israel não pode investir num conflito direto com o Irã porque a Rússia e a China poderiam interferir, representando uma forma indireta de envolvimento. Nesse caso, nem os Estados Unidos, que geralmente apóiam Israel, quereriam se envolver nesse tipo de proliferação do conflito. Com isso, permanece um atrito velado e *soft* entre Israel e Irã, uma forma de conflito indireto, permitido pela situação de cooperação que os israelenses têm com os norte-americanos, de uma parte, e, de outra, a “proteção” tácita que os iranianos eventualmente teriam por parte dos russos e, talvez, dos chineses – uma cooperação subentendida, portanto.

Mesmo os Estados Unidos seguem numa política de conflito indireto com o Irã, buscando alguma forma de cooperação, pois o conflito direto com aquele país poderia desencadear uma situação conflituosa com a Rússia e até com a China. Por outro lado, um conflito direto e bélico foi possível de ser estabelecido pelos norte-americanos contra o Iraque e o Afeganistão. Isso ocorreu porque houve a formação de uma aliança circunstancial entre diversos países em torno desse objetivo. Russos e chineses não interferiram nessa situação porque o risco de conflito generalizado era muito alto diante dos ganhos que teriam se atuassem como forças de dissuasão ou de contra-ataque. Esses casos ilustram as combinações 2 e 3.

Finalmente, assim como a combinação 1, a combinação 4 também é rara, porque, nesse caso, supõe-se uma situação ou de harmonia plena dos interesses de todos, ou de equilíbrio simétrico de forças entre os atores relevantes. Nesse caso, ocorreria uma modalidade de cooperação com acordos generalizados para se estabelecerem linhas demarcatórias das áreas de influência de cada ator ou grupo de atores que terão influência em cada região. Uma estratégia de cooperação desse tipo pode ser encaminhada de modo que os atores mais poderosos do ecossistema resolvam dividir os territórios por intermédio de um acordo formal ou informal de não-interferência nas relações de conflito/cooperação na região dominada pela outra potência. Essa situação caracteriza a Guerra Fria, em que havia um conflito indireto entre as duas grandes potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, e, ao mesmo tempo, um acordo tácito entre esses países com relação ao controle de suas respectivas regiões de domínio sem que houvesse interferência direta da potência externa ao grupo de países de seu bloco. Apenas para trazer a exemplificação para mais próximo do contexto brasileiro, é possível dizer que essa situação também caracteriza as divisões regionais que os “coronéis” faziam na República Velha brasileira para dominar seus “currais-eleitorais”.

Dessa forma, os ganhos e perdas das relações ecológicas devem ser entendidos no quadro mais amplo do ecossistema. Há múltiplas arenas institucionais em sobreposição e vários atores

direta e indiretamente implicados nas relações de conflito/cooperação. Nesse contexto, a cooperação emergirá quando houver ganhos mútuos maiores do que aqueles que porventura seriam obtidos por meio do conflito. Contudo, esses benefícios mútuos também envolvem perdas, uma vez que cooperar significa repartir alguma coisa, abrindo mão da apropriação completa de algo. Isso quer dizer que a cooperação envolve dois tipos de ganhos mútuos, os simétricos e os assimétricos. A cooperação simétrica é aquela em que os ganhos são igualmente repartidos; a cooperação assimétrica, ao contrário, é aquela em que os ganhos são repartidos de forma desigual. A cooperação simétrica tenderá a surgir quando os atores envolvidos tiverem poder equivalente; mas quando houver assimetria de poder, é de se esperar que a distribuição dos ganhos seja desigual. Ainda assim, a cooperação assimétrica será vantajosa para o ator que receber menores recursos porque com ela terá ganhos maiores do que os que teria se investisse no conflito.

Aqui recorro a mais um exemplo ilustrativo. Quando nos primórdios da humanidade algum indivíduo caçava sozinho, corria um altíssimo risco de ser ele mesmo transformado em presa, ou de ser ferido, ou ainda de não conseguir capturar nenhuma caça. Contudo, se lograsse êxito nessa árdua tarefa, não precisaria de dividir sua conquista com mais ninguém. No entanto, a experiência provavelmente mostrou que caçar em grupo e dividir a caça era muito mais vantajoso do que caçar sozinho para não partilhar nada. A caça em grupo exigiu cooperação em torno de um objetivo comum e, ao mesmo tempo, a aceitação da partilha. Todos os envolvidos somente entraram nessa ação coletiva porque sabiam que ganhariam alguma coisa. A repartição pode até não ser igualitária, mas todos têm que ganhar algo que corresponda a um benefício maior do que o risco de caçar sozinho. Trata-se aqui de ganhos mútuos, mesmo que sejam assimétricos.

Tal situação, por sua vez, pode evoluir do seguinte modo. Esse grupo altamente eficiente que se formou em torno da cooperação para a caça pode vir a ameaçar a sobrevivência de outros grupos que convivem no mesmo ambiente, mediante a redução dos recursos disponíveis. Ambos os grupos tenderão a entrar em conflito e somente não investirão nessa estratégia se seus resultados forem desastrosos para todos. Isto ocorrerá se nenhum dos grupos tiver poder suficiente para se impor unilateralmente nesse ecossistema. Se for este o caso, os dois grupos procurarão alguma forma de cooperação, mesmo com ganhos assimétricos. Sucessivos conflitos, com perdas generalizadas, provavelmente mostrarão que os dois grupos ganharão mais se fizerem algum acordo para garantir a coexistência com ganhos mútuos – portanto, com perdas aceitáveis. Esses grupos podem negociar alguma separação de território, podem se juntar para formar um grupo maior e ainda mais eficiente, podem chegar, enfim, a diversos tipos de arranjo que regule de maneira não-

conflituosa sua relação de competição. Se a competição não pode ser eliminada, ela pode, contudo, ocorrer num contexto de cooperação.

Esse exemplo simplificado pode ser ampliado para pensarmos quaisquer outras relações sociais, em diferentes esferas. No caso da política, a relação entre partidos, candidatos, países, regiões etc., pode ser enquadrada nessa mesma narrativa analítica, pois a esfera política também é um ecossistema. Os partidos, por exemplo, estão num ambiente institucional competitivo e investirão no conflito direto – que não é bélico, mas eleitoral – para conquistar o poder. Se pudesse, um partido competiria sozinho para chegar ao poder e governar também sozinho. Assim, não teria que abrir mão de seu programa e conseguiria extrair somente para si as vantagens de estar no poder. Mas, em contextos institucionais em que os partidos não conseguem vencer sozinhos as eleições, nem governar sem formar coalizões, eles terão que investir na estratégia da cooperação. Esta exige ganhos mútuos, na forma de distribuição de ministérios, recursos orçamentários e políticas públicas que podem estar distantes do programa original e dos interesses dos partidos.

Ambientes eleitorais, para citar outro exemplo, são ambientes institucionais que formam uma ecologia que pode variar e, assim, influenciar a competição. Em sua variabilidade, os sistemas eleitorais proporcionais geralmente incentivam a competição cooperativa, enquanto sistemas eleitorais majoritários incentivam a competição conflituosa. Em cada ambiente, há perdas e ganhos cuja distribuição quase sempre é assimétrica, e, por isso, sempre há demandas por mudanças institucionais. No caso do ambiente eleitoral de representação proporcional, os eleitores podem se mostrar insatisfeitos com as políticas assistemáticas dos partidos no governo e pedirão reformas institucionais. No entanto, como os atores que poderiam mudar as instituições são aqueles que preferem os ganhos mútuos da cooperação na forma de alianças eleitorais e coalizões governamentais, mudanças drásticas tenderão a ser evitadas. Na verdade, mudanças drásticas só ocorrerão diante de alguma mudança abrupta no próprio ecossistema.

De qualquer modo, todas as situações exemplificadas antecipam a resposta à pergunta: por que as instituições são modificadas? Sendo formas de resolver conflitos coletivos por meio de acordos de cooperação, as instituições devem promover ganhos mútuos, mas esses ganhos quase sempre são assimétricos. Assim, os arranjos institucionais dificilmente conseguem contentar a todos plenamente. Mesmo aqueles que ganham mais numa relação de cooperação assimétrica, podem querer mais benefícios. Aqueles então que ganham menos no interior de um determinado arranjo institucional quererão com mais intensidade ainda as mudanças que possam lhes favorecer. Outro fator que pode suscitar mudanças é a permanente mutação gradual do ecossistema, o que também provoca impactos nos termos da cooperação. As relações ecológicas são impactadas por tudo isso,

com resultados diretos na apropriação e distribuição dos recursos, e, assim, na competição e nas estratégias de cooperação. Com isso, o próprio ambiente institucional também muda, em resposta às pressões adaptativas concomitantes, e tais mudanças podem ser de dois tipos: lineares (lentas e graduais) e não-lineares (bruscas e radicais).

Em todos esses exemplos, temos competição, recursos, conflitos diretos, conflitos indiretos, cooperação simétrica e cooperação assimétrica. Temos um ambiente, uma população, variação de estratégias de competição, seleção da estratégia mais vantajosa e possível retenção da cooperação como comportamento predominante pelas sucessivas gerações. Isso não significa que o conflito latente não possa voltar, de maneira direta ou indireta; isso significa apenas que as sucessivas gerações saberão que a cooperação é a melhor alternativa em certas circunstâncias e, assim tenderão a buscar a implementação dessa estratégia sempre que necessário. Na verdade, a cooperação com ganhos mútuos é uma forma de relação predominante na resolução dos conflitos sociais porque ela mesma foi “selecionada” pela “natureza” nas relações ecológicas. Por isso, o mutualismo é a única forma de relação de cooperação que garante ganhos para todos os envolvidos, fazendo com que a cooperação seja a estratégia mais viável socialmente.

Isso fica claro a partir da análise dos tipos de relações ecológicas que se estabeleceram entre os seres vivos durante milhões de anos de tentativas e erros, conforme mostra o quadro abaixo. Como se pode notar, há três tipos de relação (antagonismo 1, parasitismo e predação) em que os ganhos de X implicam perdas para Y. Em todas elas, X tem condições de se impor unilateralmente sem sofrer represálias por parte do ator agredido ou de outros indivíduos do ecossistema. As relações antagônicas do tipo 1 ocorrem num contexto em que X subjuga Y, mas não o destrói – esse é o tipo de relação conflituosa que se estabelece quando um ator tem poder para se impor unilateralmente no ecossistema. Já as relações de predação são aquelas em que os ganhos de X equivalem à destruição de Y. No comensalismo, embora X obtenha resultados positivos, Y não sofre perda alguma; mas, de qualquer modo, não há ganhos para Y. Os três últimos tipos de relação não trazem quaisquer ganhos para X e nem para Y. O neutralismo, embora não implique perdas, também não resulta em ganhos, de forma que não há incentivos para a cooperação, simplesmente porque o conflito é muito remoto ou inexistente.

Quadro 5. Tipos de Relações Ecológicas

Tipo de Relação	Efeito em X	Efeito em Y
Mutualismo	+	+
Comensalismo	+	0
Antagonismo 1	+	-
Parasitismo	+	-
Predação	+	-
Amensalismo	0	-
Antagonismo 2	-	-
Neutralismo	0	0

Fonte: Elaboração própria com base na Teoria Ecológica.

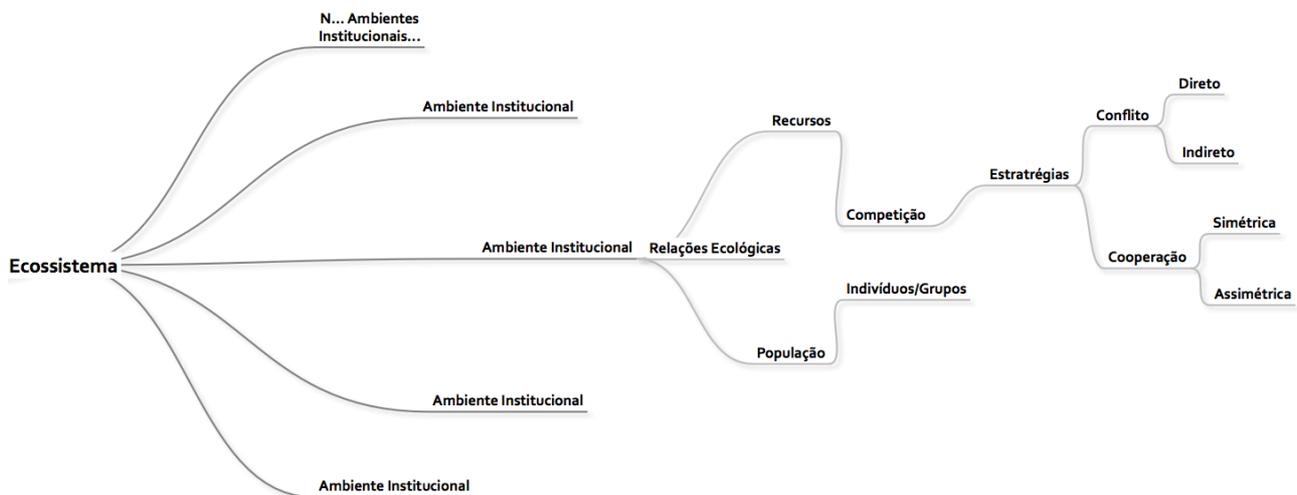
Notação: + é ganho, - é perda, 0 é inexistência de ganhos ou perdas.

Perceba-se também que o único tipo de relação “selecionada” pela natureza que incentiva a cooperação é o mutualismo. Qualquer outra situação pode ser conflituosa ou desvantajosa para algum dos envolvidos. Isso significa que os ganhos mútuos são parte intrínseca da cooperação e essa estratégia é a mais eficiente na natureza e na sociedade para situações em que o conflito envolve custos muito elevados para todos. Todas estas formas lógicas de interação competitiva foram “testadas” pela “natureza” na resolução de problemas evolutivos.

Houve aqui uma “seleção natural” dos tipos de relações ecológicas que deixam aos atores duas escolhas, o conflito ou a cooperação, e, ao mesmo tempo, colocam as condições que conduzem à escolha de uma ou de outra estratégia de competição. Sua adoção pode ocorrer de forma intencional pelos atores que reconhecem tais mecanismos como válidos e aplicáveis para a resolução de problemas equivalentes ou homólogos, ou pode ser o resultado “espontâneo” e, portanto, não-intencional de múltiplas interações até que se perceba que determinada estratégia traz melhores resultados do que outras em circunstâncias específicas. Ou seja, a “cópia” ou “replicação” da solução pode ser intencional ou espontânea, mas ainda assim é uma forma de retenção. As estratégias de cooperação são as que envolvem a construção de instituições que podem também ser replicadas.⁴⁰ Logo abaixo, segue o modelo heurístico baseado no quadro conceitual discutido até aqui e que estabelece as ramificações que devem ser consideradas numa abordagem evolucionária de orientação ecológica.

⁴⁰ Esta é a mesma conclusão do experimento de simulação computacional realizado por Axelrod (1984) para analisar as condições “naturais” de emergência da cooperação.

Figura 2. Fluxograma do Modelo Heurístico para Narrativas Analíticas Evolucionárias



Fonte: Elaboração própria.

Enquanto uma heurística, o quadro conceitual descrito no fluxograma sugere uma sequência investigativa que pode ser seguida pelo pesquisador em sua *narrativa analítica evolucionária*, visando ao estudo da mudança institucional. Essa sequência estabelece os seguintes passos na investigação:

- Identifique o ambiente institucional a ser analisado, assim como outros ambientes institucionais do ecossistema político que possam influenciar de alguma forma importante o ambiente analisado.
- Identifique a população estudada e também, se for o caso, outras populações que também possam provocar algum impacto nas relações ecológicas da população estudada.
- Identifique que recursos estão sendo disputados e que são objeto da competição entre grupos e/ou indivíduos da população estudada.
- Identifique as condições de competição, ou seja, se é mais recomendável e se é possível investir no conflito ou na cooperação.
- Identifique as modalidades de conflito (se direto ou indireto) e cooperação (se assimétrica ou simétrica) possíveis de ocorrer.
- Identifique a distribuição dos ganhos em cada caso e, quando houver cooperação, os arranjos institucionais que se formaram para resolver o conflito.
- Identifique, no caso da cooperação, como o acordo cooperativo foi selado, os ganhos distribuídos e, assim, as tensões que ainda persistem e que devem pressionar por novas mudanças institucionais

4.2. Pressupostos analíticos

A heurística proposta logo acima tem como um de seus pressupostos a perspectiva de que cada fenômeno analisado evoluiu de forma específica, o que significa que a ênfase da narrativa analítica evolucionária deve recair no caráter único e particular de cada caso ou contexto. Isso não significa que não possam haver semelhanças formais e recorrência de certos padrões, como é o caso da estratégia de cooperação. O que se quer dizer com isso é que a busca de cooperação ou conflito segue cursos específicos em cada caso, e o importante não é identificar se ocorreu conflito ou cooperação, mas sim o processo que levou até tais desfechos, que são sempre provisórios, uma vez que a mudança é a característica central de um processo evolutivo.

Assim, embora estejam imersas num mesmo ecossistema, cada instituição tem uma evolução própria, mas sempre interdependente das outras. As instituições coevoluem, mas, em grande medida, de formas singulares, o que é próprio de um sistema orgânico (LUSTICK, 2009; HOLLAND, 1992). Como destaca Steinmo (2010, p. 11):

„What this means is that complex phenomena are often the result of a series of unguided interactions at the micro level and that the outcomes may be unique to the particular interaction. (...) An evolutionary theory allows us to accept the fact that different variables matter in different contexts. Evolutionary theory does not assume constancy of variables and therefore similar variables can have very different effects in different contexts.”

O segundo pressuposto é o de que os seres vivos possuem capacidade de “aprendizagem” em graus variados, desde o condicionamento por “punição/recompensa” até a capacidade cognitiva de apreender simbolicamente uma experiência e transmiti-la às sucessivas gerações por meio de uma linguagem verbal que se tornou sempre mais complexa (JABLONKA e LAMB, 2005; KANDEL, 2012). Por consequência, “an evolutionary approach to institutional change places human cognition, intentionality, and agency at the center of the analysis. Humans have displayed an advanced capacity to generate new rules; they strategically choose between different institutional schemas; and they often imperfectly implement, copy, or repeat successful behaviors” (LEWIS e STEINMO, 2011, p. 323). Dessa maneira, a experiência sempre é a responsável pela descoberta do que “funciona” melhor em cada situação e, assim, por um processo de inferência aproximada replicar em situações similares o mesmo comportamento. Nas palavras de Axelrod (1986, p. 1097):

„Evolutionary approach (...) is based on the principle that what works well for a player is more likely to be used again while what turns out poorly is more likely to be discarded. (...) In evolutionary approach there is no need to assume a rational calculation to identify the best strategy. Instead, the analysis of what is chosen at any specific time is based upon an operationalization of the idea that effective strategies are more likely to be retained than ineffective strategies. Moreover, the evolutionary approach allows the introduction of new strategies as occasional random mutations of old strategies.”

Desse modo, é possível supor que, nos seres humanos, a seleção das melhores estratégias de competição se processaram por meio da aprendizagem de qual comportamento é o mais eficiente em cada contexto, a partir das experiências passadas e da transposição heurística das soluções anteriores para situações semelhantes. Contudo, nem sempre os cálculos são corretos e nem as situações tão semelhantes; por isso sempre há erros. Os atores, muitas vezes, operam seguindo o que se convencionou chamar de “rule of thumb”.⁴¹

O terceiro pressuposto é de que os atores são racionais, mas não no sentido instrumental atribuído à racionalidade pela teoria da escolha racional. Na racionalidade-instrumental do individualismo metodológico, pressupõe-se certo conteúdo necessário da razão na forma de cálculo de preferências dadas. Na concepção de racionalidade da abordagem evolucionária, os atores são racionais do ponto de vista cognitivo, portanto, essa racionalidade está em permanente construção e é limitada pelas condições de aprendizado e pela própria experiência. Além disso, como o ambiente sempre muda, o que se aprendeu anteriormente não é de todo aplicável a situações futuras. Nesse caso, trata-se então de uma racionalidade que sempre falha em algum grau. Em termos esquemáticos, essa racionalidade é dotada das seguintes características:

1. Os indivíduos aprendem por meio de um processo de tentativa e erro.
2. Os indivíduos compreendem a situação em que se encontram.
3. Os indivíduos procuram estratégias disponíveis para resolver os problemas.
4. Os indivíduos são capazes de avaliar os resultados das estratégias utilizadas por eles mesmos e também pelos outros.
5. Os indivíduos são capazes de selecionar, de forma processual, as estratégias que parecem ser as mais eficazes, inclusive as utilizadas por outros, que, assim, são imitadas ou replicadas.

⁴¹ A rule of thumb consiste em um procedimento simples para se afirmar alguma coisa de interesse científico-racional sem recorrer a longas experimentações empíricas, profundas reflexões ou cálculos. No dia-a-dia, é uma forma de aproximar medidas, valores e conceitos com o objetivo de acelerar o processo de raciocínio e entendimento em torno de um argumento.

6. Os indivíduos são capazes de abandonar uma estratégia que se mostrou eficaz numa situação ou contexto e que, depois, deixou de ser eficaz porque houve alguma mudança no padrão de interação ou do comportamento dos competidores ou do ambiente.

Podemos falar assim em uma ‘racionalidade ecológica’, ou seja, numa interação cognitiva dos seres humanos – e também outros animais, mas em grau menos sofisticado – com o ambiente, por meio da qual os indivíduos aprendem com a experiência, mas se veem diante de um mundo em constante mutação, obrigando-os a mudar suas estratégias, acordos de cooperação, formas de conflito, maneiras de apropriação e distribuição dos recursos que correspondam às adaptações possíveis, sempre incompletas e até certo ponto imprevisíveis para sobreviver no interior do ecossistema. Nesse caso, não faz sentido formar preferências fixas⁴², como se o ambiente também fosse fixo. Não adianta ter preferências coerentes, como no axioma da Teoria da Escolha Racional, num contexto de incoerência das relações ecológicas. Nessa situação, a melhor postura é a flexibilidade. Esse ambiente é complexo e inviabiliza a previsão ou a detecção de relações causais mecânicas, tanto do ponto de vista dos indivíduos que agem nele como da perspectiva daqueles que estudam sua evolução.

O quarto pressuposto é o que de a evolução dos seres humanos e de suas instituições possui um caráter *sui generis*. Se por um lado, “biological evolution is non-purposive”, como ressaltam Lewis e Steinmo (2011, p. 321), por outro lado “human social institutions evolve differently precisely because human cognitive capacities make it possible for individuals and groups to consciously choose institutions”. Ou seja, temos a capacidade de fazer uma seleção intencional de algumas instituições, especialmente as políticas, e, assim, influenciar até certo ponto a evolução do arranjo institucional como um todo. Não temos como saber realmente todos os efeitos sistêmicos das escolhas institucionais que fazemos, mas temos alguma experiência anterior que nos indica o que mais ou menos poderemos esperar, em alguma medida e com algum alcance, das instituições que adotamos.

Essa seleção intencional somente é possível porque nós enquanto seres temos “(...) capacities for deductive problem solving and inductive learning complement each other and contribute to the selection of laws and new political institutional rules and schemas” (idem, p. 317). “Humans”, destaca Lustick (2011, p. 198), “can imagine the future, and can strive to rearrange

⁴² Mais à frente, o leitor possivelmente terá a impressão de que a heurística evolucionária trabalha com preferências fixas. Na verdade, elas são fixas única e exclusivamente no momento da decisão, já que são necessárias para viabilizar a escolha da melhor estratégia para reagir a determinadas injunções ambientais. Uma vez passada a decisão ou o processo de deliberação, estas preferências podem ser alteradas. Em outras palavras, as preferências são fixas *ad hoc* e idiossincraticamente.

institutions consciously, purposefully, and with long-term benefits in mind to compensate for short-term costs”. Em outras palavras, concluem Lewis e Steinmo (2011, p. 317), “humans’ creative capacities and their advanced ability to generate novel ways to solving collective action problems are perhaps the most distinctive features of our species. (...) Human creative cognitive capacities help explain the complexity of political institutions, the opportunities for new variation to emerge, and the likely rates of institutional change”.

Ao analisarmos, portanto, a evolução ou a mudança institucional, devemos considerar que os seres humanos não chegam às instituições por acaso, mas por processos deliberados de tentativa e erro, por meio dos quais aprendem e procuram replicar modelos que consideram bem sucedidos. Eles são capazes de aprimorar aspectos falhos e reter elementos testados em diversas situações e que se mostraram eficientes. Ademais, buscam a cooperação porque são capazes de reconhecer racionalmente as condições em que essa estratégia é mais indicada, inclusive em situações prováveis no futuro. Finalmente, os seres humanos desenham suas instituições políticas visando a garantir os acordos de cooperação e constroem organizações, por si mesmas outras instituições, para garantir tais acordos. A forma que assumem esses acordos em termos de modelos institucionais refletem o reconhecimento racional das assimetrias de poder e os ganhos mútuos advindos da cooperação.

Vejam agora, como a teoria dos jogos pode ser mobilizada para demonstrar formalmente a lógica interativa de avaliação consciente e racional, no sentido evolutivo, das situações de assimetrias de poder que conduzem à cooperação no ecossistema político. A perspectiva do jogo servirá, igualmente, para enquadrar a análise que seguirá a heurística aqui proposta.

4.3. O modelo de jogos e a narrativa analítica evolucionária

Grande parte da literatura sobre cooperação costuma recorrer a modelos formais de análise dos fenômenos políticos (AXELROD, 1984). Nesse contexto, destacam-se as clássicas abordagens da Teoria dos Jogos.⁴³ Essa teoria abrange um amplo ramo da matemática com diversas aplicações nas Ciências Humanas (DOUGHERTY e PFALTZGRAFF, 2001). Sua importância como método de análise consiste no fato de que, por meio de enunciados matemáticos de variada complexidade, é

⁴³Esses instrumentos metodológicos formais são costumeiramente utilizados pelo Institucionalismo da Escolha Racional, principalmente porque sua linguagem tende a ser axiomática, categórica e focada na previsibilidade dos fenômenos e na universalidade das relações causais (GINTIS, 2009; SHEPSLE, 2010). Como discutido anteriormente, esse ideal científico newtoniano levou seus adeptos a serem profundamente criticados, mais frequentemente pelos institucionalistas históricos (SANDERS, 2006; THELEN, 1999). Porém, a Teoria dos Jogos não pressupõe previsibilidade, universalidade ou teleologia mecanicista. Trata-se de uma teoria que também pode ser aplicável ao estudo evolucionário. Na verdade, desde os anos 1960 há biólogos evolucionistas que recorrem à Teoria dos Jogos para analisar a lógica da evolução e a reprodução genética.

possível modelar as interações dos agentes de uma maneira relativamente direta e lógica (DAVIS, 1997). Por apresentar tal característica, a Teoria dos Jogos é de especial interesse para o estudo de processos decisórios e também de processos evolucionários, especialmente quando a evolução contempla a capacidade de fazer escolhas, como é o caso dos seres humanos.

Obviamente, teremos que compreender a política como um jogo (SHEPSLE, 2006). Para existir um jogo, é necessário que os seguintes quesitos sejam cumpridos (RAPOPORT, 1999):

1. Devem existir pelo menos dois jogadores.
2. O jogo se inicia com um ou mais jogadores fazendo um escolha dentre um conjunto de alternativas possíveis.
3. A partir da escolha surge um cenário de ganhos e/ou perdas.
4. As escolhas disponíveis e realizadas pelos atores podem ou não ser conhecidas.

Uma vez preenchidos estes critérios mínimos, a modelagem pode ser realizada a partir da formulação dos interesses dos atores. Esses interesses podem ser matematicamente expressos por meio de uma função de utilidade, que deriva da relação entre as preferências de um ator e as alternativas existentes numa interação coletiva (DAVIS, 1997; GINTIS, 2009). De certa maneira, ela quantifica as preferências para que se possam estabelecer relações de ordem entre as diversas opções estratégicas com as quais se depara um ator.⁴⁴ Por meio da função, modelam-se também os diferentes níveis de satisfação de um jogador com relação a cada resultado possível do jogo. Esta modelagem pode ser feita tanto pela atribuição de valores numéricos que representam a ordem das preferências como por variáveis literais. Ademais, a cada valor ou variável associa-se uma

⁴⁴ A construção da função de utilidade está intimamente vinculada ao conceito de transitividade. Por transitividade, entende-se o encadeamento lógico entre as opções disponíveis (HINICH e MUNGER, 2003). Por exemplo, se A é preferível a B e B a C, então A é necessariamente preferível a C. O não-cumprimento desta lógica implica em intransitividade. Neste sentido, pode-se enunciar as condicionantes da função de utilidade: 1. todas as alternativas devem ser comparáveis; 2. preferência e indiferença são transitivas; 3. o jogador é indiferente a resultados equivalentes; 4. o jogador sempre escolhe a opção cuja probabilidade associada é mais alta (DAVIS, 1997; RAPOPORT, 1999; GINTIS, 2009).

determinada probabilidade, cuja função é especificar as chances de uma determinada estratégia ser escolhida.⁴⁵

Descritas as funções e as variáveis, o jogo pode ser representado tanto por matrizes como por árvores de jogo (RAPOPORT, 1966; GEDDES, 2003)⁴⁶. Ambas as formas especificam as estratégias e o ordenamento das preferências a elas associadas. No geral, a representação é feita pelo resultado que se tem a obter (um benefício, um benefício com um custo, uma perda etc.) em vez de pela função de utilidade, e esse resultado é o *payoff*. Estes são previamente conhecidos, ou pelo menos imaginados, uma vez que fundamentam o processo decisório. Isso, porém, não significa que sejam os únicos resultados possíveis, mas sim a percepção dos atores sobre os resultados da interação coletiva. Dados estes conceitos, podemos avançar no que tange à cooperação.

O principal problema da Teoria dos Jogos é entender como se procedem os processos decisórios coletivos, buscando elucidar padrões de cooperação e conflito (AXELROD, 1984 e 1997). Não por acaso, o dilema do prisioneiro⁴⁷ é jogo mais conhecido e para o qual se oferecem

⁴⁵ Como se vem frisando ao longo do texto, o uso da formalização matemática como um instrumento de análise dos fenômenos políticos não implica necessariamente em uma redenção aos pressupostos do institucionalismo da escolha racional nem à economia neoclássica. Ao recorrer-se neste trabalho ao modelo da teoria dos jogos, busca-se única e somente arquitetar sob uma forma lógica o argumento em torno do problema da cooperação. Entretanto, o uso do modelo requer a mobilização destes conceitos (utilidade, probabilidade, função etc.), uma vez que são eles que permitem apreender o fenômeno político de forma a construir a articulação lógica do argumento. Isso, porém, não significa que se busque compreender a política como um mundo de pontos de equilíbrio estático, como o fazem o institucionalismo da escolha racional e a economia neoclássica: a heurística da narrativa analítica evolucionária fundamenta-se na dinâmica dos fenômenos políticos, reconhecendo que uma potencial situação de equilíbrio em um dado momento pode ser alterada (se é que pode ser atingida) dependendo das circunstâncias ambientais em tela. Se esta heurística advogasse algum conceito de equilíbrio – o que não vem a ser o caso –, este seria ou o de equilíbrio instável ou o de equilíbrio dinâmico.

⁴⁶ A escolha da representação fica a cargo do pesquisador. Segundo Rapoport (1999), qualquer jogo pode ser reduzido à forma normal, que consiste na apresentação visual das estratégias. Em geral, elege-se aquela que se torna mais didática para o leitor, mas isso depende sobremaneira da formulação matemática do problema. Em casos em que equações diferenciais são utilizadas, gráficos de campos vetoriais são mais esquemáticos do que árvores de jogo ou matrizes. Para mais detalhes, ver Gintis (2009).

⁴⁷ O dilema do prisioneiro costuma ser formulado de diferentes maneiras, dependendo do autor a que se refere. Como forma ilustrativa, segue a formatação (no original) do problema por Dougherty e Pfaltzgraff (2003, pp. 565): „(...) two individuals are taken into police custody and accused of a crime. Because they are interrogated separately, neither knows what the other will tell the district attorney. Each is aware that if both remain silent or deny all allegations, the worst they can expect is a sentence of 60 days in the country jail for vagrancy. If one turns state’s evidence and the other remains silent, the former will receive a one-year commuted sentence and the other will be sent to the state penitentiary for ten years. If both confess, both will receive from five to eight years in prison, with a parole possible at the end of five”. A melhor estratégia para os dois prisioneiros seria permanecer em silêncio, mas por não haver comunicação nem alguma outra instância cooperativa, preferem não arriscar (visto que se um confessa e o outro não, a pena é a pior de todas) e ambos confessam. Esta situação é coletivamente subótima, visto que não leva ao melhor payoff dos prisioneiros.

diversas tentativas de solução, tanto para a situação em que os atores não cooperam⁴⁸ como para aquelas em que há fatores⁴⁹ que permitem a cooperação. As soluções são encontradas por meio das funções de utilidade e da esquematização das estratégias e dos *payoffs*. Dessa forma, a Teoria dos Jogos é extremamente útil para a modelagem dos processos decisórios envolvendo a construção ou a mudança institucional.

Considerando a gama de jogos existentes e os diferentes modos como podem ser formalizados, há duas opções de níveis de complexidade distintos. A primeira consistiria no uso de modelos dinâmicos com equações diferenciais de primeira ordem com n variáveis, tal como proposto no Institucionalismo Evolucionário (GINTIS, 2009). As equações diferenciais de primeira ordem dependeriam do fator tempo e respeitariam a relação abaixo:

$$dy/dt = f(y(t)) \quad (1)$$

Entretanto, uma modelagem nestes termos correria o risco de se tornar muito abstrata e de não oferecer explicações acessíveis sobre os fenômenos políticos observados, especificamente no âmbito da cooperação assimétrica⁵⁰. Por esta razão, um modelo mais simples tem maior potencial analítico, como o de *hawks & doves*. Esse jogo consiste na disputa de dois grupos opostos por um determinado território valioso (GINTIS, 2009) ou, no caso específico, por um benefício. Essa disputa contrapõe o benefício de se obter o território desejado ao custo de participar do conflito, considerando que cada grupo difere em capacidades de poder. Assim, os atores são nomeados pela estratégia que elegem: *dove* é aquele que evita confrontos quando percebe que não obterá seu benefício sem injúria; *hawk* é aquele que entra em confrontos.

⁴⁸ Os trabalhos do matemático John Nash são os mais importantes na área de jogos não-cooperativos, destacando-se a sua tese de doutorado (1950) e seu artigo de 1951. O termo equilíbrio de Nash, atribuído a ele, refere-se ao fato de que os jogadores de um jogo escolhem a melhor estratégia para lidar com todas as estratégias possíveis uns dos outros (GINTIS, 2009). Embora não costumem ocorrer na realidade (porque esta tende a ser dinâmica e „evolucionária”), identificar o equilíbrio de Nash de um jogo (caso exista) significa definir quais são as prováveis respostas dos atores envolvidos às estratégias uns dos outros numa decisão coletiva. Isso é importante para se pensarem soluções institucionais para situações em que o equilíbrio gera perdas coletivas, principalmente no que tange à gestão de bens comuns (OSTROM, 1990).

⁴⁹ A literatura neoinstitucional debruça-se sobre a questão dos fatores que levam os indivíduos a agir cooperativamente. Rapoport (1999), Axelrod (1984) e Davis (1997) elencam comunicação, ordem de jogada, assimetria de informação, restrição de alternativas, ameaças, acordos e recompensas como alguns dos fatores externos que podem induzir ou restringir o comportamento cooperativo. Krasner (1982), Müller (2006), North (1986, 1990 e 2005) e Shepsle (2010) chamam a atenção para o papel das instituições e dos regimes internacionais para estimular padrões de cooperação, principalmente por meio dos constrangimentos que as regras nelas cristalizadas impõem à ação dos atores.

⁵⁰ Equações diferenciais são uma forma de modelagem matemática que tenta prever o comportamento futuro de um fenômeno a partir das variações no momento presente (STEWART, 2013). O princípio de construção destas equações, portanto, é fundado na relação entre uma função desconhecida e uma ou mais de suas derivadas. A ordem é definida pela derivada mais alta (no caso do exemplo citado, a primeira derivada é a mais alta). Infelizmente, lidar com estas equações requer uma série de sofisticados processos do cálculo diferencial e integral que permitem encontrar as relações entre a função procurada e suas derivadas.

Tomando b como o valor do benefício, c como o custo de envolver-se em uma disputa e sair ferido, e g (assumindo $g=(b-c)/2$) como o custo de dois *hawks* envolverem-se em num conflito, a matriz que modela a disputa de *doves* e *hawks* pelo mesmo benefício é representada abaixo:

Matriz 1 - Matriz simplificada de um jogo de hawks-&doves

	Hawk	Dove
Hawk	g,g	$b,0$
Dove	$0,b$	$b/2,b/2$

Fonte: Elaboração própria.

Para cada uma destas duas estratégias, há uma probabilidade associada. Essa probabilidade refere-se à preferência de um dado grupo escolher uma das estratégias quando confrontado com a situação de disputa de um determinado benefício. Tomando ψ como a probabilidade de um grupo jogar *hawk*, as funções das estratégias são dadas por:

$$\epsilon_{\text{HAWK}} = \psi(b-c)/2 + (1-\psi)b \quad (2)$$

$$\epsilon_{\text{DOVE}} = \psi(0) + (1-\psi)b/2 \quad (3)$$

No caso em tela, os atores internos podem comportar-se como *hawks*, que buscam, por exemplo, o confronto com o país vizinho, ou como *doves*, que procuram o diálogo e a cooperação quando o grau de hostilidade do adversário aumenta. O ambiente afeta justamente a probabilidade ψ de uma dessas estratégias; sendo $1-\psi$ a probabilidade associada ao jogo do tipo *dove*.⁵¹ Um ator tipicamente conflituoso (*hawk*) deve ser capaz de manter seu comportamento combativo; já um ator pró-cooperativo (*dove*) tende a recuar em uma situação que possa levar a uma escalada de conflitos.

Porém, neste mesmo jogo, há a possibilidade de ambos os jogadores sustentarem um estratégia *hawk*. Uma forma de avaliar esse fenômeno dá-se por meio de uma segunda probabilidade τ associada a um jogador que também deseja valer-se de uma estratégia *hawk*. Assim, as funções de utilidade para os atores π e ρ desenham-se da seguinte maneira:

⁵¹ Embora o jogo hawks & doves seja tipicamente um jogo não-cooperativo, na vida real os atores estatais tentam sinalizar as estratégias que utilizarão, informando se estão dispostos a cooperar ou confrontar – entendendo confronto não como uma escalada à guerra, mas sim como uma indisposição a se chegar a um lugar comum em torno de benefícios mútuos. No caso em tela, optou-se por manter a formalização original do jogo, impetrando as condições ambientais por meio das probabilidades e avaliando caso a caso o que motivou determinadas escolhas de estratégias. Desta forma, mantém-se a parcimônia da análise sem recorrer-se a formalizações mais complexas que envolvam a variável tempo (o que demandaria um tratamento por meio de equações diferenciais e diagramas de fase). Para uma abordagem nestes termos, recomenda-se ver Gintis (2009) e Smirnov e Johnson (2011).

$$\pi = \psi\tau(b-c)/2 + \psi(1-\tau)b + (1-\psi)\tau 0 + (1-\psi)(1-\tau)b/2$$

$$\pi = 1/2 [b(1+\psi-\tau) - c\psi\tau] \quad (4)$$

$$\rho = \psi\tau(b-c)/2 + \psi(1-\tau)0 + (1-\psi)\tau b + (1-\psi)(1-\tau)b/2$$

$$\rho = 1/2 [b(1-\psi+\tau) - c\psi\tau] \quad (5)$$

Tomando a derivada parcial de π em relação a ψ e de ρ em relação a τ , encontra-se, depois de igualar cada uma das derivadas a 0, que o ponto máximo de *payoff* é:

$$\left. \begin{aligned} \frac{\partial \pi}{\partial \psi} &= \frac{b-c\tau}{2} \\ 0 &= \frac{b-c\tau}{2} \\ \tau &= \frac{b}{c} \quad (6) \end{aligned} \right| \begin{aligned} 0 &= \frac{b-c\psi}{2} \\ \psi &= \frac{b}{c} \quad (7) \end{aligned}$$

Em outras palavras, a probabilidade de manter uma estratégia de *hawk* é inversamente proporcional ao custo do conflito.

A formalização matemática acima, porém, não implica, como já mencionado ao longo do texto, em um intuito de previsibilidade ou de universalidade do modelo. O objetivo de utilizar estes instrumentos matemáticos é justamente facilitar a compreensão dos processos decisórios entre atores diante da necessidade de se tomarem decisões estratégicas de ação coletiva, principalmente de forma a entender as nuances do fenômeno da cooperação. Porém, a instrumentalização do modelo demanda uma análise também dos elementos ambientais que compõem o ecossistema no qual os atores estão envolvidos. Isto significa que, na perspectiva evolucionária, o jogo se dá em uma arena complexa que envolve diferentes aspectos da competição por recursos coletivos, sejam eles quais forem. Neste sentido, faz-se mister, em termos de método de pesquisa, explorar os elementos do ecossistema que dão a tona da sua complexidade, especialmente no que tange às assimetrias de poder, aos ganhos possíveis, às instituições envolvidas e às relações entre os atores em distintos momentos de sua interação. Desta maneira, constrói-se a narrativa analítica evolucionária, que viabiliza a compreensão mais ampla dos processos que levam à cooperação (ou ao conflito) entre os indivíduos.

Neste momento, é importante voltar à questão tradicional do equilíbrio. Nas formulações tradicionais do institucionalismo da escolha racional e da economia neoclássica, a preocupação

fundamental das análises consiste em encontrar um ponto ideal em que as estratégias convergem (GINTIS, 2009; THELEN, 1999; SHEPSLE, 2010). A isto denomina-se equilíbrio, e seria justamente o locus de realização da ação coletiva de carácter estratégico. No modo mais comumente apresentado em jogos não-cooperativos, os atores tendem a chegar a níveis subóptimos de ganhos (NASH, 1950 e 1951; OSTROM, 1990), consistindo este no ponto de equilíbrio do qual não poderiam sair. Esta concepção, porém, trata o equilíbrio como algo estático, impossível – no âmbito do modelo – de ser alterado. Mesmo os jogos ditos evolucionários, que tratam de diversos pontos de equilíbrio (GINTIS, 2009), ainda lida-se com a mesma problemática de um ponto do qual não se tende a sair, onde os atores estariam, de alguma forma, presos.

Esta idéia de equilíbrio, contudo, não é a única. A noção de equilíbrio dinâmico é utilizada em outros ramos da Economia e serve ao intuito de agregar ao modelo neoclássico fatores considerados exógenos ao modelo. Outra concepção é a de equilíbrio instável, oriunda da Física (HALLIDAY, RESNICK e WALKER, 2011), que consiste na frágil situação em que um corpo em uma posição de equilíbrio não consegue retornar à mesma caso a condição de equilíbrio seja rompida.

Portanto, na seção a seguir, serão apresentadas situações de interações entre Rússia e Polónia que puseram em xeque os perfis de cooperação entre elas, buscando entender como o fio da cooperação foi tecido entre os dois países ao longo de duas décadas. Como ver-se-á, os padrões oscilam ao longo do tempo, variando de acordo com a conjuntura ambiental em que os países se encontram – característica intrínseca da complexidade do ecossistema que os envolve. Esta conjuntura é influenciada principalmente pelas arenas institucionais em que Varsóvia e Moscou barganham, tornando-se cada vez mais complexa à medida que aquela se integra à OTAN e à União Europeia.

5. Análise das relações entre Polônia e Rússia

5.1. Considerações iniciais

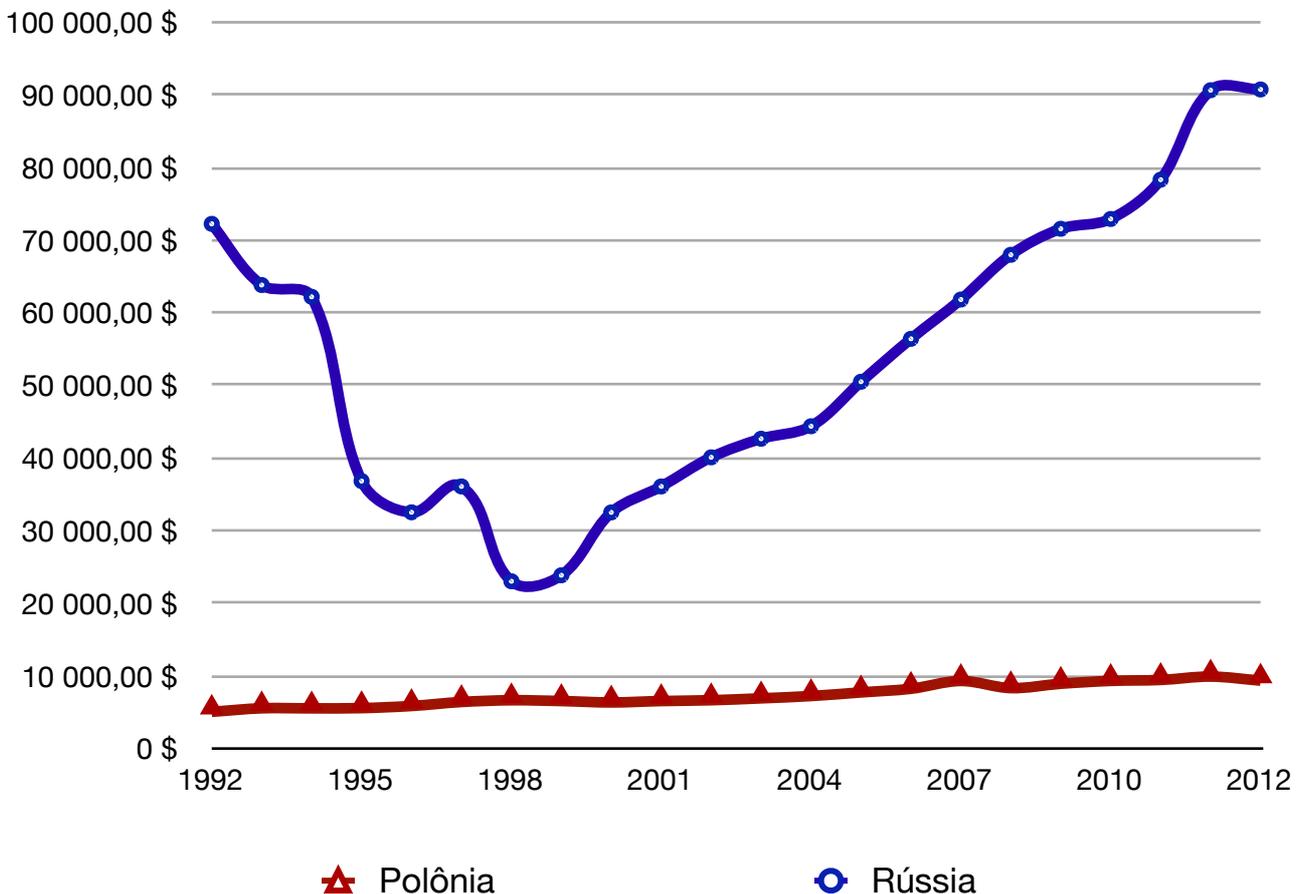
Antes de partir para a aplicação do modelo como exposto na seção anterior, faz-se mister analisar alguns dados sobre as arenas institucionais principais, especificamente no que tange à evolução de suas capacidades militares ao longo de 1990-2012. Estas informações são importantes porque refletem as capacidades de projeção de poder da Polônia e da Rússia, mas levando também em consideração as alianças às quais Varsóvia está vinculada. Nos jogos, os benefícios e custos associados a posturas *hawk* serão ponderados, em larga medida, com base no que se observa nas várias arenas.

Como fontes de dados que sustentam o modelo apresentado, foram consultados, para além da literatura especializada no assunto (principalmente no que tange à reconstrução histórica), documentos oficiais da OTAN, do Ministério da Defesa polonês, do Grupo Visegrad, do partido „Prawo i Sprawiedliwość”, do Conselho de Defesa da Federação Russa, da União Europeia e da Organização das Nações Unidas. Além disso, utilizaram-se dados sobre gastos militares de Polônia e Rússia durante o período estudado com base nos relatórios do Stockholm International Peace Research Institute. O objetivo de valer-se destas fontes documentais e destes dados estatísticos é alicerçar os argumentos expostos pelos jogos e pela análise histórica. A partir deles, é possível perceber como as diferentes arenas institucionais se articulam entre si, influenciando nos processos decisórios que serão analisados à luz da questão da cooperação.

Primeiramente, um dado inicial que introduz as dinâmicas de segurança no Leste Europeu é a evolução dos gastos militares de Polônia e Rússia a partir de 1992. O gráfico 2 revela a imensa diferença entre o investimento no setor militar em cada um destes países, com a evidente (e já esperada, dado o histórico) superioridade russa em termos de capital investido e de tecnologia disponível (COLIN, 2007). Entre 1992 e 2012, a Polônia manteve seus gastos praticamente constantes, mesmo depois de sua ascensão à OTAN, em 1999. A Rússia, por sua vez, apresentou um cenário de queda entre 1992 e 1998 como fruto dos fracassos institucionais da era Yeltsin. Este cenário, porém, altera-se com a ascensão de Putin ao poder, uma vez que o mesmo buscou em sua política externa reposicionar a Rússia no cenário internacional (SBRF, 2003). Para tanto, um novo redirecionamento na política de defesa se fez necessário, de tal forma que explica o „renascimento” do investimento no setor. Evidentemente, diversos problemas de corrupção e sucateamento tecnológico ainda perduram no contexto do setor militar russo, mas isso não o impede de se projetar mundialmente e, mais especificamente, sobre o Leste Europeu. Não por acaso, a Rússia não teve

tantas dificuldades em lidar com a crise no Cáucaso em 2008, apesar dos grandes custos que a guerra contra a Geórgia lhe trouxe⁵².

Gráfico 1 - Crescimento dos gastos militares (1992-2012)



Fonte: Stockholm International Peace Research Institute, 2012.

Obs.: (1) Os valores no eixo y são em milhões de dólares americanos com a média de 2011.

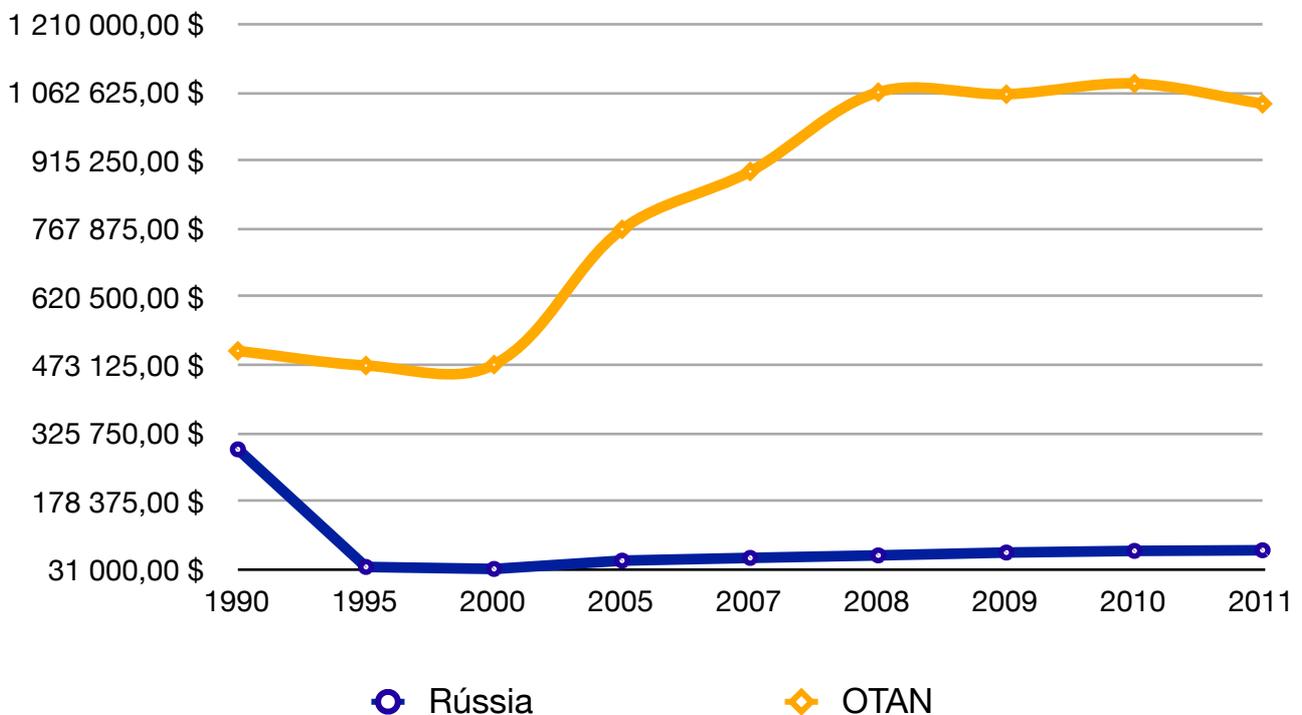
(2) A curva sobre os gastos da Rússia representa a tendência de crescimento por meio de uma função polinomial.

Em contrapartida à diferença drástica entre os gastos dos dois países, a OTAN, no mesmo período, apresenta um crescimento gigantesco em seu orçamento militar. O gráfico 3 mostra o abismo entre os investimentos militares da organização e os da Rússia. Uma explicação plausível para tal fenômeno, e para além do aumento do número de membros da OTAN, é o fato de que a

⁵² A guerra de 2008 ocorreu por causa da invasão da Geórgia aos territórios da Abkhazia e da Ossétia do Sul. A presença de cidadãos russos e o vínculo destes territórios a Moscou, aliados aos vacilo político do presidente geórgio, acabaram por trazer a Rússia para o conflito. A inexistência de um vínculo de Tbilisi com outras alianças formais permitiu à Rússia agir sem demasiadas preocupações com retaliações da OTAN, da UE ou dos EUA.

organização redefiniu seu escopo de atuação no século XXI, passando a enviar missões para outras partes do mundo para além da Europa. Como resultado, os gastos acabam por se tornar maiores.

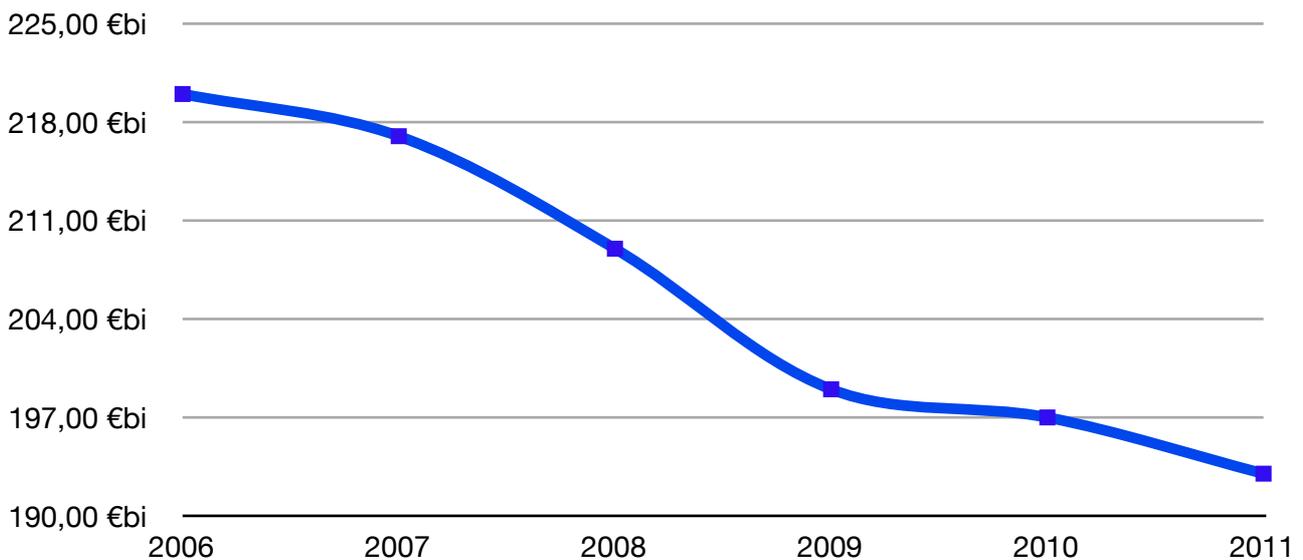
Gráfico 2 - Gastos militares da OTAN e da Rússia (1990-2011)



Fontes: Stockholm International Peace Research Institute, 2012 e NATO, 2012.

Obs.: Os valores no eixo y são em milhões de dólares americanos com a média de 2011.

Para o âmbito desta análise, é fundamental compreender que a diferença de capacidades militares entre a Rússia e a OTAN afeta as relações entre Moscou e Varsóvia. Como a organização é também um ator e uma arena institucional à qual a Polônia está vinculada – e, lembrando ainda, que o artigo 5 do tratado da OTAN cristaliza o compromisso de defesa mútua caso um membro da aliança venha a ser atacado –, os russos precisam considerar os impactos que determinadas estratégias *hawk* podem gerar caso sejam levadas a cabo. No que tange à União Européia, os dados da European Defence Agency (gráfico 3) apontam para uma redução (no nível macroeconômico) do investimento dos membros em defesa. Contudo, é importante notar que, mesmo dada a queda ao longo do período de 2006 a 2011, o valor de gastos militares do bloco é alto o suficiente para colocá-lo em uma situação de proeminência política. Ademais, não se pode ignorar o fato de que os membros da União Européia são também membros da OTAN.

Gráfico 3 - Gastos militares dos membros da União Europeia

Fonte: European Defence Agency, 2013 (adaptado).

Obs.: Os gastos no eixo y são em bilhões de euros com a média de 2011.

Portanto, com estes dados percebe-se que o axioma da cooperação enunciado na seção anterior aplica-se ao caso em tela. A Polônia, como ator individual no cenário de segurança do Leste Europeu, é incapaz de se impor unilateralmente, por suas capacidades militares, políticas e econômicas, perante a Rússia. Neste sentido, as opções estratégicas de que dispõe no seu relacionamento com os russos são ou o diálogo com vistas à cooperação bilateral ou a formulação de alianças com outros atores estratégicos de forma a contrabalançar o poder de Moscou. Ciente desta sua condição, a Polônia mobiliza os recursos políticos e diplomáticos de seu ambiente para garantir acesso aos recursos de segurança necessários para a manutenção de sua integridade territorial, social, política e econômica. Consequentemente, as relações russo-polonesas caracterizam-se por sua complexidade em termos de arenas de barganha, população adjacente envolvida, recursos de poder mobilizados e ganhos assimétricos em segurança.

É importante notar – e já recorrendo ao modelo de jogos proposto anteriormente – que a Rússia, por seu histórico, comporta-se tradicionalmente como um *hawk* no cenário internacional, principalmente dentro do espaço que considera sua esfera de influência natural. Portanto, sua postura em processos decisórios tende a ser hostil, fundada na imposição de seus desígnios políticos. Entretanto, em seu relacionamento com os poloneses, os russos compreendem a complexidade do ecossistema em que se encontram, especificamente no que tange à inserção de outras populações no jogo e das perdas que uma modalidade unicamente conflituosa de interação

poderia gerar. Consciente deste fato, a sustentação da postura hawk, como será visto, é passível de revisão à medida que o custo associado a ela aumente a níveis que possam levar a uma escalada de conflito. Porém, mesmo que ceda momentaneamente a uma proposta de diálogo ou a uma modalidade de cooperação mutualística, a Rússia sempre desejará obter ganhos maiores que os poloneses, principalmente no quesito de garantias de segurança. Isso ficará mais evidente nos jogos decisórios.

Destarte, em termos de perfeita simetria, nem Rússia nem Polônia sustentariam uma postura combativa, caso a redução do benefício fosse acentuada. Porém, devido às diferenças de capacidades de poder, Moscou tem um espaço maior de manobra no que tange à sustentação de uma postura *hawk*, enquanto Varsóvia tenderia a ceder diante de uma pressão maior de seu vizinho. Em outras palavras, a cooperação depende das capacidades de um ator/um Estado se impor perante o outro: quando ele pode fazê-lo unilateralmente, não tenderá a cooperar; quando, porém, suas capacidades de poder forem insuficientes para uma imposição *inconteste*, ele tenderá a buscar vias de cooperação.

Neste cenário, as teorias tradicionais do neoinstitucionalismo não logram êxito em captar a dinâmica da evolução da cooperação entre os dois países justamente pela sua epistemologia fundada na estática dos processos políticos. A abordagem do institucionalismo racional, com seu foco em modelos de equilíbrio, não oferece explicações plausíveis para a mudança de estratégias de cooperação e conflito, tampouco é capaz de explicar escolhas fora do equilíbrio estático sem valer-se de cláusulas *opt-out* à teoria. As relações entre Polônia e Rússia ao longo do período estudado se procederam em diferentes arenas institucionais, que se foram construindo paulatinamente à medida que a transição para a democracia ocorria no Leste Europeu; que a Polônia ascendia à OTAN e à UE; que as políticas de transparência e reconstrução institucional fracassavam na Rússia; que as alianças se reconfiguravam, assim como a balança de poder. Os próprios dados elencados anteriormente já demonstram a dificuldade de se lidar com uma situação que presume a constância dos fatores ambientais ou mesmo que permita torná-los exógenos ao modelo.

Já o institucionalismo histórico apresenta a grande problemática de não se observarem, ao longo do período, processos de *path dependence* no que tange às dinâmicas de cooperação. As oscilações de cooperação e conflito nas relações entre Rússia e Polônia não seguem uma trajetória de fatos que se retroalimentam em processos de auto-reforço. Na verdade, observam-se processos de rupturas e acomodação mais do que de permanência de uma sequência temporal de causalidade e efeito. Ademais, quando se observa o passado anterior a 1990, percebe-se que o padrão de cooperação forçado pelo Pacto de Varsóvia não serve como subsídio de continuidade no período

posterior ao fim da Guerra Fria. Muito pelo contrário: ele serve como uma alternativa nula, indesejada, já que resultou na submissão quase completa da Polônia à Rússia.

Estas insuficiências teóricas justificam a necessidade de se utilizar uma nova abordagem que seja capaz de captar estas complexas nuances do ecossistema em que estão envolvidos poloneses e russos. Embora os paradigmas tradicionais sejam capazes de explicar o estático com primazia, eles deixam um vazio explicativo no que tange às dinâmicas de cooperação e conflito. Neste sentido, a narrativa analítica evolucionária, com seu axioma da cooperação e toda a sua epistemologia construída em torno dos fatores atrelados ao mesmo, pode oferecer uma luz sobre a complexidade do fenômeno observado. Portanto, seguindo a proposta de aplicação desta forma de análise, o quadro 6 apresenta esquematicamente os principais conceitos e sua aplicação ao caso em tela.

Quadro 6 - Checklist da narrativa analítica evolucionária

Ambiente institucional	População	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Polônia</u>: Parlamento, Ministério da Defesa, Ministério dos Assuntos Estrangeiros, partidos políticos. • <u>Rússia</u>: Presidência, Ministério da Defesa, Primeiro-Ministro, Ministério dos Assuntos Estrangeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Polônia • Rússia • Populações adjacentes: Estados Unidos da América, União Européia, Grupo de Visegrad 	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança • Outros: comércio, energia, petróleo e gás
Modalidades de interação	Ganhos	Instituições
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Conflito</u>: indireto, fundamentalmente por ameaças diplomáticas e rompimento de diálogo. • <u>Cooperação</u>: assimétrica, visto que a Rússia não aceita níveis idênticos de benefícios em sua relação com a Polônia 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Para a Polônia</u>: maiores recursos de segurança nacional, principalmente em termos de capacidades militares e garantias contra ameaças russas. • <u>Para a Rússia</u>: proteção de suas fronteiras no Leste Europeu, manutenção parcial de sua esfera de influência na região. 	<ul style="list-style-type: none"> • OTAN • Acordos bilaterais • Alianças estratégicas

Fonte: Elaboração própria

Como se pode ver, a população em questão é composta de Polônia e Rússia, além de outros atores/populações que são agregados ao ecossistema. As arenas institucionais em que se procedem as decisões são variadas, tanto no interior dos sistemas políticos de cada país, como nas relações com outras populações – e nisso as instituições são de fundamental importância porque definem os *loci* de alianças e acordos entre os distintos atores. Esta diversidade de espaços de barganha e atores participantes implica em situações de conflito sem escalada bélica (a Rússia, pelas razões expostas anteriormente, não investiria em uma guerra contra a Polônia), mas também em uma cooperação assimétrica, em que Moscou coopera desde que seus ganhos sejam maiores do que os de Varsóvia. Neste sentido, o objetivo fundamental da Rússia neste jogo é proteger suas fronteiras e manter sua influência no Leste Europeu no arranjo do pós-Guerra Fria, enquanto que a Polônia busca formas de não se associar à esfera russa como no período anterior – e, por isso, o estabelecimento de alianças com as populações antes consideradas inimigas. Finalmente, ambos os países estão disputando em seu ecossistema um recurso de extrema importância para sua sobrevivência, qual seja, a segurança. Isto, porém, não impede que outras questões também entrem na pauta, tais como comércio, petróleo e gás, infra-estrutura de transporte etc. Entretanto, para o escopo deste estudo de caso, o objetivo da narrativa analítica evolucionária consistirá em elucidar os processos decisórios e as dinâmicas de cooperação em torno da cooperação em matéria de segurança internacional.

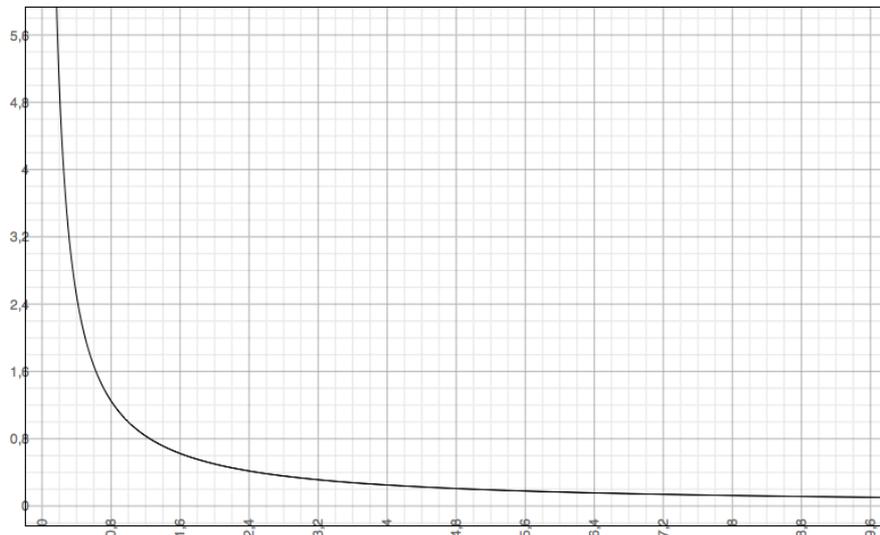
Portanto, na parte seguinte, proceder-se-á à análise de algumas situações que envolveram a evolução da cooperação entre Moscou e Varsóvia no que se refere à arquitetura de segurança regional. A primeira delas refere-se à expansão da OTAN para o antigo espaço de influência da Rússia no Leste Europeu. A segunda trata da gestão das relações entre Varsóvia e Moscou durante o mandato dos irmãos Kaczyńscy, em que observou um discurso anti-Rússia muito forte. Finalmente, a terceira retrata o período do governo de Donald Tusk, quando este buscou uma conciliação com os russos.

5.2. Jogos decisórios

Os jogos que representam as três situações são apresentados na forma de matrizes. Uma consideração que deve ser feita é que os dois atores em questão (Rússia e Polônia) podem escolher entre as duas estratégias disponíveis, quais sejam, *hawk* e *dove*. Se o par hawk-dove é escolhido, o jogo é regido pela modelagem das equações (2) e (3) e representa a forma convencional do *hawks-&-doves*. Porém, se o par *hawk-hawk* é escolhido, o jogo é modelado pelas equações (4) e (5), com

as probabilidades de equilíbrio em (6) e (7). Como se pode verificar no gráfico 4⁵³, a probabilidade de manter uma postura hawk decresce com o aumento dos custos para mantê-la. Por conseguinte, algum dos atores deverá ceder quando a percepção do seu custo se tornar insustentável.

Gráfico 4 - Relação probabilidade *hawk* vs. custo



Obs.: Os custos estão representado no eixo x.

Fonte: Elaboração própria.

Assume-se, outrossim, que a Rússia elege a estratégia hawk, visto que considera a região do Leste Europeu uma esfera de influência naturalmente sua. Por tal razão, e assentando-se nos fatos históricos correspondentes, a Rússia tende a ser hostil, cedendo apenas quando os custos de tal estratégia se tornam muito ascendentes. Já a Polônia pode assumir uma ou outra estratégia e, por tal razão, o objetivo dos jogos será compreender como se processam internamente as decisões, levando em consideração as arenas institucionais envolvidas. Além disso, a Rússia buscará sempre, em sua relação mutualística com os poloneses, obter mais ganhos, dado o seu histórico e sua posição de proeminência no sistema internacional.

O primeiro caso, a ascensão à OTAN, resulta de uma série de longas negociações tanto internamente na Polônia quanto externamente no âmbito das suas relações com a União Européia e com os Estados Unidos da América. O objetivo fundamental da reconstrução do relacionamento com estes dois atores consistia em uma tentativa de lidar com um ecossistema novo e desconhecido, em que a União Soviética entrava em colapso e novos países e interesses surgiam na região. As

⁵³ Como a relação de probabilidade e custo é a mesma para os dois atores, o gráfico 4 representa o decrescimento das probabilidades τ e ψ , mantendo-se o benefício b constante.

incertezas dos processos de redemocratização na Rússia no imediato pós-Guerra Fria, somadas à desconfiança dos poloneses com relação aos russos, fez com que a diplomacia polonesa articulasse-se em torno de uma garantia de segurança mais efetiva e distinta do padrão parasitário do Pacto de Varsóvia (DOMAGAŁA, 2008). Evidentemente, Moscou não desejava a expansão da OTAN para sua antiga zona de influência, o que era sabido tanto por poloneses, como por americanos e europeus, visto que essa expansão implicaria em uma invasão de território com impactos negativos para a segurança russa. Neste sentido, o jogo que estava em tela não se tratava especificamente das relações diretas com a Rússia, mas sim entre os agentes poloneses (primeiro-ministro e seu gabinete, mais especificamente) e a sociedade sobre a possibilidade de ascender à organização. Este jogo, portanto, era de caráter interno e orientava-se em torno de duas possibilidades: ascender à OTAN (assumindo as consequências de entrar em conflito diplomático com uma Rússia instável e institucionalmente ainda pouco estruturada) ou buscar um entendimento com Moscou por meio de outras estruturas. O jogo está representado na matriz 2.

Matriz 2 - Jogo de ascensão à OTAN

		Doves	
		<i>Ascensão à OTAN</i>	<i>Entendimento com os russos em outras estruturas</i>
Hawks	<i>Ascensão à OTAN</i>	b,-	b,c
	<i>Entendimento com os russos em outras estruturas</i>	c,-	c,b-c

Fonte: Elaboração própria.

A postura *hawk* eventualmente preponderou nesta disputa nas arenas institucionais internas do sistema político polonês, resultando na série de acordos internacionais que culminaram na sua ascensão à OTAN em 1999. Como se pode perceber na matriz 2, o custo associado à estratégia de ascensão não era percebido como alto pelos *hawks*, o que está representado na célula (b,-). O custo só passaria a existir na estratégia de busca de entendimento, uma vez que não seria condizente com a conjuntura ambiental de incertezas.

Embora tenham existido conflitos diplomáticos entre Moscou e os envolvidos (Estados Unidos, União Européia e a própria Polônia), não houve escalada de animosidades para um conflito armado. Seguindo o argumento exposto nas considerações iniciais, levar a ascensão da Polônia à

OTAN aos extremos apenas traria prejuízos para a Rússia, principalmente em um período de baixa de seus investimentos militares (rever gráfico 2). Ademais, o próprio perfil dos membros da nova arena institucional à qual se vinculava a Polônia – membros com maiores capacidades de poder militar, especificamente o *hegemon* vitorioso da Guerra Fria – impunham um forte elemento de dissuasão a qualquer investida armada por parte dos russos. Em outras palavras, na ecologia da região, Varsóvia estava buscando em outras populações as alianças necessárias para garantir sua segurança perante Moscou. Este fato abalou as relações de cooperação entre Polônia e Rússia, além de gerar uma certa desconfiança por parte de Moscou sobre as reais intenções da organização no que tange à expansão para o Leste⁵⁴.

Esta estratégia *hawk* não foi abandonada de imediato pela Polônia. A vitória dos gêmeos Kaczyńscy em 2005 e em 2006, que os colocou à frente da presidência e da chancelaria do primeiro-ministro, aprofundou o discurso anti-cooperativo com a Rússia, a ponto de não só minimizar o diálogo com a mesma, mas também de instigar conflitos em outras arenas institucionais, especificamente na OTAN e na UE (KOZIEJ, 2012)⁵⁵. Nesse período, a aliança polaco-americana se aprofundava, especialmente com a proposta de instalação de mísseis anti-balísticos em território polonês. A categórica rejeição da Polônia dos Kaczyńscy em dialogar com Moscou apenas serviu para aumentar suspeitas russas e para reduzir os canais de cooperação (LUBECKI, 2008). A matriz 3 apresenta o dilema do período.

Matriz 3 - Jogo dos irmãos Kaczyńscy

		Doves	
		<i>Aliança polonesa transatlântica</i>	<i>Diálogo Varsóvia-Moscou</i>
Hawks	<i>Aliança polonesa transatlântica</i>	b,b-c	b,0
	<i>Diálogo Varsóvia-Moscou</i>	0,b-c	0,b

Fonte: Elaboração própria.

⁵⁴ Possivelmente a criação em 2002 do Conselho OTAN-Rússia tenha sido mais do que o resultado do Ato Fundacional de Relações Mútuas de 1997: foi uma forma de minimizar os danos diplomáticos causados pela expansão da organização para a antiga zona de influência russa. Para mais detalhes, checar NATO, 1997 e 2002.

⁵⁵ Essa postura combativa faz parte de um discurso anti-Rússia que consta oficialmente na plataforma do partido „Prawo i Sprawiedliwość”, ao qual pertenciam os gêmeos (RPPS, 2011a, 2011b). A morte catastrófica do presidente Lech Kaczyński em Smolen’sk, na Rússia, apenas serviu para agravar o tom deste discurso, que, a partir de então, passou a acusar Moscou de assassinar o chefe de Estado polonês.

Como se pode depreender da matriz 3, a opção pelo aprofundamento da aliança transatlântica é visto pelos *hawks* como a estratégia dominante para o período e constitui a célula de equilíbrio sob a liderança dos gêmeos. Mesmo para os *doves*, ceder a esta estratégia ainda conformava um determinado benefício, já que o diálogo com Moscou seria dominado pela opção da aliança. Evidentemente, o canal de cooperação com a Rússia fechou-se ainda mais, cabendo aos Estados Unidos, principalmente, minimizar as suspeitas que o aprofundamento da cooperação bilateral pudesse causar. Nota-se, portanto, que as relações ecológicas entre Rússia e Polónia ainda distanciavam-se de um mutualismo, caracterizando-se mais como um antagonismo subsidiado por populações mais fortes e estruturas institucionais de defesa superiores às da Rússia.

A postura estratégica da Polónia se altera, porém, com a vitória de Donald Tusk nas eleições parlamentares de 2007. Tusk busca uma aproximação com Moscou, de modo a restabelecer um canal de confiança com os russos. Embora a parceria com os Estados Unidos, de maneira abrangente, conste na estratégia de defesa nacional (STRATEGIA, 2007) e, em particular, a iniciativa do escudo anti-mísseis conste na Declaração do Grupo de Visegrad (DWG, 2012), a diplomacia polonesa esforçou-se por reduzir as incertezas quanto à utilidade estratégica do aparato militar em questão. Neste sentido, pode-se notar um esvaziamento da estratégia *hawk* em seu aspecto conflitivo, oferecendo espaço para uma postura *dove* mais conciliatória, embora enfática quanto aos objetivos de segurança da Polónia.

Matriz 4 - Jogo de Tusk

		Doves	
		<i>Aliança polonesa transatlântica</i>	<i>Diálogo Varsóvia-Moscou</i>
Hawks	<i>Aliança polonesa transatlântica</i>	b-c,-	c,b
	<i>Diálogo Varsóvia-Moscou</i>	0,c	-,b

Fonte: Elaboração própria.

Notadamente os canais de cooperação entre Polónia e Rússia restabeleceram-se com a chegada de Tusk ao poder. O acidente que envolveu o presidente Lech Kaczyński, em vez de separar os dois países, como desejava Jarosław Kaczyński (e, via de regra, seu partido), acabou por

aprofundar os laços cooperativos, dada a resposta russa de compaixão do primeiro-ministro Vladimir Putin. Ademais, para além da chancelaria do primeiro-ministro polonês, a presidência, sob o comando de Bronisław Komorowski, esforçou-se também por iniciar um processo de reconciliação com os russos. Finalmente, as portas para uma relação mutualística, mesmo que mais benéfica para Moscou do que para Varsóvia, pôde ser aberta.

5.3. *Rússia: um hawk „domesticado”*

A análise da evolução das relações entre Polónia e Rússia perpassou a compreensão das dinâmicas em distintas arenas institucionais, que envolviam tanto atores e organizações externos aos dois países, como estruturas e agentes internos de cada país. Partiu-se do pressuposto de que a Rússia, por deter mais capacidades de poder militar que a Polónia, teria mais condições de sustentar uma política externa hostil e assertiva. De fato, os dados comparados de gastos militares apontam para a inviabilidade de Varsóvia, com recursos próprios, impor-se perante Moscou.

Ciente de sua condição, a Polónia ao longo do período buscou vincular-se a estruturas de poder que não só garantiriam a transição plena para a democracia, mas, sobretudo, que garantiriam sua segurança perante a Rússia. O primeiro passo consistiu na ascensão à OTAN, organização que antagonizava o bloco comunista ao qual Varsóvia pertenceu, mas do qual pretendia se distanciar. O poder militar e político ensejado na OTAN era suficiente para assegurar aos poloneses um guarda-chuva de proteção imediato, principalmente ante as instabilidades institucionais pelas quais passava a Rússia após o colapso da União Soviética.

Como passo adiante na vinculação a arenas institucionais mais afluentes, a Polónia ascendeu à União Europeia em 2004. Este fato foi importante justamente por ser este bloco um dos parceiros principais da Rússia em diversos setores (segurança, energia, transporte, comércio etc.). Como membro da UE, a Polónia não só tem acesso a uma nova arena institucional, como também pode influenciar nas relações de todo o bloco com a Rússia. Não por acaso, os gêmeos Kaczyńscy valeram-se disso para conduzir uma política combativa com Moscou, obstruindo negociações e dificultando a construção de consensos sobre a segurança no continente europeu. O período de seu mandato foi marcado por disputas consideradas desnecessárias, colocando não só o país como o bloco europeu em situações vexaminosas com os russos (DOMAGAŁA, 2008).

O período iniciado com Donald Tusk em 2007 marcou uma nova página nas relações russo-polonesas. O premiê polonês buscou a reaproximação com Moscou, restabelecendo canais de diálogo entre os dois países. Não por acaso, uma de suas primeiras medidas consistiu em convidar os russos a participar do processo de instalação do escudo anti-mísseis em território polonês, de

forma a dirimir dúvidas e suspeitas. Coincidentemente, a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos ofereceu mais uma forma de diálogo construtivo, visto que também era do interesse da presidência americana evitar conflitos desnecessários com Moscou. Embora Jarosław Kaczyński tenha seguido com sua retórica anti-Rússia, isso não se refletiu em uma piora concreta das relações entre os dois países, visto que sua influência no sistema político polonês, após sua derrota nas eleições, reduziu-se acentuadamente.

Neste contexto, levanta-se a seguinte questão: por que a Rússia, mesmo com tamanho poderio militar, não lograria êxito em impor-se perante a Polônia? A resposta imediata a tal pergunta retoma o axioma da cooperação mencionado anteriormente: Varsóvia, ciente de sua fragilidade em matéria de segurança, buscou aliar-se com atores mais fortes que Moscou e com quem os russos mantinham relações importantes em outras arenas. Ciente das possíveis perdas geradas por um eventual endurecimento do discurso e das medidas contra a Polônia, a Rússia teve que ceder nas situações apresentadas para evitar uma escalada de conflitos desnecessária que trouxesse atores mais poderosos para o espaço do Leste Europeu. Neste sentido, a Rússia teria sido, momentaneamente, um „hawk domesticado”, cujo perfil de hostilidade precisou ser ressignificado para não lhe trazer prejuízos materiais e diplomáticos.

Sendo assim, o modelo de jogos apresentado acima representou de forma esquemática, e por meio de argumentos lógicos, porém parcimoniosos (pelo uso da reconstrução histórica dos fatos), a evolução destas relações e destes fenômenos. O seu principal argumento consistiu em identificar as diferentes arenas institucionais em que estavam envolvidos os dois Estados em tela e como elas pesavam nos processos decisórios que os envolviam. Entre estas arenas, destacaram-se tanto as internas (partidos políticos poloneses, primeiro-ministro polonês e seu gabinete) como as externas (OTAN e União Européia). Por meio da modelagem, pôde-se perceber que os processos decisórios em um determinado eixo temático (no caso, segurança internacional) não se processam isoladamente, sem levar em conta outras arenas institucionais. No caso de Polônia e Rússia, as alianças forjadas na OTAN e na União Européia pesaram nas considerações das estratégias a serem seguidas, principalmente no que tangia à possibilidade de aumentar-se o tom das hostilidades (especificamente por parte da Rússia). Retomando o modelo matemático, à medida que a Rússia percebia que um endurecimento em sua postura trar-lhe-ia custos crescentes, sua probabilidade ψ de manter a estratégia hawk reduzia-se drasticamente ($\psi=b/c$, segundo a equação [7]). Neste sentido, conclui-se que, mesmo possuindo suficientes capacidades militares para destruir a Polônia, caso desejasse, a Rússia precisou ceder para não ter maiores prejuízos em outras arenas, especificamente naquelas em que Estados Unidos e União Européia estavam envolvidos.

Finalmente, no que tange à narrativa analítica evolucionária, ela permitiu evidenciar as nuances da dinâmica da cooperação. Ao recorrer aos jogos e à reconstrução dos fatos históricos – utilizando como fio de conexão a ecologia da cooperação –, percebeu-se que a problemática em tela apresentava maior dinamismo do que pressuporia uma análise pura de institucionalismo da escolha racional ou de institucionalismo histórico. Ela demonstrou, ainda, que os padrões de cooperação entre Polônia e Rússia seguiram uma evolução dentro das tipologias do esquema 1: no período pré-fim da Guerra Fria, a relação dos dois países se dava por uma imposição unilateral, cujo conflito era silenciado pelo poderio da União Soviética; com o fim do bloco comunista, Varsóvia forjou alianças para mediar suas disputas com os russos, o que se tornou constante até o momento de restabelecimento dos canais de diálogo fluido no governo de Tusk, levando à formulação de acordos e termos de cooperação mais generalizados. Embora à primeira vista pareça uma abordagem semelhante, com elementos metodológicos comumente usados pelas teorias tradicionais, o fator cooperação trouxe o aspecto do dinamismo do fenômeno político para a análise. Ademais, como primeira aproximação, a proposta evolucionária conseguiu cumprir seu objetivo no que tange a elucidar os processos e as oscilações cooperativas num ambiente complexo. Evidentemente, para que o modelo seja aperfeiçoado, mais casos precisariam ser estudados à luz do institucionalismo evolucionário e das narrativas analíticas.

6. Conclusão

O presente trabalho explorou o diálogo interdisciplinar entre a Ciência Política e a Biologia (especificamente nas áreas de teoria da evolução e Ecologia) na tentativa de construir um modelo teórico e uma heurística capazes de sanar alguns dos problemas epistemológicos encontrados nas principais correntes teóricas do paradigma neoinstitucional, quais sejam, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo histórico. Para tanto, a proposta teórica do trabalho fundou-se na questão da cooperação, buscando encontrar nos seus elementos dinâmicos uma nova forma de analisar a fenomenologia política.

A idéia de dinamismo dos fenômenos políticos ainda não havia sido considerada de maneira adequada pelas teorias institucionais tradicionais. A razão para tal consiste no fato de que estas teorias estão preocupadas com a estática da política, em torno da qual orbita seu arsenal conceitual e metodológico. Não por acaso, diversos problemas analíticos ainda eram constantes nestas abordagens, acusando o caráter incompleto das mesmas. Neste sentido, uma nova teoria institucional se fazia necessária, o que estimulou uma miríade de autores (tanto na Ciência Política, quanto na Economia) a buscar na epistemologia das Ciências Biológicas um paradigma análogo que permitisse a construção e a articulação de conceitos políticos para lidar com os problemas da disciplina.

Neste contexto, a dissertação mobilizou uma série de trabalhos teóricos que justificavam esta necessidade de se construir uma nova abordagem teórica. A que pese a diversidade de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas sobre o tema, a literatura ainda carecia de uma heurística que permitisse a implementação e a replicação do modelo de pesquisa evolucionário. Destarte, este trabalho ofereceu uma contribuição pioneira não só na articulação dos conceitos em torno de tal heurística, mas também no estudo de um caso concreto no campo da política internacional. Portanto, se por um lado buscou-se apresentar um modelo teórico do que possa vir a ser denominado de institucionalismo evolucionário, por outro implementou-se o modelo da narrativa analítica evolucionária para compreender a evolução dos padrões de cooperação entre Polônia e Rússia em matéria de segurança no fim do século XX e início do XXI.

Os prospectos de uso desta abordagem, porém, não devem se limitar apenas ao caso estudado, como se a teoria houvesse sido desenvolvida *ad hoc*, para elucidar única e exclusivamente este fenômeno. Como seu conceito-chave é a cooperação – e como a Política é um universo em que atores cooperam e disputam entre si, criando instituições neste processo –, há espaço para a aplicação do institucionalismo evolucionário como referencial teórico e metodológico

em outras situações. A título de exemplo, citado até por outros atores, é possível trabalhar com a noção de evolução e de ecologia no âmbito dos estudos do legislativo, dos partidos políticos e dos processos eleitorais. Nas três áreas, modalidades distintas de competição dão a tona dos problemas sobre os quais elas se debruçam. Por conseguinte, o nexó da cooperação (e do conflito, evidentemente) está presente, permitindo que se utilize a abordagem do institucionalismo evolucionário para se compreender a dinâmica dos fenômenos observados.

Essas perspectivas, porém, não significam que a proposta evolucionária seja a panacéia teórica da Ciência Política. Assim como toda teoria, ela requer constantes reflexões, alterações e aperfeiçoamentos para que possa, cada vez mais, retratar os fenômenos políticos de maneira mais precisa e fidedigna. Ao trazer a dinâmica para o centro da questão, o institucionalismo evolucionário mostrou as limitações das abordagens estáticas da política. Entretanto, dado o seu pioneirismo e o seu recente desenvolvimento, muito ainda há a se pensar sobre seus conceitos e métodos de forma a se poder chegar a uma epistemologia mais sólida. Portanto, este trabalho finaliza com um convite à replicação crítica do modelo em outras situações, tanto para testar a heurística aqui proposta, como para compreender a questão da cooperação em seu aspecto dinâmico, mais do que no seu aspecto estático.

BIBLIOGRAFIA

- ALFORD, John R.; FUNK, Carolyn L.; HIBBING, John R. Are Political Orientations Genetically Transmitted? In: **American Political Science Review**, Vol. 99: 153–67, 2005.
- AMADAE, S.; MESQUITA, B. The Rochester School: The Origins of Positive Political Theory. In: **Annual Review of Political Science**, 02: 269-195, 1999.
- ARROW, Kenneth J. **Social choice and individual values**. New Haven: Yale University Press, 1963.
- AULT, R.; EKELUND, R. Habits in Economic Analysis: Veblen and Neoclassical. In: **History of Political Economy**, Vol. 20: 431-445, 1988.
- AXELROD, Robert. **The evolution of cooperation**. New York: Basic Books, 1984.
- _____. An Evolutionary Approach to Norms. **American Political Science Review**, Vol. 80/04: 1095-1111, 1986.
- _____. **The complexity of cooperation: agent-based models of competition and collaboration**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- AXELROD, Robert; HAMILTON, William. The Evolution of Cooperation. In: **Science**, Vol. 211: 1390-1396, 1981.
- AYRES, Clarence. The Nature and Significance of Institutionalism. In: **Antioch Review**, Vol. 26: 70-90, 1966.
- BECKER, Gary. **The Economic Approach to Human Behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- BENDOR, J.; SWISTAK, P. Evolutionary stability of cooperation. In: **American Political Science Review**, Vol. 91/2: 290–307, 1997.
- BOCHMANN, Cathleen. Evolutionary institutionalism – evolutionary concepts in institutional analysis. In: **Anais da ECPR General Conference Panel Biology and Political Science**. Reykjavik: 27 de agosto de 2011.
- BOYRD, Robert; RICHERSON, Peter J. **Culture and the Evolutionary Process**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- BROWN, J.L. Cooperation: A biologist's dilemma. In: **Advanced Study Behaviour**, Vol. 13: 1–37, 1983.
- BUCHANAN, James. **An Individualistic Theory of Political Process**. In: EASTON, D. (Ed.). **Varieties of Political Theory**. New York: Prentice-Hall, 1966.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. **The calculus of consent: the logical foundations of constitutional democracy**. Indianapolis: Liberty Fund Publishers, 2004.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2011.

CAMERER, C. F. **Behavioral game theory**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2003.

CAMPBELL, John L. **Institutional Change and Globalization**. New Haven: Princeton University Press, 2004.

CHAMBERLAIN, E. H. An experimental imperfect market. In: **Journal of Political Economy**, Vol. 56/2: 95–108, 1948.

COASE, R. The New Institutional Economics. In: **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, Vol. 140: 229-231, 1984.

COLIN, Roberto. **Rússia: o ressurgimento da grande potência**. Florianópolis: Ed. Letras Brasileiras, 2007.

COMMONS, John. **The Legal Foundations of Capitalism**. Madison: University of Wisconsin Press, 1924.

_____. Law and Economics. In: **Yale Law Journal**, Vol. 43/01: 371-382, 1925.

_____. Institutional Economics. In: **American Economic Review**, 41/04: 648-657, 1931.

_____. **Institutional Economics: Its Place in Political Economy**. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

COX, Gary. Electoral equilibrium under alternative voting institutions. In: **American Journal of Political Science**, Vol. 34: 903-935, 1987.

CZAJKOWSKI, Marek. **Polityczne aspekty transformacji NATO i integracji europejskiej**. In: CZIOMER, Erhard. **Międzynarodowe stosunki polityczne**. Cracóvia: Editora Krakowska Akademia, 2008.

DAVIES, Norman. **Europe: a History**. New York: Harper Perennial, 1998.

_____. **God's playground: a History of Poland** (vol. 2). New York: Columbia University Press, 2005.

DAVIS, Morton D. **Game theory: a nontechnical introduction**. Mineola: Dover Publications, 1997.

DAWES, Christopher T.; FOWLER, James H. Partisanship, Voting, and the Dopamine D2 Receptor

Gene. In: **Journal of Politics**, Vol. 71: 1157–71, 2009.

DAWKINS, Richard. **The selfish gene**. Oxford: Oxford University Press, 1976.

DENNET, Daniel C. **Darwin's dangerous idea**. New York: Simon & Schuster, 1995.

DEWEY, John. **The Influence of Darwin on Philosophy**. New York: Henry Holt and Company, 1910.

DOMAGAŁA, Arkadiusz. **Integracja Polski z Unią Europejską**. Warszawa: Wydawnictwa Akademickie i Profesjonalnie, 2008.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. Jr. **Contending theories of international relations: a comprehensive survey**. New York: Addison Wesley Longman, 2001.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EdUSP, 1999.

DRYZEK, J.; SCHLOSBERG, D. **Disciplining Darwin: Biology in the History of Political Science**. In: FARR, J.; DRYZEK, J.; LEONARD, S. (Eds.). **Political Science in History: Research Programs and Political Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

DUGGER, William. The New Institutionalism: New but not Institutionalist. In: **Journal of Economic Issues**, Vol. 24/02: 423–431, 1990.

DUVERGER, Maurice. **Les Parties Politiques**. Paris: Libraire Armand Colin, 1951.

EASTON, David. **Introduction: the current meaning of „Behavioralism” in Political Science**. In: CHARLESWORTH, James C. **The limits of Behavioralism in Political Science**. Philadelphia: The American Academy of Political Science, 1962.

FARR, James. **Remembering the revolution: Behavioralism in American Political Science**. In: FARR, James; DRYZEK, John S.; LEONARD, Stephen T. **Political Science in History: research programs and political traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

_____. **Political Science**. In: PORTER, T.; ROSS, D. (Eds.). **The Modern Social Sciences** (Vol. 7). Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FOWLER, James H.; BAKER, Laura A.; DAWES, Christopher T. Genetic Variation in Political Participation. In: **American Political Science Review**, Vol. 102: 233–48, 2008.

FOWLER, James H.; DAWES, Christopher T. Two Genes Predict Voter Turnout. In: **Journal of Politics**, Vol. 70: 579–94, 2008.

GEDDES, Barbara. **Paradigms and sand castles**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2003.

GIGERENZER, G.; TODD, P. M. Fast and frugal heuristics: The adaptive toolbox. In: GIGERENZER, G.; TODD, P. **Simple heuristics that make us smart**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

GINTIS, Herbert. **Game theory evolving**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

GOLDSTONE, Jack A. **Comparative historical analysis and knowledge accumulation in the study of revolutions**. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GOULD, Stephen Hay; VRBA, Elisabeth S. Exaptation – a missing term in the science of form. In: **Paleobiology**, Vol. 8/1, 1982.

GREEN, Donald P.; SHAPIRO, Ian. **Pathologies of rational choice theory**. New Haven: Yale University Press, 1994.

GREIF, Avner; LAITIN, David. A Theory of Endogenous Institutional Change. In: **American Political Science Review**, Vol. 98: 633–52, 2004.

GUNNEL, John. The Founding of the American Political Science Association: Discipline, Profession, Political Theory, and Politics. In: **The American Political Science Review**, 100/04: 479-486, 2006.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. In: **Lua Nova**, 58: 193-22, 2003.

HALL, Peter. **Aligning Ontology and Methodology in Comparative Research**. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich (Eds.). **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. **Fundamentals of Physics**. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2011.

HATEMI, Peter K.; ALFORD, John R.; HIBBING, John R.; MARTIN, Nicholas G.; EAVES, Lindon J. Is There A “Party” In Your Genes? In: **Political Research Quarterly**, Vol. 62: 584–600, 2009

HERRNSTEIN, R. R. (1990). Rational Choice Theory: Necessary but not Sufficient. In: **American Psychologist**, Vol. 45/03: 356-367, 1990.

HIBBING, John R. The Origins of Politics: An Evolutionary Theory of Political Behavior. In: **Perspectives on Politics**, Vol. 2: 707–23, 2004.

HINICH, Melvin J.; MUNGER, Michael C. **Teoría analítica de la política**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2003.

HODGSON, G. M. Darwinism in Economics: From Analogy to Ontology. In: **Journal of Evolutionary Economics**, Vol. 12: 259-281, 2002a.

_____. The evolution of institutions: an agenda for future theoretical research. In: **Constitutional Political Economy**, #13: 111-127, 2002b.

_____. Generalizing darwinism to social evolution: some early attempts. In: **Journal of Economic Issues**, Vol. XXXIV, #4: 899-914, 2005.

_____. **Institutions and individuals: interaction and evolution**. In: *Organization Studies*, Vo. 28, #95, 2007.

_____. **The ontology of institutional evolution**. Paper apresentado para o workshop „Do Institutions Evolve?“. Schumann Center, European University Institute, Florença, Itália. 8–9 maio de 2009.

HODGSON, Geoffrey; KNUDSEN, T. Why we need a generalized Darwinism, and why a generalized Darwinism is not enough. **Journal of Economic Behavior and Organization**, Vol. 61/1: 1–19, 2006.

HOFSTADTER, Richard. **Social Darwinism in American Political Thought (1860-1915)**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1944.

HOLLAND, John. Complex Adaptive Systems. In: **Daedalus**, Vol. 121: 17-30, 1992.

HOWARD, E. Aldrich; HODGSON, Geoffrey M.; HULL, David L.; KNUDSEN, Thorbjørn; MOKYR, Joel; VANBERG, Viktor J. In Defence of Generalized Darwinism. In: **Journal of Evolutionary Economics**, Vol. 18: 577–96, 2008.

IMMERGUT, Ellen M. The theoretical core of the new institutionalism. In: **Politics and Society**, Vol. 26: 5-34, 1998.

JABLONKA, Eva; LAMB, Marion J. **Evolução em quatro dimensões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. In: **Econometrica: Journal of the Econometric Society**, Vol. 47: 263-91, 1979.

_____. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. In: **Science**, Vol. 211: 453–58, 1981.

KANDEL, Eric R. **The age of insight**. New York: Random House, 2012.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. In: **Party Politics**, Vol. 1/1: 5-31, 1995.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S., Jr. **Power and Interdependence**. London: Pearson Publishers, 2011.

KIRCHHEIMER, O. **The transformation of Western European party system.** In: LaPALOMBARA, J.; WEINER, M. (Eds.). **Political parties and political development.** Princeton: Princeton University Press, 1966.

KIRKPATRICK, E. V. **The impact of the behavioral approach on traditional Political Science.** In: RANNEY, Austin. **Essays on the behavioral study of politics.** Urbana: University of Illinois Press, 1962.

KOZIEJ, Stanisław. Pierwsza dekada funkcjonowania w strukturach bezpieczeństwa NATO i UE – strategiczne doświadczenia Polski. In: **Bezpieczeństwo Narodowe**, #21, Biuro Bezpieczeństwa Narodowego, Warszawa, 2012.

KRASNER, Stephen D. **Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables.** In: **International Organization**, Vol. 36, #2, 1982.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1998.

LASON, Marcin. **Ewolucja Europy Środkowej i Południowo-Wschodniej.** In: CZIOMER, Erhard. **Międzynarodowe stosunki polityczne.** Cracovia: Editora Krakowska Akademia, 2008.

LEVI, Margaret. **A model, a method and a map: rational choice in comparative and historical analysis.** In: LICHBACH, Mark I.; ZUCKERMAN, Alan S. **Comparative politics: rationality, culture, and structure.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

LEWIS, Orion; STEINMO, Sven. Taking Evolution Seriously. In: **ARENA Papers**, Centre for European Studies, University of Oslo, 2007.

_____. How Institutions Evolve: Evolutionary Theory and Institutional Change. In: **Polity**, Vol. 44/03: 314-339, 2012.

LIEBERMAN, Robert C. Ideas, Institutions, and Political Order: Explaining Political Change. In: **The American Political Science Review**, Vol. 96: pp.697–712, 2002.

LIEVEN, Anatol. **The Baltic Revolution: Estonia, Latvia, Lithuania and the Path to Independence.** New Haven: Yale University Press, 1993.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

LUBECKI, Jacek. In the shadow of the bear: Polish-Russian relations 1999-2005. In: **Anais do Encontro Anual da The Midwest Political Science Association.** Chicago: 8 de maio de 2008.

LUSTICK, Ian S. Historical institutionalism and evolutions: tropes without theory. In: **Anais da American Political Science Association Annual Meeting.** Toronto: 3 a 7 de setembro de 2009.

_____. Taking evolution seriously: historical institutionalism and evolutionary theory. In: **Polity**, Vol. 43, #2: 179-209, 2011.

MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis**. In: _____. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. **A theory of gradual institutional change**. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. **Explaining institutional change: ambiguity, agency and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MARGULIS, Lynn; SAGAN, Dorian. **Acquiring genomes: a theory of the origins of species**. New York: Basic Books, 2002.

MAYR, Ernst. **Isto é biologia**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

MAYHEW, D. R. **Congress: The electoral connection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MCDERMOTT, Rose. The Feeling of Rationality: The Meaning of Neuroscientific Advances for Political Science. In: **Perspectives on Politics**, Vol. 2: 691–706, 2004.

MCDERMOTT, Rose; FOWLER, James H.; SMIRNOV, Oleg. On the Evolutionary Origin of Prospect Theory Preferences. In: **Journal of Politics**, Vol. 70: 335–50, 2008.

MERRIAM, C. The Present State of the Study of Politics. In: **American Political Science Review**, Presidential Address, Vol. 15/1: 173-185, 1921.

METCALFE, J. S. Institutions and progress. In: **Industrial and Corporate Change**. Vol. 10/3: 561-586, 2001.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MÜLLER, Harald. **Security cooperation**. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A (eds.). **Handbook of International Relations**. London: SAGE Publications, 2006.

NASH, John F. Jr. **Non-cooperative games**. 1950. 28 folhas. Tese (Doutorado em Matemática) - Departamento de Matemática da Universidade de Princeton, 1950.

_____. Non-cooperative games. In: **Annals of Mathematics**, Vol. 54/2, 1951.

NELSON, R. R. **How do institutions evolve?** Paper apresentado para o workshop „Do Institutions Evolve?“. Schumann Center, European University Institute, Florença, Itália. 8–9 maio de 2009.

NELSON, R. R.; WINTER, S. G. Evolutionary theorizing in economics. **Journal of Economic Perspectives**, Vol. 16/2: 23–46, 2002.

NORTH, Douglass C. Structure and Performance: The Task of Economic History. In: **Journal of Economic Literature**, Vol. 16: 963-978, 1978

_____. The New Institutional Economics. In: **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, Vol. 142: 230-237, 1986.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.

NOWAK, M. A. **Evolutionary dynamics**. Cambridge, Mass.: Belknap Press, 2006.

OLSEN, Johan P. Change and Continuity: An Institutional Approach to Institutions of Democratic Government. In: **European Political Science Review**, Vol. 1: 3–32, 2009.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

ORBELL, John; MORIKAWA, Tomonori; HARTWIG, Jason; HANLEY, James; ALLEN, Nicholas. „Machiavellian” Intelligence as a Basis for the Evolution of Cooperative Dispositions. In: **American Political Science Review**, Vol. 98: 1–15, 2004.

ORDESHOOK, Peter C. **Game theory and political theory: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Understanding Institutional Diversity**. New Haven: Princeton University Press, 2005.

OSTROM, Elinor; BASURTO, X. Crafting Analytical Tools to Study Institutional Change. In: **Journal of Institutional Economics**, Vol. 07/03: 317-343, 2011.

PANEBIANCO, Angelo. **Political parties: organization and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PENROSE, E. Biological Analogies in the Theory of the Firm. In: **American Economic Review**, Vol. 42/04: 804-819, 1952.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Poder Executivo e Poder Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro. In: **Dados**, 45/02: 265-301, 2002.

_____. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. In: **Dados**, 46/03: 735-771, 2003.

PERES, Paulo Sérgio. As abordagens neoinstitucionais da política: uma proposta alternativa de análise classificatória. In: **Revista Versões**, Vol. III/4: 145-178, 2008a.

_____. Comportamento ou instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 23/68: 54-71, 2008b.

_____. Revisitando a „Teoria Geral” dos Partidos, de Maurice Duverger. In: **BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais**, Vol. 68/02: 17-58, 2009.

PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. Religando as Arenas Institucionais: Uma Proposta de Abordagem Multidimensional nos Estudos Legislativo. In: **Revista de Sociologia e Política**, 20/43: 81-106, 2012.

PIERSON, Paul. Increasing returns, path dependence, and the study of politics. In: **The American Political Science Review**, Vol. 94/2: 251-267, 2000.

_____. **Big, slow-moving and... invisible**. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. **Politics in time**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

POLYA, George. **How to solve it**. Princeton: Princeton University Press, 1973.

PRIZEL, Ilya. **National identity and foreign policy: nationalism and leadership in Poland, Russia and Ukraine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

RAPOPORT, Anatol. **Two-person game theory**. Mineola: Dover Publications, 1999.

RICHERSON, P. J.; BOYD, R. **Not by genes alone**. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

RICHERSON, Peter J.; BOYD, Robert. Institutional Evolution in the Holocene: The Rise of Complex Societies. In: RUNCIMAN, W. G. (ed.). **The Origin of Human Social Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

RIKER, William. **Theory of political coalitions**. New Haven: Yale University Press, 1962.

_____. **Political Science and Rational Choice**. In: JAMES, A.; SHEPSLE, Kenneth (Eds.). **Perspectives on Positive Political Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ROLAND, Gérard. Transition: an evolutionary-institutionalist perspective. In: **Gouvernance Mondiale**, #14: 1-26, 2003.

ROSENBERG, A. **Does Evolutionary Theory give Inspiration to Economics?** In: MIROWSKI, P. (Ed.). **Natural Images in Economic Thought: Markets read it Tooth and Claw**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

ROSS, D. **The Origins of American Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

RUTHERFORD, Malcolm. Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. In: **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 22: 463-477, 1998.

SAMUELSON, L. **Evolutionary games and equilibrium selection**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1997.

SANDERS, Elizabeth. **Historical insititutionalism**. In: RHODES, A; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (orgs.). **Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SANTOS, M. **As Teorias Positivas sobre a Organização do Poder Legislativo e as Explicações sobre o Congresso Nacional**. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2006.

SCHMID, A. A. **Conflict and Cooperation: Institutional and Behavioral Economics**. Malden: Blackwell, 2004.

SHEPSLE, Kenneth A. **Rational choice institutionalism**. In: RHODES, A; BINDER, S.; ROCKMAN, B. (orgs.). **Oxford Handbook of Political Science**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. **Analyzing Politics**. London: Norton & Company Publisher, 2010.

SCHMIDT, Brian C. **On the History and Historiography of International Relations**. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. London: SAGE Publications, 2006.

SCHOTTER, A. **The Economic Theory of Social Institutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

SHEA, Jamie. **How did NATO survive the Cold War? NATO's transformation after the Cold War from 1989 to the present**. 2003. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_20526.htm?selectedLocale=en>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

SIBLEY, Mulford. **The Limitations of Behavioralism**. In: CHARLESWORTH, James (Ed.). **The Limits of Behavioralism in Political Science**. Philadelphia: The American Academy of Political and Social Science, 1962.

SIMON, Herbert A. A behavioral model of rational choice. In: **The Quarterly Journal of Economics**, Vol. 69/1: 99-118, 1955.

_____. Human nature in politics: The dialogue of psychology with political science. In: **American Political Science Review**, Vol. 79: 293-304, 1985.

SKOCPOL, Theda. **Bringing the State back in: strategies of analysis in current research**. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. Why I am a historical institutionalist. In: **Polity**, Vol. 28/1: 103-106, 1995.

_____. **Doubly engaged social science**. In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SMIRNOV, Oleg; JOHNSON, Tim. **Formal Evolutionary Modeling for Political Scientists**. In: HATEMI, P.; MCDERMOTT, Rose (Eds.). **Man is by Nature a Political Animal: Evolution, Biology, and Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

SMITH, Eric. **Human Cooperation: Perspectives from Behavioral Ecology**. In: HAMMERSTEIN, P. (Ed.). **Genetic and Cultural Evolution of Cooperation**. Cambridge: MIT Press, 2003.

SMITH, J. Maynard; SZATHMARY, E. **The Major Transitions in Evolution**. San Francisco: W.H. Freeman, 1995.

SMITH, J. Maynard. **Evolution and the theory of games**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

STANFIELD, James. The scope, method, significance of original institutional economics. In: **Journal of Economic Issues**, Vol. XXXIII/2: 231-255, 1999.

STEINMO, Sven. **The evolution of modern states: Sweden, Japan and the United States**. New York: Cambridge University Press, 2010.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen. **Historical institutionalism in comparative politics**. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. **Structuring Politics: historical institutionalism in comparative politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

STEWART, James. **Cálculo** (vol. 2). São Paulo: Cengage Learning, 2013.

STINCHCOMBE, Arthur L. **Constructing social theories**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. **Introduction: institutional change in advanced political economies**. In: STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. **Beyond continuity: institutional change in advanced political economies**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

STREECK, Wolfgang. **Institutions in History: Bringing Capitalism Back In**. In: MORGAN, G. et al. (Eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Institutional Analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. In: **Annual Review of Political Science**, 02: 369-404, 1999.

_____. **How institutions evolve.** In: MAHONEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. **Comparative Historical Analysis in Social Sciences.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. **How institutions evolve: the political economy of skills in Germany, Britain, the United States, and Japan.** Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos.** São Paulo: Editora da USP, 1998.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. **Judgment under uncertainty: Heuristics and biases.** In: KAHNEMAN, D.; SLOVIC, P.; TVERSKY, A. (eds.). **Judgment under uncertainty: Heuristics and biases.** Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

VEBLEN, Thorstein. Why is Economics not an Evolutionary Science? In: **Quarterly Journal of Economics**, Vol. 12/04: 373-397, 1898.

_____. **The Theory of Business Enterprise.** Clifton: A. M. Kelley, 1904.

_____. **The Place of Science in Modern Civilization.** New York: Russel and Russel, 1961.

WALKER, Thomas. The Perils of Paradigm Mentalities: Revisiting Kuhn, Lakatos, and Popper. In: **Perspectives on Politics**, Vol. 08/02: 433-451, 2010.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Relations.** Long Grove: Waveland Press, 1979.

WEIBULL, J. W. **Evolutionary game theory.** Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

WIGHT, Martin. **A política do poder.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

WILSON, Woodrow. The Law and the Facts. Presidential Address. In: **American Political Science Review**, Vol. 5/1: 1-11, 1911.

_____. **Governo constitucional nos Estados Unidos.** São Paulo: Ibrasa, 1963.

WILLIAMSON, Oliver. **Markets and Hierarchies, Analysis and Antitrust Implications: A Study in the Economics of Internal Organization.** New York: The Free Press, 1975.

_____. Transaction Cost Economic: The Comparative Contradicting Perspective. In: **Journal of Economic Behavior and Organization**, Vol. 08: 617-625, 1987.

WITT, U. **Explaining Process and Change: Approaches to Evolutionary Economics.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992.

_____. A Darwinian Revolution in Economics? In: **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, Vol. 152/04: 707-715, 1996.

_____. Bioeconomics as Economics from a Darwinian Perspective. In: **Journal of Bioeconomics**, Vol. 01/01: 19-34, 1999.

_____. **Evolutionary Economics: An Interpretative Survey**. In: DOPFER, K. (Ed.). **Evolutionary Economics: Program and Scope**. Boston: Kluwer, 2001.

FONTE DOCUMENTAL:

EUROPEAN DEFENCE AGENCY. **Defence Data 2011**. 2011. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <<http://www.eda.europa.eu/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

EUROPEAN UNION. **The Maastricht Treaty**. 1992. Maastricht, Países Baixos. Disponível em: <<http://www.eurotreaties.com/maastrichteu.pdf>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Presidency Conclusions: Copenhagen European Council**. 1993. Copenhagen, Dinamarca. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/enlargement/ec/pdf/cop_en.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

MINISTERSTWO OBRONY NARODOWEJ. **Strategia Bezpieczeństwa Narodowego Rzeczypospolitej Polskiej**. 2007. Varsóvia, Polónia. Disponível em: <http://www.bbn.gov.pl/pl/publikacje-i-dokumenty/dokumenty/1144_dok.html>. Acesso em: 14 de setembro de 2013.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **The North Atlantic Treaty**. 1949. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <www.nato.inthttp://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_17120.htm>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

_____. **The Alliance's New Strategic Concept**. 1990. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_23847.htm>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

_____. **Rome Declaration on Peace and Cooperation**. 1991. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/comm/49-95/c911108a.htm>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

_____. **Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation**. 1997. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <http://www.nato-russia-council.info/media/59451/1997_nato_russia_founding_act.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

_____. **Rome Declaration: NATO-Russia Council**. 2002. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <http://www.nato-russia-council.info/media/69549/2002.05.28_nrc_rome_declaration.pdf>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

_____. **Financial and Economic Data relating to NATO Defence**. 2012. Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2012_04/20120413_PR_CP_2012_047_rev1.pdf>. Acesso em: 14 de janeiro de 2014.

RADA POLITYCZNA PRAWA I SPRAWIEDLIWOŚCI (Partido Direito e Justiça). **Polska nowoczesna, Polska solidarna, Polska bezpieczna: Program Prawa i Sprawiedliwości**. Varsóvia: Ed. Biuro Prawa i Sprawiedliwości, 2011a.

_____. **Raport o Stanie Rzeczypospolitej** (Relatório sobre o estado da República). Varsóvia: Ed. Biuro Prawa i Sprawiedliwości, 2011b.

SOVET BEZOPASNOSTI ROSSYISKAYA FEDERATZYIA (СОВЕТ БЕЗОПАСНОСТИ РОССИЙСКАЯ ФЕДЕРАЦИЯ). **Стратегия национальной безопасности Российской Федерации до 2020 года**. 2009. Moscou, Rússia. Disponível em: <<http://www.scrf.gov.ru/documents/99.html>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **SIPRI Military Expenditure Database**. 2012. Estocolmo, Suécia. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database>. Acesso em: 14 de janeiro de 2014.

UNITED NATIONS. **Treaty of Friendship, Co-operation and Mutual Assistance – Warsaw, 1955**. 1955. Nova Iorque, Estados Unidos. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20219/volume-219-I-2962-Other.pdf>>. Acesso em: 24 de dezembro de 2013.